

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

A LUTA SOCIAL PELA TERRA
NARRATIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA

ROBISON SÁ DE SOUZA

Manaus
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

ROBISON SÁ DE SOUZA

A LUTA SOCIAL PELA TERRA
NARRATIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Linha de pesquisa: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

MANAUS
2013

ROBISON SÁ DE SOUZA

A LUTA SOCIAL PELA TERRA: NARRATIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS
DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na
Amazônia.

Aprovado em 11 de Outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Antônio Carlos Witkoski

Universidade Federal do Amazonas

Francilene dos Santos Rodrigues

Universidade Federal de Roraima

Simone Eneida Baçal de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

A Deus que permitiu essa conquista; as filhas que recebi como dádiva de Deus, Amanda Gabriela de Souza Padilha e Danielle Karen Padilha Melo; a Prof^a. Dr^a. Adalgisa Aranha de Souza, que em todos os momentos fortaleceram-me para prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus fiel, primeiramente; as minhas filhas Amanda Gabriela e Danielle Karen, que dividiram cada momento de alegria e dor. Certamente, muitas pessoas merecem o meu devido agradecimento, sem as quais, não teria alcançado esta conquista.

Aos que acreditaram comigo nessa investida: Prof^a. Dr^a. Adalgisa Aranha de Souza, seu filho Diego Rodas Aranha e Rita Cidmar N. Reis, pessoas que em todos os momentos me fizeram acreditar que estava fazendo o certo, que com seus modelos de garra e determinação muito se fizeram de espelho para eu que atravessasse as névoas do destino. Agradeço incondicionalmente por tudo que fizeram e fazem no cotidiano.

Aos meus pais que me concederam a base para a vida; a minha sobrinha e filha Ana Carla Sá de Souza, que em momentos de profundos conflitos foi um ombro forte que ajudou muito a repensar e redirecionar diretrizes de vida. A essa moça, que é forte e sábia, meu fiel agradecimento.

A todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram a seguir; ao diretor da Escola Agro técnica da UFRR, Prof. Ms. Arnaldo Marcílio Gonçalves dos Santos e ao professor Alberto Castro, em especial; Vanessa, Lilian, Auricley e Quênia, pessoas as quais nunca conheci iguais, mostraram-me que para esses caminhantes da escuridão, existe uma luz para guiá-los, meu querido amigo Prof. Dr. Frederico Fonseca, luz e sal da Terra, que ensinou a suportar a impostura, enquanto professor da E Agro/UFRR.

Aos meus professores e professoras da UFAM, Rosemara Staub, Marilene Corrêa, Gilson Vieira e Heloísa Helena Correa da Silva, Simone Eneida Baçal de Oliveira em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, que desde o início do caminho acreditou que eu conseguiria, muito agradeço por todo seu incentivo e pelas inúmeras vezes que pacientemente me recebeu e orientou.

Àqueles que me acolheram, companheiros da casa de estudante de Roraima em Manaus: Bruno, William Homanenco, Jadson, Ulisses, Everaldo, Leandro, Tedy e Thiago; lembrando

sempre da Sra. Lucy, administradora da casa. Agradeço ao Reitor Roberto Ramos e aos professores do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima– IGEO/UFRR. Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Stélio, Prof. Dr. Antônio Veras, Prof. Dr. Vladimir, Wilson Solé e Maria Antônia, companheiros de trabalho que em tudo se dispuseram para que eu galgasse mais esta fase na vida.

Meus amigos, Orlando Lira, Thiago e Tony (UFAM), amigos de estudo, com os quais dividimos espaço, alegrias, almoço em momentos inesquecíveis, seres humanos fantásticos, a estes, meu especial agradecimento.

Mas agradeço, principalmente, a todos e a todas que direta ou indiretamente contribuíram com a realização desse trabalho, para que assim, não incorra ao lapso e esqueça mencionar alguém entre os que comigo alcançaram este propósito. Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho trata das narrativas dos trabalhadores rurais no Projeto de Assentamento Nova Amazônia no município de Boa Vista – RR, verificando, sobretudo, as trajetórias de vida dos trabalhadores rurais fixados no projeto de assentamento Nova Amazônia, estendendo encaminhamentos para entender às reais necessidades desse projeto de assentamento enquanto núcleo populacional e centro de produção agropastoril no município de Boa Vista, seu estrato social, econômico, político-ideológicos nas relação entre base e dirigentes que ali se encontram. A pesquisa desenvolve-se a partir da percepção da necessidade que se tem em contribuir com práticas voltadas a aplicação de ações que possibilitem melhoramento ao projeto de assentamento Nova Amazônia em Roraima. Há, portanto, expectativas na pesquisa em compreender como os trabalhadores rurais atuam sobre usufruto da terra, bem como as ações de desenvolvimento das esferas públicas possam ser alcançadas por estes para melhoramento na produção e na qualidade de vida instadas nessas famílias enquanto trabalhadores rurais. Propõe-se averiguar através das narrativas desses trabalhadores rurais os meandros que promovem ou dificultam o desenvolvimento social, econômico e político desse projeto de assentamento.

Palavras-chave: trabalhador rural; assentamento; projeto sociopolítico; P. A. Nova Amazônia.

ABSTRACT

This work deals with the narratives of settlers in New Settlement Project Amazon in Boa Vista - RR, checking, especially the life trajectories of rural workers established settlement project in New Amazonia, extending forwards to understand the real needs of this project while nesting population nucleus and agropastoral production center in Boa Vista, their social , economic, political and ideological relationship between the base and leaders that are there . The research is developed from the perceived need who have practices focused on contributing to the implementation of actions that enable improving the settlement project in Roraima New Amazonia. There is therefore expectations in research to understand how workers act on rural land tenure , as well as the actions of developing public spheres can be achieved by them for improving the yield and quality of life encouraged these families while rural workers . It is proposed to investigate through the narratives of these rural workers the intricacies that promote or hinder the social, economic and political settlement of this project .

Keywords: rural workers; settlement; sociopolitical project; P. A. New Amazonia.

LISTA DE SIGLAS

CEF	–	Caixa Econômica Federal
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTP	–	Comissão Pastoral da Terra
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores
DAP	–	Documento de Aptidão ao Pronaf
EAGRO	–	Escola Agro técnica da Universidade Federal de Roraima.
EDU ₃ S	–	Educação Sustentável, Sinérgica e Social
FETAG	–	Federação dos Trabalhadores em Agricultura
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico
IDE	–	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA/SR25	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Sede Regional 25
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MDA	–	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PAD	–	Projeto de Assentamento Dirigido
PAIS	–	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PANA	–	Projeto de Assentamento Nova Amazônia
PETROBRAS	–	Petróleo Brasileiro
PNAE	–	Programa Nacional de Aquisição de Alimentação Escolar
PNRA	–	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROEX	–	Pró-Reitoria de Extensão.

PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar
RA	–	Recadastramento de Assentados
SEAPA	–	Secretaria de Abastecimento e Produção Animal
SIPRA	–	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDR	–	União Democrata Ruralista
UFRR	–	Universidade Federal de Roraima

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Trabalhadores rurais com Conhecimento Ecológico Econômico.....	24
Gráfico 2	- Trabalhadores rurais Cadastrados em Programas Sociais.....	25
Gráfico 3	- Tempo de Residência dos trabalhadores rurais da Pesquisa.....	29
Gráfico 4	- Área Utilizada à Produção Animal.....	33
Gráfico 5	- Área destinada à Produção Agrícola.....	34
Gráfico 6	- População Estimada no P.A Nova Amazônia.....	35
Gráfico 7	- Escolaridade no Assentamento.....	43
Gráfico 8	- Área Utilizada para Produção Animal.....	75
Gráfico 9	- A Terra como Principal Fonte de Renda.....	77
Gráfico 10	- Pretensão e Atividades Agropecuárias no Lote.....	78

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	_ Mapa do Projeto de Assentamento Nova Amazônia	18
Figura 2	- Local para reuniões e lazer dos moradores - vicinal 7.....	64
Figura 3	- Casa modelo do assentamento.....	66
Figura 4	- Igarapé no assentamento, potencial hídrico para produção.....	67
Figura 5	- Casa de trabalhador rural inacabada.....	80
Figura 6	- Casa de trabalhador rural Impossibilitado de Receber Apoio do Governo Federal.....	81
Figura 7	- Área Destinada à Produção Coletiva do Polo IV – inativa.....	85
Figura 8	- Produtora Rural na sua plantação de feijão irrigado.....	86
Figura 9	- Vicinal 7 no período chuvoso.....	87
Figura 10	- Casa de um ex-delegado, lote adquirido pelo rentismo.....	89
Figura 11	- Lago Azul - Vicinal 7 (Polo 4)	90
Figura 12	_ Trator comprado para o Polo III.....	107

SUMÁRIO

RESUMO	07
LISTA DE SIGLAS	08
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
SUMÁRIO	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ANDANÇAS DA VIDA ANTES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA	21
1.1 De lugar em lugar: andanças da vida dos trabalhadores rurais antes de sua chegada ao Projeto de Assentamento Nova Amazônia.....	21
1.2 Não queremos mais viajar: a vida dos trabalhadores rurais no P.A.N.A. atualmente	48
CAPÍTULO 2 - ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS	68
2.1 O mundo do trabalho dos trabalhadores rurais.....	68
2.2 A vida social dos trabalhadores rurais.....	88
Capítulo 3 - PROJETO POLÍTICO DOS TRABALHADORES RURAIS	91
3.1 As narrativas dos dirigentes das organizações sociais.....	91
3.2 As narrativas dos trabalhadores rurais.....	102
3.3 Os significados da luta social dos trabalhadores rurais.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisou as narrativas de trabalhadores rurais que se encontram no Projeto de Assentamento Nova Amazônia – P.A.N.A., no município de Boa Vista, Estado de Roraima, contextualizando sua migração, suas relações sociais, produtivas e políticas, assim como a contra partida das esferas governamentais frente às circunscrições relativas às respectivas histórias de vida.

A narrativa é um recurso muito importante para se viver em sociedade, isso porque ela engloba explicações, ideias e manifestações culturais que caracterizam um determinado grupo. A narrativa acontece a partir da interação dos indivíduos e, apesar do homem viver em um ambiente, ele não perde os atributos típicos de sua personalidade, nisto se põe a necessidade de compreender o assentamento por narrativas dos trabalhadores rurais e instituições.

Entende-se que o desenvolvimento do capitalismo é um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta reprodução de formas sociais não capitalistas, embora a dinâmica seja plenamente capitalista e essas desigualdades não apareçam como incapacidades históricas de superação, mostram as falhas nas condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente à sua reprodução.

O P. A. Nova Amazônia está constituído por 569 famílias, distribuídas em cinco polos de produção. Cada polo possui uma Associação de Produtores, sendo que para os cinco polos há uma Cooperativa; houve interesse em saber como se dá integração da produção e comercialização de produtos, se de maneira muito tímida, carente em sua estrutura ou se dinâmica e organizada; bem como se estabeleceram as relações dessas famílias para a

fundação do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais situado na cidade de Boa Vista, das Associações e a Cooperativa.

Investigou que tipo de produção é executada, se individualmente ou com ocorrências de mutirões ou outros mecanismos que agreguem os produtores; se as associações se trabalhadores se encontravam baseadas em cunho mais burocrático ou se efetivamente prático; também conheceu se a produção parte do esforço individual de cada família em seu lote ou se há trabalhos com grupos familiares voltados à agricultura familiar para subsistência, piscicultura, bovinocultura, suinocultura ou outros; identificou a disposição das famílias entre vicinais, ramais e agrovilas em que são representadas pelas Associações e, ainda, as manifestações de narrativas de representantes dos órgãos municipais, estaduais e federais que participam no processo de produção.

Analisou, também, os trabalhadores rurais que compõem a gênese do assentamento em suas ações e reações imbricadas, o que possibilitou uma análise das influências dos grupos associados, causas e efeitos desses grupos, nas atividades sócio produtivas de trabalhadores rurais no P. A. Nova Amazônia.

Investigou, por fim, o posicionamento, através de narrativas de 18% das famílias dos trabalhadores rurais do P. A. Nova Amazônia; ao mesmo tempo em que se pesquisou as trajetórias de vida de alguns migrantes que instam como atores no Projeto de Assentamento Nova Amazônia; evidenciou as atividades sociais e atividades produtivas dos trabalhadores rurais do referido projeto de assentamento; bem como, revelou o projeto político desses trabalhadores rurais do P.A.N.A., em face de ausência ou presença de ações governamentais de desenvolvimento ali direcionadas.

Os recursos metodológicos aplicados à pesquisa consistiram em dados quantitativos e qualitativos que permitiram fidedignidade das relações e situações vivenciadas por esses trabalhadores rurais.

Entende-se por metodologia o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. Neste sentido, a arte de dirigir o espírito na investigação do mundo social é, intrinsecamente, condicionada por um corpo de teorias que a ilumina de maneira latente e/ou manifesta. Dar forma a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilita a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador (WITKOSKI, 2010).

O pesquisador direcionou a pesquisa na amostragem do total de 569 famílias de trabalhadores rurais e explorou, através de narrativas de 7 trabalhadores rurais, as trajetórias de vida dos migrantes que instituem o P. A. Nova Amazônia, suas atividades sociais, produtivas, políticas, enfim, os traços configurativos de sua utopia enquanto trabalhadores rurais.

Além disso, a pesquisa será executada apoiada no uso de técnicas de coleta de dados quantitativos como, também, utilização de dados qualitativos. Propôs usar os dois tipos de instrumentos de coleta de dados em razão da natureza da pesquisa. O uso das técnicas de coleta de dados quantitativos evidenciou atividades sociais e atividades produtivas dos trabalhadores rurais do assentamento em prelo, verificou, por exemplo, se houve ou não melhoria da renda das famílias do assentamento. Doutro modo as técnicas de coleta de dados qualitativos, de maneira diferente, relacionou, por exemplo, a reconstrução das trajetórias de vida dos migrantes que instituem o P.A. Nova Amazônia.

Foram usados na pesquisa os seguintes instrumentos de coleta de dados: análise documental de fontes secundárias tais como: instituições governamentais, pessoas que possuem vínculos com os trabalhadores rurais e outros; formulários com questões fechadas e abertas às famílias elencadas que representaram 18% como amostragem das famílias no assentamento; entrevistas não diretas que resultarão de estudos exploratórios; entrevistas semiestruturadas com 07 informantes que residem e conhecem o processo da criação do P.A.N.A; critérios de

Inclusão dos Sujeitos: trabalhadores rurais que residem no local desde o início do assentamento ou pelo menos há cinco anos; lideranças de grupos de trabalhadores rurais; maiores de 18 anos; trabalhadores rurais, todos exercendo atividades produtivas; rebuscou a história de vida de 2 entrevistados que estavam na condição de trabalhador rural; diário de campo para registro das observações diretas; uso de material fotográfico e outros; critérios de exclusão: menores de 18 anos; residentes que não estão no assentamento desde o início; trabalhadores rurais que não têm lideranças; trabalhadores rurais que não exercem atividades produtivas.

A aplicação destes instrumentos alcançou metas planejadas a partir dos objetivos específicos. Nesse caso, elencou-se alguns dos passos cumpridos durante a pesquisa que se desenvolveu com a inclusão do levantamento de dados estatísticos sobre a migração nacional em documentos junto ao INCRA, Sistema de Portal Dinâmico e de Gerenciamento de Conteúdo – SEAPA, Cooperativas e outras instituições, no município de Boa Vista, Estado de Roraima (RR).

Consoante à metodologia, realizou-se pesquisa em campo para identificar aspectos pertinentes à realidade migratória (revelando dimensões subjetivas do processo migratório), mapeou a trajetória de vida destes migrantes, suas narrativas de vida, sempre considerando seu novo ambiente natural e social; desvelou as narrativas de si mesmos e dos outros, do lugar de origem e do lugar de chegada; desvendou o curso de suas trajetórias, os empréstimos culturais, os jogos de poder inerentes à condição trabalhador rural no P.A.N.A., município de Boa Vista - RR.

Identificou locais frequentados pelos migrantes, trabalhadores rurais, através do processo de *flaneur* pela cidade mais próxima para melhor compreender as relações sociais e econômicas, tais como a feira de produtores do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, situada no bairro Pintolandia I, que se realiza aos sábados no horário da manhã , bares

localizados no assentamento, residências e outros locais comuns aos trabalhadores rurais, para o estabelecimento de contatos e informações diretas sobre os aspectos pertinentes também à realidade migratória, procurando mapear a trajetória destes migrantes e seus perfis.

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia está localizado na BR-174 (Fig.1), que liga o Brasil à Venezuela, entrecortando o Estado de Roraima há 76 Km da capital de Boa Vista, onde se desenvolveu a pesquisa com 18% correspondente a 104 famílias das 569 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que apontam carências na formação técnico-profissionalizantes para atender suas necessidades enquanto produtores rurais.

Diante desse contexto, priorizou-se a Gleba Cauamé por contar com maiores recursos para atender aos eixos deste trabalho que propiciou entendimentos possíveis às demais glebas vizinhas, do município de Boa Vista como de outros assentamentos em outros municípios do Estado.

No capítulo 1, *Andanças da vida antes do projeto de assentamento Nova Amazônia*, ao considerarmos os efeitos do lugar e, especificamente, a luta pela apropriação do espaço, torna-se possível estender tais considerações à circunscrição do assentamento. A fixação do homem na terra tem sido um problema entre partes envolvidas, entre pessoas, entre grupos, entre ideologias sociais, econômicas e principalmente política, decorrências desde o princípio da formação das sociedades, em que o homem abandonou seu estado nômade, passando ao sedentarismo.

Procurou-se, portanto, neste primeiro capítulo, reconstruir as trajetórias de vida dos trabalhadores rurais inclusos na pesquisa que se encontram no assentamento; observou-se, entre outras coisas, que o espaço projetado está constituído num misto de trajetórias de vidas de diversas etnias regionais e/ou nacionais. Primou-se aqui por obter as interpretações sociais, por relatos diretos, depoimentos em forma de entrevistas, que enquadrados e transcritos puderam testificar sobre suas trajetórias de vida e consolidação do assentamento.

Este capítulo propôs evidenciar os aspectos cruciais da vida socioeconômica, político-cultural da vida familiar dos trabalhadores rurais, antes da chegada ao lote e o que fizeram e/ou fazem para nele permanecer como produtores na agricultura familiar, isto será o fio estruturante desse capítulo.

No capítulo 2, *Atividades socioprodutivas dos trabalhadores rurais*, procurou-se através de fontes secundárias evidenciar que muitos dos trabalhadores rurais que lutaram pela terra, perderam ou venderam ou, ainda, abandonaram seus respectivos lotes, não tendo conseguido, por diversas razões, fincar raízes como trabalhadores rurais na terra.

No segundo capítulo propôs-se averiguar e compreender se há um projeto socioeconômico promovido pelos trabalhadores rurais, respectivas “falhas” enquanto trabalhadores rurais, associações de produtores e/ou criadores em seus respectivos polos,

sindicato e/ou cooperativa que viabilizem o escoamento da produção que projete a permanência do trabalhador rural no respectivo lote.

Procurou, também, compreender como se dá a produção que proporciona a geração de renda das famílias que atuam na agricultura familiar no assentamento, bem como qual mercado absorve a produção e que maneira essa renda gerada interfere na transformação econômica das famílias e na comunidade (polo) e, ainda, evidenciar as formas de produção dos membros do assentamento e, sobre este, revelar se há um projeto sócio-político dos trabalhadores rurais no P.A.N.A., consoante presença ou ausência de ações governamentais para o desenvolvimento, direcionadas aos trabalhadores rurais.

A execução de um assentamento traz consigo contradições, desde o planejamento à sua consolidação, que vão se conjecturando conforme os interesses dos grupos sociais que se projetam e reproduz a realidade dos trabalhadores rurais, o que pode elevar o interesse de alguns ou desfavorecer o avanço de outros numa construção dialética de interesses.

No capítulo 3, *O projeto político dos trabalhadores rurais*, objetivou a compreensão que o domínio ideológico da superestrutura delega entre os trabalhadores rurais, a condição de liderança ou condição de liderados, observando ainda os grupos intermediários que se apresentam somente como base a essa manutenção de poder que a todos tangencia, contemplando ainda à reação exercida pela resistência formada por grupos, também, de trabalhadores rurais.

Este capítulo, conforme a necessidades dos trabalhadores rurais, procurou conhecer se o projeto sociopolítico desses trabalhadores existe, se é estruturante às suas vicissitudes, que poderá evitar os entraves na estruturação socioeconômica e política agregada a este programa de assentamento, pois que a realidade do assentamento não está isenta aos mais diversos percalços e resíduos ideológicos proeminentes do sistema capitalista.

A constituição endógena dos grupos sociais em formação no assentamento se apresenta como vetor importante para compreensão e transformação ideológica da vida dos trabalhadores rurais, visto que, em grande parte, são grupos pouco organizados e desprovidos de capital intelectual, que depositam nas narrativas políticas suas próprias vicissitudes. Assim, há a necessidade de se compreender como se estabelecem os elementos norteadores, em suas perspectivas como trabalhadores rurais, para compreender melhor tal projeto de vida.

Nesse capítulo identificou ainda as utopias dos trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Nova Amazônia; compreendeu os anseios e lutas, no lugar onde se encontravam os trabalhadores rurais; denotou se este lugar tornou-se melhor do que seu lugar de origem; compreendeu também que realizações utópicas se tornaram realidades; quais as que se tornaram inviáveis a realizar e quais utopias sinalizam por realizáveis aos trabalhadores rurais.

CAPÍTULO 1 – ANDANÇAS DA VIDA ANTES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA

1.1 De lugar em lugar: os trabalhadores rurais antes de sua chegada ao P. A. Nova Amazônia

O deslocamento de pessoas há muito ocorre no território nacional: os nordestinos fugindo da seca, migrando para região norte e movidos pela exploração da borracha; os sulistas para plantar arroz irrigado em Roraima; os indígenas em busca da vida urbana; garimpeiros em busca de eldorados e outros. Entre os que migram, há um diferenciado, o que procura o meio de subsistência, terminando por fixar-se na terra, já que seu conhecimento rudimentar não lhe possibilita o trabalhar e viver no meio urbano. Esse é o trabalhador rural, que em sua concepção de mundo procura ver na terra o meio de manter sua prole agregada.

Os movimentos sociais em seus mais diversos pulsos reflete na política, na estrutura e na superestrutura, enquanto partes do Estado. Surgem dos movimentos sociais do campo dinâmicas que aceleram ou retraem, elevam ou rebaixam a pertinência entre teoria e prática nos processos migratórios.

Neste cenário se desenvolveu a perspectiva para compreender como a reforma agrária, promovida pelo Governo Federal, ordenou processo migratório que se constituiu no P.A Nova Amazônia. Suas tensões repercutiram e continuam a repercutir na arena política, forçando a conjectura de forças para formular projetos ou ações em favor ou contra os interesses dos trabalhadores rurais. Dessa forma, esse movimento, ao envolver toda sociedade em suas esferas sociais e econômicas, configuradas na luta de classes, torna-se um problema não somente de Estado.

O crescente e desordenado fluxo migratório nessa modalidade de assentamento é complexo, diversificado e problemático, refletindo nas relações sociais diferenciadas pela sujeição à complexidade da expansão capitalista que, pormenorizadamente favorece uma parte mínima dessa população.

O P.A. Nova Amazônia reserva ao migrante uma realidade mais ácida que o solo do lavrado onde assentará o sonho de uma vida melhor, de transformação para os seus pares e o firmar como mantenedor de sua família, o trabalhador rural sai da condição de sem-terra para a de assistencialismo. Excluindo a falsa liberdade conferida pelos programas e mecanismos assistenciais gerados por grupos locais que regateiam correligionários para a manutenção de dominação ideológica nas esferas estaduais e municipais.

Nesses termos, o papel do Estado como executor do assentamento, pelo exaurir de tempo para financiar e apoiar a permanência do homem como trabalhador rural, força-o a se desfazer de seu lote e a continuar em busca de outro lugar para fixar raízes em definitivo. Somente os forjados no sofrimento e envolvidos de esperanças inexauríveis conseguem

concretizar seu projeto de vida e permanecer na terra como trabalhador rural, ao mesmo tempo, realiza em parte do que a mídia expõe como Reforma Agrária.

O quadro que se desenvolve no P.A Nova Amazônia, preponderantemente, pode ser ilustrado já que:

De fato, porém, a concessão da terra e o assentamento do supostamente sem-terra apenas encerram um drama e dão início a outro. Trata-se do drama do ajustamento sempre problemático e não raro doloroso do trabalhador rural a uma situação social que é completamente diferente de tudo o que ele conhece e já foi, e não raro diferente daquilo que ele deseja e pode ser. Porque a sonhada reforma agrária só é viável e possível na instauração de um modo de vida que é próprio do mundo moderno, bem diverso do mundo em declínio de que, no geral, procede, o trabalhador rural carente de terra de trabalho porque é carente da oportunidade de trabalho (MARTINS, 2003. p. 9).

O trabalhador rural passa a viver as condenações exógenas que a superestrutura local utiliza com habilidade, através de incorporações partidárias, concessões e assistencialismo, sutilmente atribuindo as falhas do projeto de assentamento a indolência do trabalhador rural como causador do marasmo, inerente do contexto que recria as necessidades de viver,

[...] os benefícios da modernização, mas também as dilacerações que a modernização impõe a todos aqueles que procedem da sociedade que na sua estrutura básica é sociologicamente concebida como tradicional, que foi e tem sido o mundo de nossas populações pobres do campo (MARTINS, 2003. p. 9).

Tem-se assim, nos governos locais, o trabalhador rural do PA Nova Amazônia como improdutivo na estrutura social, que em si mesmo é ignorado desde o princípio enquanto tudo era apenas um acampamento às margens da RD-BR 174, e como trabalhador rural, somente adquire perfil por tratar-se de um cadastro, o SIPRA - estipulado para gestar o erário federal destinado ao programa de assentamento. Se fosse considerado pelas forças polarizadas que movem a necessidade e exequibilidade na divisão de terras em seu legítimo fim, forçaria o entendimento estadual e municipal, tornaria ilegítimas e dificultaria a coerção das ações que movimentam essas classes com notável eficiência e desinteresse aos anseios dos trabalhadores rurais do assentamento.

O trabalhador rural torna-se impelido às circunstâncias que o levam a extrair da terra até mesmo o que deveria ser preservado. Os corredores ecológicos são desmatados no PA Nova Amazônia, enquanto espécies raras se multiplicam paradoxalmente. Portanto, o programa de assentamento tem tornado o trabalhador rural em transgressor ao desenvolvimento ecologicamente aceitável, ainda que compulsoriamente, se vê tangenciado pela burocracia na liberação de financiamentos e uma débil extensão rural.

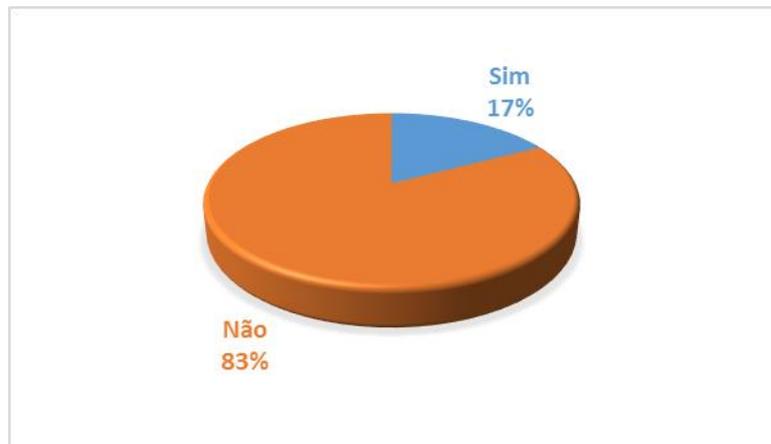


Gráfico 1 – Trabalhador rural com Conhecimento Ecológico Econômico no P A Nova Amazônia.

O conhecimento ecológico econômico permitiria ao trabalhador rural estar em meio aos corredores ecológicos, agindo ecologicamente correto, se houvesse meio para produzir e extrair da terra em seu “metiê” a manutenção do seu dia-a-dia. Todavia o que se vê entres os trabalhadores rurais é desconhecimento dessa relação homem e natureza de forma que as áreas de preservação permanente e corredores ecológicos sofrem danos irreparáveis com ação antrópica, agravada pela ausência de assistência e extensão rural.

A complexidade ambiental não apenas leva à necessidade de aprender fatos novos (mais complexos), mas também inaugura uma nova pedagogia, que implica reapropriação do conhecimento desde o ser do mundo e do ser no mundo, a partir do saber e da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e cada cultura. Este aprender o mundo se dá através de conceitos e categorias por meio dos quais codificamos a realidade, por meio de formações e elaborações discursivas que constituem estratégias de poder para a apropriação do mundo. Toda aprendizagem implica uma reapropriação subjetiva do conhecimento, porém significa, sobretudo, uma transformação do conhecimento a partir do saber que constitui o ser. (LEFF, 2009; p. 4)

O trabalhador rural conhece a prática e sua vida dela depende, pois o assistencialismo pode até contribuir, todavia não provê todas as necessidades a quem sobrevive da produção da terra. O pouco conhecimento ecológico econômico, a má assistência técnica e inoperante extensão rural concorrem para o trabalhador rural tornar-se passivo diante do assistencialismo e da dependência de programas sociais.

Há sem dúvida, um sujeito de carne e osso da reforma agrária, no Brasil, aquele que está no catálogo da militância, aquele que eventualmente tem fotografia no jornal ou exposições fotográficas famosas. Esse sujeito, sobretudo quando alcançado pelos programas de reforma agrária, devido à diversidade social de suas origens, de sua experiência, de sua trajetória e de suas aspirações, tem sido, sociologicamente, um sujeito ambíguo. Sobretudo dilacerado e desafiado pela contradição entre a situação social de trabalhador e a situação social de proprietário e titular de renda fundiária, polarizações que marcam profundamente, entre nós, a maioria dos protagonistas da chamada agricultura familiar (MARTINS, 2003. p.11).

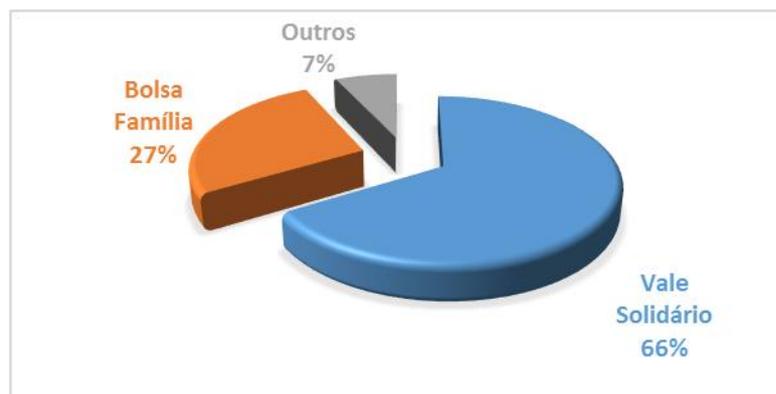


Gráfico 2 – Trabalhador rural Cadastrados em Programas Sociais

Nesse contraste, as vicissitudes afloram e se põem à frente do trabalhador rural, homem tangível, a não ser pela sua obstinação de permanecer fixado na terra; o mundo do trabalho torna-se concreto nas dificuldades existentes e a busca de melhorias, tacitamente obriga-o a relações contratuais com as associações e cooperativa que termina por inadimplência ou contraposição às diretorias destas.

Objetiva sair da inércia, que o leva de um lado a outro, sem, contudo, oferecer-lhe transformação social e econômica, já que, ideologicamente estão sob jugo desigual desde a criação do acampamento. O gráfico acima demonstra a real dependência do assistencialismo, pois a terra, pouco rentável, não oferece condições de subsistência ao trabalhador rural e sua

família, tantas conquistas enquanto trabalhador rural, a serem consideradas como objetivo por muitos, notado em discursos como este de uma trabalhadora rural:

Eu cheguei em 1990 a Boa Vista, então no caso ai, dá faixa de 29 anos. Bem, eu sou assentado [...] Mas já se passaram dez anos e já tentei várias culturas [...] A melancia, o peixe, nenhum desses progrediu! E o limão [...] Inclusive o PRONAF-A foi investido no limão, mas depois veio o pessoal da SEAPA e disse que tinha que parar o limão porque estava com praga! Aí abandonei a roça. Peguei a irrigação do limão e fui plantar melancia [...] as duas primeiras plantações foram boas, mas as outras o gado do vizinho comeu tudo [...] Demorou um pouco, fui criar peixes, coloquei mil alevinos de tambaqui no tanque que era da antiga fazenda, morreu tudo, sem experiência não vai! Agora estou como atravessador, compro o produto dos produtores do P.A Nova Amazônia e vendo aqui nas margens da BR 174 (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

E para situações como esta não existe apelo; o trabalhador rural que depôs demonstra como se agrava o mérito migratório, pois se uma pessoa que eleita como representante de outros se encontra nessa situação, é permitida a compreensão de que realmente há em perspectiva, um contraditório daquilo que os trabalhadores rurais preconcebiam ao chegar ao assentamento, pois viam na infraestrutura da Fazenda Bamerindus um incentivo promissor para o assentamento, a presença de máquinas, tratores, bombas d'água e outros que foram retirados com destino ignorado. “O historicamente possível se anuncia, certamente, nessas desencontradas experiências sociais. Mas nem sempre é alcançada, em sua inteireza, na compreensão do protagonista” (MARTINS, 2003).

O trabalhador rural é um “tutelado” que somente aparecerá em sua trajetória de vida mediante análises sociológicas, visto que se mantém invisível em meios burocráticos e até mesmo entre seus correligionários que atestam em “certezas” e demonstram o funcionamento do programa de assentamento, visto ainda que as utopias tornam-se realizáveis, perdura a entrega de terras em si, que não retira o trabalhador rural do mundo psicodélico de pobreza, apresentado como meio de fazê-lo aceitar sua classificação como parte de um todo social, sem, contudo, lhe permitir ações ou mesmo a simples condição de existir dignamente:

A gente tem um documento aí, mas não vale, pois qualquer hora a gente pode sair, só quando a gente ganhar o título mesmo, então eu não posso me considerar assentada. Só quando ganhar o título definitivo.

O responsável pelo título é o INCRA, essa terra é federal, mas eles dizem que enquanto não resolverem a questão judicial, eles não podem fazer nada.

Aqui era tudo muito bom, tinha água encanada, máquinas e tudo, mas tudo foi tirado e leiloadado (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Por outro lado, a situação pertinente ao P.A Nova Amazônia, demonstrada nas insatisfações de ações não realizadas, fizeram o contorno nas trajetórias de vida dos que se encontram como trabalhadores rurais no P A Nova Amazônia. Essa trajetória é referenciada desde o princípio, do tempo do acampamento às margens da BR 174; não se refere, portanto, aos que por oportunismo e condição financeira segregaram o direito daqueles que repassaram sua terra juntamente com a proposta de fixa o homem a terra por um ínfimo valor ou incompatível com a propriedade.

É o sujeito que surpreende e contraria quando sua verdade social se manifesta em contradição ao desenho ideológico que lhe imputam os que dele esperam conduta diversa. No sujeito oculto que protagoniza a reforma não há mistificações, há a vivência das contradições (MARTINS, 2003, p. 12).

Há que se observar o contraditório dessa situação, em que muitas vezes, trabalhador rurais utilizam-se das suas prerrogativas para se manter vivo e para tanto, engendra no comércio ilegal de terras federais, gerando um espólio contraditório aos interesses sociais e institucionais. Assim, entrecruzam-se os caminhos que demonstram ser “[...]muitos os indícios dessa prática, não só na revenda ilegal de lotes nos assentamentos e regularizações fundiárias como também no inacreditável comércio de terrenos e barracos nas nossas favelas urbanas” (MARTINS, 2003, p.14).

Consecutivamente, força o entendimento que a ausência de um projeto político-ideológico, nas concepções de mundo que estruturam a vida do trabalhador rural no P.A. Nova Amazônia abrem fragilidades a ser observadas, há caminhos que devam ser redirecionados ao se idealizar uma reforma social justa e eficaz, politicamente adequada ao presente contraditório em que é assinalado o rentismo sobre os lotes decorrentes no P.A Nova Amazônia. Diz um dos trabalhadores rurais entrevistados a respeito:

A gente avisa o INCRA, mas a pessoa vai lá e o INCRA passa o documento. Valeu apenas você ir, tanta coisa errada, tanta coisa errada [...] e aí tem muita gente como empresário, político, tem terreno que foi vendido pra político [...] tem uma contadora, aí ela disse que tem um pessoal do INCRA, que foram ver as pedras [marcos GPS] que queriam tirar ela do assentamento. Aí eu disse pra ela: você diz pra eles: “eu só saio daqui se vocês tirarem todo mundo que está irregular”! (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Vale salientar que os trabalhadores rurais que se desfizeram de seus lotes, outros que mantêm a posse de várias propriedades, dificilmente são detectados devido à falta de transferência em documentos legais ou à falta de fiscalização competente. Tudo que é feito pela ação verbal ou simples contrato de permuta ou repasse de benfeitorias, demonstra que no P.A Nova Amazônia a realidade de grilagem e venda de lotes de assentamento também se faz presente. Muitas vezes, trabalhadores rurais se capitalizam com a venda dos lotes ou cedem a terra para familiares como filhos e partem para outra conquista de terras, encerra em si um contraventor de sua própria ideologia e daqueles que manifestam à práxis numa ordem de efetivamente trabalhar o assentamento. “Nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformador” (MARTINS, 2003, p.15).

Foi possível identificar irregularidades como se fosse algo comum, entre as narrativas de dirigentes estabelecidos pelos próprios trabalhadores rurais e são esses que sentem a realidade da questão agrária e como pretendem resolver, tendo uma situação prolixa, estabelecida por militantes do assentamento e instituições, problema que tem agravado a liberação de recursos para os trabalhadores rurais e o prosseguimento nas esferas burocráticas, administrativas e jurídicas, por fim, transtorno na liberação de crédito, na titulação de terras, nas ações de desenvolvimento pelos governos ao que permanecem como trabalhadores rurais.

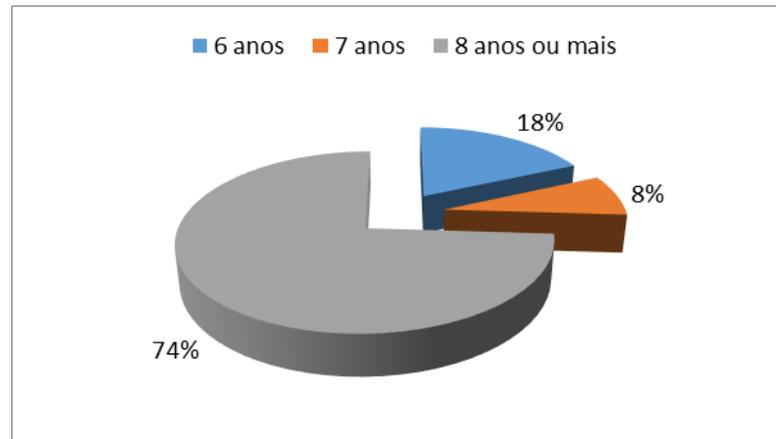


Gráfico 03 – Tempo de Residência dos trabalhadores rurais da Pesquisa

A questão agrária, e a reforma agrária com que se pretende resolvê-la, tem um tempo próprio, desdenhado, infelizmente, por militantes da causa, pesquisadores e governantes. Completamente ao contrário do que se diz no muito de meia informação que domina o assunto, não estamos em face de um problema de 500 anos. Porque a injusta distribuição de terra se tornou e, sobretudo, se revelou problema de fato, há apenas algumas décadas. Isto é, passou a criar marginalização social e consciência da marginalização, e passou a mobilizar politicamente como problema que pede solução, unicamente a partir dos anos 50 do século XX, os anos a industrialização intensa e das grandes migrações. Foi na época do rompimento do equilíbrio que nas relações de trabalho rural se introduziria com o fim da escravidão e o advento do trabalho livre (MARTINS, 2003, p.16).

As contradições do período escravagista determinavam uma ordem, ainda que fosse uma ordem injusta, mas que todos tinham o seu lugar e os meios para sobrevivência, repudiada por todos que se opõem a uma estrutura social engessada por ações político partidário estabelecidas no Estado de Roraima, a partir da década de 1990.

As metas burocráticas propostas para efetivar a Reforma Agrária repercutem na dinâmica estrutural do assentamento Nova Amazônia. As medidas tomadas por administrações anteriores conflitam com demandas posteriores, principalmente ao que se refere à estruturação e consolidação para permanência do trabalhador rural. Cada momento, cada discurso feito aos trabalhadores rurais, cada ação de desenvolvimento corresponde a um problema modificado que já não se configura aos motivos anteriores, o que termina por criar entrave à modificação da realidade.

Os tratores que foram leiloados, a ausência de ações de desenvolvimento, a semente que chega fora do período de plantio, as máquinas que chegam após as chuvas encharcaram o

solo ou do fogo que a tudo destrói, do calcário que não chega a todos os produtores, é o título que não permite o financiamento de projetos para produção; é o trabalhador rural esquecido, esperando “a roda girar em seu favor”. Diz Martins (2003):

O clima emocional que se criou em torno da questão agrária e, sobretudo, da reforma agrária, no Brasil, por motivos notoriamente eleitorais e partidários, distorceu completamente suas características próprias, sua efetiva dimensão e o alcance de recursos e medidas para solucionar os problemas sociais que dessa questão resultam (p.18).

Inamistosos ao trabalho desta pesquisa, os trabalhadores rurais demonstraram sentir-se crivados como caso à parte, como uma periferia a ser observada e cuidada somente no depois, no mais tarde, impugnações pós eleições, reveladas por seus líderes mas o que vem à luz da práxis política é bem maior que a insensatez de grupos partidários; é a necessidade de fazer com que a sociedade se reencontre com a peculiar necessidade de sanar suas dívidas sociais mediante as transformações na história de vida dos trabalhadores rurais que por ela, a sociedade, fora modificada em suas deliberações sociais, econômica, política e ideológicas.

Quando procurados, a narrativa de responsáveis por órgãos governamentais, na esfera federal, obteve-se a informação de que o INCRA/SR25 não possuía uma equipe estruturada e dinâmica para acompanhar as aplicações de recursos federais destinados aos assentamentos; que o assentamento Nova Amazônia, como outros assentamentos em Roraima, recebiam verbas federais, mas que o controle financeiro e de pessoas cadastradas era deficiente, não sendo feitas as Relações de Assentados - RA para o controle de cessão dos créditos e fomentos do Governo Federal, e que também não havia funcionários destinados ao acompanhamento dessas situações referentes ao assentamento, bem como das construções das casas. Criou-se uma avalanche de casos e complexidades que estão sendo reorganizados pela atual superintendência e equipe, muitos sendo refeitos num processo lento, para que assim o INCRA/SR25 tenha o controle sobre a situação dos assentamentos em Roraima.

Muitas situações questionadas pelos trabalhadores rurais foram desmistificadas pela vice-superintendência do INCRA/SR25. Entre essas situações encontra-se o vetor maior, a titulação dos lotes. Faz necessário maior esclarecimento de como funcionam os incentivos federais, pois com o cadastro do SIPRA, os trabalhadores rurais adquirem o direito de fazer um empréstimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Se o contrato for honrado sem atraso ou falhas, pode ser renovado por mais duas parcelas subsequentes do mesmo valor. Cumprindo esses prazos, o trabalhador rural passará ao “Crédito Mais Alimento”¹ no valor mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Nesses termos, o trabalhador rural passa a ter liberdade conforme sua resposta correspondente com seu credor do Governo Federal.

Por outro lado, o que dificulta o acesso do trabalhador rural aos créditos é um projeto com descrição detalhada do empreendimento a ser desenvolvido. O INCRA/SR25, admite falhas e muitas estão sendo sanadas, mas que levarão tempo considerável para o equilíbrio ou solução definitiva.

A extensão rural é uma dessas falhas, pois após duas tentativas de terceirizar os trabalhos de assistência e extensão rural, o retorno foi negativo. Na primeira tentativa, as rubricas foram desviadas de suas finalidades quando repassadas para a Secretaria Estadual de Agricultura e Produção Animal – SEAPA/RR. O Estado ressarciu o dinheiro desviado da rubrica, mas o erário não ficou no INCRA/SR 25, retornando aos cofres da União. Assim, o trabalhador rural, mais uma vez foi o único penalizado pela improbidade administrativa.

Em outra situação, após licitação para terceirizar trabalhos de assistência e extensão rural, venceu uma Cooperativa da Bahia, sendo o acompanhamento baseado em realidades distintas, pois entre a realidade de assentamentos na Bahia e os Assentamentos em Roraima

¹ Mais alimento refere-se a uma linha de crédito do Governo Federal para pequenos agricultores ou de agricultura familiar que oscila entre R\$ 20.000,00 a R\$ 200.000,00.

há muitas peculiaridades e contrastes que dificultam uma sinergia para resolução de situações agrárias na região de lavrado em Roraima.

Deste modo, os trabalhadores rurais permanecem na condição de dependência de uma extensão rural que os equipare com capital intelectual, desde a elaboração do projeto, a manutenção e obtenção de resultados positivos, lucro, geração de renda, de sustentação e permanência nos seus respectivos lotes.

São realidades que demonstram a complexidade do assentamento Nova Amazônia, considerando que ainda acontecem outras situações como a de uma produtora que iria plantar feijão irrigado no verão visando obter mais lucro e melhorar sua renda. O projeto a ser executado não teve auxílio dos técnicos da Secretaria de Abastecimento e Produção Animal – SEAPA. Após a produtora recorrer a um profissional autônomo para elaboração do projeto, dirigiu-se a uma loja, também propriedade de um desses técnicos da SEAPA, que em seu discurso simples narra o seguinte:

Rapaz, eu fiz um empréstimo no Banco do Brasil, pra plantar feijão irrigado. Por que minha renda era de frango, mas a ração ficou muito cara e o transporte levava todo meu lucro. Como sou sozinha pensei em plantar um hectare de feijão irrigado, porque na hora de limpar a roça eu colocaria dois homens e pagava dois três dias [...] aí o Banco do Brasil liberou o dinheiro R\$ 13.000,00 [...], aí eu fui comprar o material de irrigação. Eu entrei na loja do Marcelino, não tenho medo de falar o nome dele. O Banco pagou o Marcelino, mas ele nunca me entregou o meu material e eu fiquei no prejuízo. Ele disse pra eu procurar meus direitos. Aí eu fui pra justiça! (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

A pesquisa aponta para situações obtusas aos interesses da Reforma Agrária, percalços causados por quem deveria estimular a produção, subsidiar o planejamento e a execução de projetos que ampliassem a produtividade, gerar renda e transformar a comunidade do assentamento Nova Amazônia, fixando o homem na terra. É perceptível que na formação do assentamento, a burocracia e partidarismo político, incoerências estabelecidas pela luta de classes, segundo Gramsci (1984), tenha atrasado o processo em sua aceleração para fazer cumprir as metas determinadas para as famílias dos trabalhadores rurais do Assentamento Nova Amazônia.

Por outro lado, o INCRA, instituição federal, ativa em seus mais de trinta anos, se encontrava em pleno século XXI, desestruturada em seu corpo administrativo e técnico. Estabeleceu-se a indicação de superintendentes, como de praxe, por caciques políticos e, contraditoriamente, aos interesses prioritários, referente à política de agricultura familiar proposta pelo Governo Federal.

Acentua-se, portanto, a conotação de que a política regional estabelecida alicia, corrói e corrobora para a ineficiência dos planejamentos dos gabinetes federais, afinal, é preciso manter o domínio sobre essas famílias e, de modo mais vil, a submissão a favores e apadrinhamentos políticos que garantem as porteiras dos currais eleitorais fechadas.

Logo, o sujeito permanece oculto para exigir seus direitos e para cumprir o correspondente a agricultura familiar. O que agrava mais ainda a situação dessas trajetórias de vida deslocadas ao assentamento Nova Amazônia, são sem dúvidas, o aumento populacional, o baixo rendimento da produção agropastoril e a falta de capital intelectual exposta no gráfico a seguir.

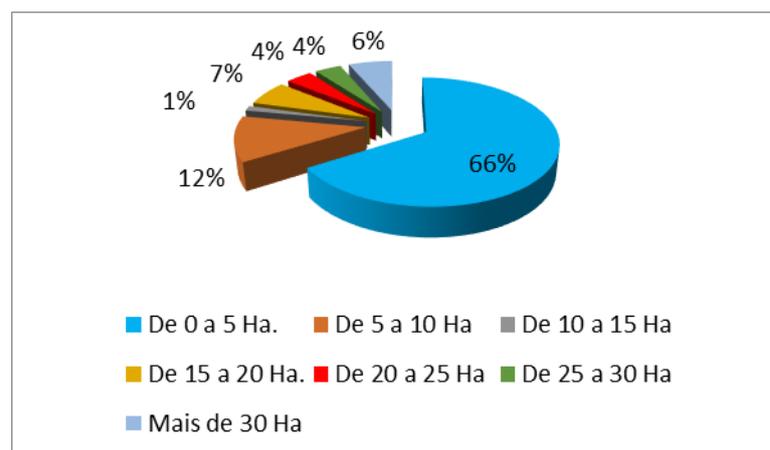


Gráfico 04 – Área Utilizada à Produção Animal

Assim se estabeleceram em Roraima, as territorialidades dos grupos hegemônicos, dos que promoveram a migração desordenada em favor de eleitores que, tendo em sua base negado o esclarecimento estão sujeitos ao controle político partidário, que será apresentado no

último capítulo dessa pesquisa. Atualmente essa realidade vem sendo alterado pela constituição de redes migratórias. No mesmo crivo segue a produção agrícola, que não estabelece um rendimento para sustentabilidade das famílias ligadas à agricultura familiar, as quais necessitam de malabarismos para permanecerem em seus lotes como retrata o gráfico abaixo. Do contrário, restam-lhes o rentismo e o êxodo rural, que transformam o assentamento em um loteamento de chácaras urbanas, composto por profissionais liberais, funcionários públicos, empresários, políticos etc.

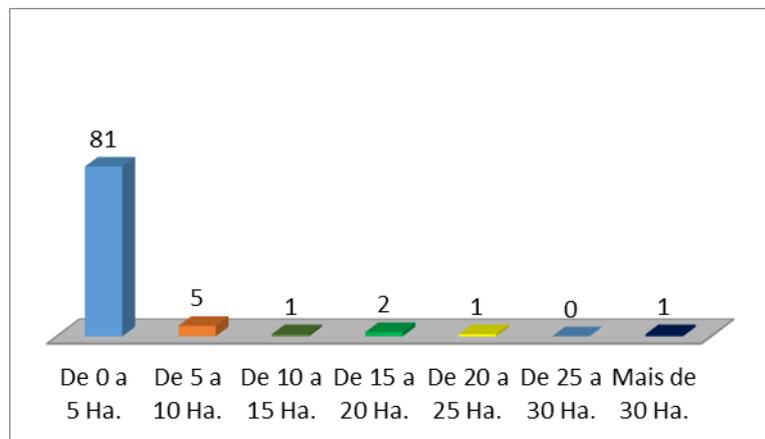


Gráfico 5 – Área destinada à Produção Agrícola

Assim, percebeu-se que os lotes têm potencial produtivo, mas sem incentivo financeiro torna-se inviável estabelecer produção agropastoril pelo trabalhador rural. Criou-se uma forma de possuir terras e não poder produzir, pois somente a boa vontade e disposição do trabalhador rural não são suficientes para transformar a realidade iminente daqueles que optaram por permanecer no Assentamento Nova Amazônia.

Dos dados apresentados nos dois gráficos anteriores, apresentam tanto a produção animal quanto a produção agrícola ínfimas se comparadas com a quantidade de terras e do potencial hídrico que dispõem os lotes, que variam entre 12 a 55 ha. A pesquisa apontou uma fraca produtividade para um assentamento da envergadura do P.A. Nova Amazônia, estigmatizando os trabalhadores rurais e os mantém em condição de inercia.

O sujeito torna-se visível somente aos bastidores político partidários dominantes em períodos eleitorais, pois conforme dados da pesquisa, na mostra de 18% das 569 famílias de trabalhadores rurais, obteve-se o resultado desanimador à sujeição denominada de “curral eleitoral”, com o aumento demográfico, com baixa escolaridade e sujeição ao apadrinhamento político e ao assistencialismo, sinalizando para o diferencial inesperado para um assentamento da envergadura do Nova Amazônia como área de terra para produção e transformação de vidas.

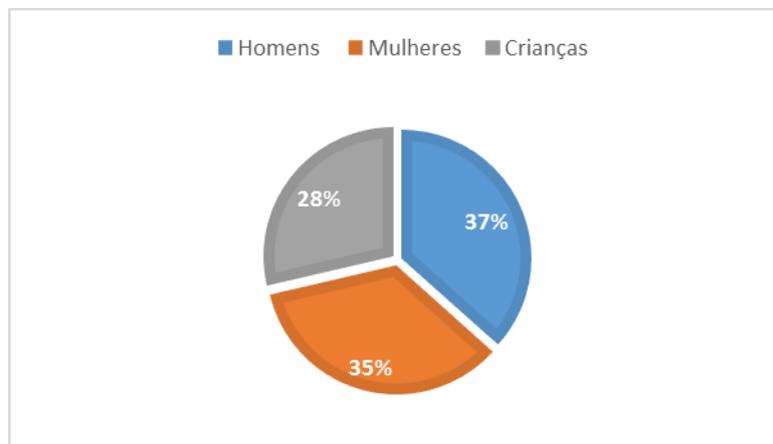


Gráfico 6 –População Estimada no P.A Nova Amazônia

Os apontamentos identificam o agravamento da situação pela falta de estrutura da máquina estatal, pois o ajustamento entre as classes sociais decorre das lutas impressas entre elas e a precariedade operacional das instituições; o descaso com aplicação e o desvio de finalidades nas rubricas fazem o tempo ser inamistoso aos trabalhadores rurais do Nova Amazônia. O cronos do trabalhador rural quando não dinamizado e otimizado faz com que todo um planejamento de gabinetes e de pessoas pensantes não se desenvolva ou ao menos seja estabelecido em seu patamar básico direcionado para o objetivo idealizado para a produção da agricultura familiar.

A má distribuição de renda se instala no sistema e promove variações retrógradas, tais como: posse de terra, mão de obra e falta de produção entre outras, levam observar que:

A fórmula está posta aí, na indissociação de terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego, isto é, da supressão do risco do desenraizamento em consequência de vontades pessoais e fatores impessoais. Esse é um dos aspectos do conservadorismo de orientação do agir de acampados e assentados. De fato, a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência (MARTINS, 2003, p. 61).

A administração atual informou que todos os assentamentos de Roraima estão passando por um recadastramento de assentados - RA, para avaliar e controlar a situação dos financiamentos, da construção das casas, por fim o “status quo” de cada trabalhador rural, todavia o assentamento Nova Amazônia será o segundo entre os demais assentamentos, o que não permitiu maiores informações.

Essa medida do INCRA/SR 25, objetiva mapear a situação individual de cada trabalhador rural, para junto à Caixa Econômica Federal - CEF, adquirir o financiamento de mais casas e investimentos afins, provenientes dos recursos federais. Segundo a vice-superintendência do INCRA/SR 25, somente os trabalhadores rurais que já tiverem obtido os fomentos em outro assentamento, não serão contemplados pelo convênio com a Caixa Econômica Federal - CEF.

Cada superintendente nomeado para o INCRA/SR 25 tem esboçado um trabalho diferente, com metas a serem cumpridas e efeitos variados, o que aponta para a falta de consecução nas ações que saem e os que entram na Instituição, juntamente com os trabalhadores rurais, afim de deliberarem as necessidades dos mesmos. Os trabalhadores rurais pela mobilidade constante promovem mudanças cadastrais entre outros, aumentam ainda mais a complexidade no assentamento Nova Amazônia em seus paradigmas.

As soluções propostas para os problemas anteriores já podem estar ultrapassadas, bem como novos problemas surgem, exigindo versatilidade da gestão atual das Instituições, das lideranças de trabalhadores rurais em novas rodadas de negociações e diretrizes para

superação das dificuldades encontradas. Como afirma a vice-superintendência atual do INCRA em Roraima:

O que o INCRA deveria ter era uma extensão rural, mas nós não temos não. Até saímos dessa reunião, nós temos experiências, nós não executamos, mas terceirizamos [...] tentamos via FETAG, mas não tivemos sucesso [...] temos até uma TCL. A outra foi via SEAPA, que pegaram o dinheiro, desviaram a rubrica e reformaram prédio da SEAPA, o dinheiro foi devolvido para os cofres da união. A terceira foi feita pelo chamamento público, daí venceu uma cooperativa da Bahia [...] mas nós como conhecedores da situação estamos sentido uma necessidade. As pessoas técnicas foram contratadas aqui, mas a parte diretora está na Bahia, então pedimos que eles venham pelo menos uma vez no mês aqui. Estamos esperando para abrir nova chamada pública. Os próprios agricultores tem oferecido proposta [...] o Sr. Euripes ofereceu uma formação de um grupo para serem assistentes, mas tudo parou nas prerrogativas legais, eles teriam que ter o CREA, uma existência jurídica há mais de dois anos etc. aí tudo trava. Eu sinto a necessidade. Amanhã vai vim um assessor da presidência. Eu tenho a necessidade que os assentados tenham consciência do que é a reforma agrária. Se eles tivessem, muita coisa a gente resolveria com eles sem eles entrarem nesse stress (R. A. F. 53 anos, pesquisa de campo, 2012).

A implantação de alguns projetos como Educação Sustentável, Sinérgica e Social - EDU₃S; o Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS, o Programa para Aquisição de Alimentos - PAA, trazem novos horizontes a serem vislumbrados e vividos pelos trabalhadores rurais, partindo da capacitação técnica, do subsídio administrativo através da Incubadora da UFRR, o acompanhamento técnico e o escoamento da produção faz que o restante seja por conta da força de vontade e trabalho dos trabalhadores rurais e suas famílias agregadas a esses programas, tornam-os esperançosos em permanecer como trabalhadores rurais.

O Projeto EDU₃S, patrocinado pela PETROBRAS em convênio com o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Roraima, teve como meta capacitar 480 pessoas dentre jovens e adultos nos cursos de apicultura, produção de mudas, avicultura e piscicultura para produção e geração de renda. Com as metas alcançadas, o projeto objetiva renovação em seu financiamento e visa ampliar para incubar as famílias que produzirão coletivamente.

O projeto Educação Sustentável Sinérgica e Social em Projetos de Assentamento no Estado de Roraima - EDU₃S, patrocinado pela Petrobras através do Programa

Desenvolvimento & Cidadania, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, gerando a inserção social, digna e produtiva, de pessoas e grupos (trabalhadores rurais de projetos de assentamentos rurais) que vivem em risco ou em desvantagem social no país, reduzindo a pobreza e a desigualdade.

Desde abril de 2011, EDU₃S vem atuando na qualificação profissional de trabalhadores rurais a partir de dois projetos de assentamento do Estado de Roraima, o P.A Nova Amazônia, em Boa Vista, e PAD Anauá, em Rorainópolis.

Por se tratar de um projeto de extensão da UFRR, foram atendidos jovens de 14 a 29 anos dos assentamentos da Reforma Agrária. Ao término de dois anos de execução, o projeto EDU₃S, além de qualificar profissionalmente, atuará na gestão de empreendimentos produtivos (associações e/ou cooperativas).

No desenvolvimento de suas ações foram ministrados 36 cursos de qualificação nas áreas de Associativismo, Produção de mudas, Avicultura, Piscicultura e Apicultura, sendo matriculados no PAD Anauá, em Rorainópolis, 615 alunos de 14 a 29 anos e 325 adultos, trabalhadores rurais de 30 a 59 anos. No PA Nova Amazônia, em Boa Vista foram matriculados 292 alunos, após capacitados passaram a ampliar a produção em seus lotes.

Os cursos foram ministrados no período de 05 de agosto de 2011 a 30 de junho de 2012, ocorrendo 07 encontros solidários em lotes selecionados pelos próprios participantes para entrega de certificados e trocas solidárias do grupo. Todos os participantes diretos com, no mínimo, 75% de presença foram certificados pela PROEX/UFRR.

O projeto EDU₃S também possibilitou a implantação de duas Unidades Demonstrativas: a produção de mudas (viveiro) e apiário (abelhas) e de dois poços tubular profundo, no Campus Murupu, área da Escola Agro técnica da Universidade Federal de Roraima, envolvendo as ações especificadas abaixo que estão sendo realizadas: inauguração do Embrião Cooperativo da UFRR; delimitação da área do projeto no P.A Nova Amazônia e

experimento de campo; semeio, repicagem e plantio das mudas produzidas no viveiro; implantação de sistema agroflorestal no P.A Nova Amazônia e de experimentos de pesquisa de campo com espécies florestais (cedro vermelho, sucupira, jatobá, aroeira e caviúna preta), frutíferas (graviola e açaí) e hortícolas (batata-doce e mandioca); oficinas dos trabalhos de pré-incubação de uma cooperativa no PAD Anauá, em Rorainópolis.

Outros programas federais estão sendo desenvolvidos como políticas de desenvolvimento para os trabalhadores rurais do PA Nova Amazônia. São eles:

1. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS

O Pais é um projeto apoiado pelo SEBRAE/RR que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e proporcionar sustentabilidade para as comunidades atendidas. Além disso, estimula a prática da agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos.

2. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

• Como funciona:

Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, trabalhadores rurais da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los em momentos mais propícios nos mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos.

A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

- **Quem acessa:**

Agricultores familiares, trabalhadores rurais da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

- **Quem executa:**

O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA e do [Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS](#), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

3. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Este programa do Governo Federal tem proposto aos trabalhadores rurais garantia para escoamento de produção, de melhoria para os filhos dos assentados quanto a merenda escolar, ou seja, o trabalhador rural produz e parte dessa produção é dirigida a alimentação de seus próprios filhos, gerando renda e melhor produtividade escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos

beneficiários. A criação do PNAE ocorreu em 1983. Contudo, a origem do mesmo remonta a 1954, com a Campanha da Merenda Escolar, no governo de Getúlio Vargas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar representa a maior e mais abrangente experiência em programas de alimentação e nutrição na América do Sul. A clientela atendida atualmente no país ultrapassa 37 milhões de alunos, com um investimento superior a 1.025 bilhão de reais ao ano.

O gerenciamento do programa é bastante complexo em virtude de estarem envolvidos diretamente no processo, União, Estados, Municípios, Conselhos e estabelecimentos de ensino. No entanto, o compromisso de gerenciar este recurso de forma transparente e eficaz deve ser uma constante, uma vez que o programa apresenta grande impacto social.

3. 1. Objetivo principal do PNAE

Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola.

3. 2. Objetivos secundários do PNAE

- Melhorar as condições fisiológicas do aluno, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho escolar;
- Promover a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares;
- Reduzir a evasão e a repetência escolar.

3.3. Meta do programa

Garantir uma refeição diária com aproximadamente 350 quilocalorias (Kcal) e 9 gramas de proteínas. Desta forma, a alimentação escolar deve possibilitar a cobertura de no mínimo 15% das necessidades diárias do aluno.

3.4. Pressupostos Básicos

O aluno bem alimentado:

- Apresenta melhor rendimento escolar;
- Apresenta maior equilíbrio para o seu desenvolvimento físico e psíquico;
- Apresenta menor índice de absenteísmo;
- Melhora as defesas orgânicas necessárias a boa saúde.

3.5. Público - Alvo

Atender Pré-Escolares e Escolares do ensino fundamental da Rede Pública (Municipal, Estadual e Federal), creche e entidades filantrópicas que ofertem ensino regular e que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Educação, no Conselho Nacional de Assistência Social e constantes no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, no ano anterior ao do atendimento.

3.6. Valor do repasse

O FNDE utiliza como base para o cálculo do recurso a ser transferido ao município e aos Estados, a clientela oficial cadastrada no Censo Escolar do ano anterior. A base de cálculo para determinação do recurso mensal é a seguinte:

Valor do recurso mensal = N° de Alunos constantes no Censo X 20 dias de atendimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é financiado com recursos do Tesouro Nacional. Os recursos financeiros são transferidos em parcelas mensais e idênticas, de fevereiro a novembro, considerando o número médio de 20 dias letivos.

As transformações são lentas e precisam ser incorporadas ao cotidiano do trabalhador rural, o que para muitos é ainda motivo relutante e, muitas vezes, contraditório à sua prática como produtor. É como se tudo já tivesse que estar pronto na cabeça dele, e isso é o maior problema para se abrirem e aceitar as mudanças. Um exemplo disso é a individualização na hora de produzir, fruto do descrédito de cooperativa e associações anteriores à execução da pesquisa. Se trabalhassem em cooperativas, e essa realmente funcionasse, teriam então como

alcançar categoricamente a conquista social que se dispuseram ao se tornarem trabalhadores rurais em Roraima. Do contrário, apenas se tornam apenas mais um número a integrar os que transgridem as leis, invadem propriedades, se instalam sem legalidade, provocam convulsões sociais e ainda esperam ser vistos como excluídos.

É preciso uma ação prática que transforme as relações entre os trabalhadores rurais, suas lideranças com as Instituições Federais, Estaduais e Municipais. Uma dessas ações já desenvolvidas é o Ensino Superior voltado ao trabalhador rural, sem que o trabalhador rural, fora da faixa etária, deixe o estudo para segundo ou terceiro plano ou tenha que abandonar seu trabalho e seu lote para conquistar e ampliar seu universo de conhecimento. Questões acerca da educação no P.A Nova Amazônia serão discutidas mais adiante.

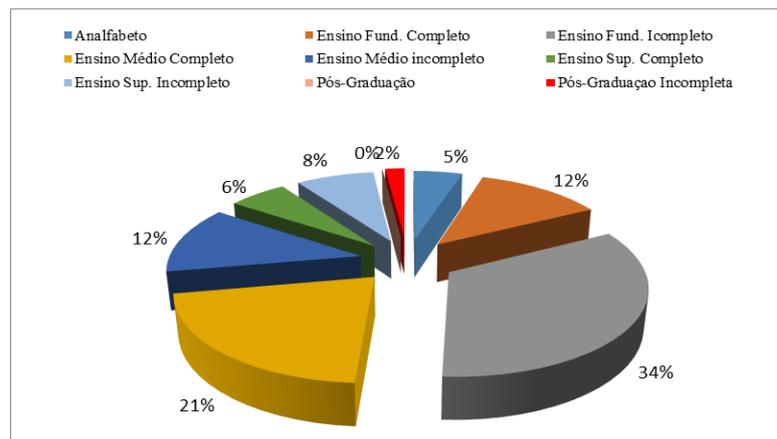


Gráfico 7: Escolaridade no Assentamento Nova Amazônia

Percebe-se que a educação como eixo principal pode tornar possível, mudança real em amplo espectro para a vida dos trabalhadores rurais, tanto em independência financeira quanto em submissão da “visão de túnel” imposta pela ideologia da superestrutura. Não que se almeje pregar uma revolta ou rebelião, mas que seja dada apenas condições ao trabalhador rural estruturar e dirigir sua própria história em sua trajetória de vida, pois a reforma agrária depende da vontade de políticos, que tornam ainda mais dramático e desafiador sua efetivação por causa da articulação fragmentada dos trabalhadores rurais.

O analfabetismo político faz com que surjam grupos articulados com os grupos hegemônicos que dominam ideologicamente e direciona as decisões dos trabalhadores rurais, o que contradiz ao regime democrático, seria necessário:

Reordenar as instituições e as relações entre as classes sociais, tocar no vespeiro das regras de acumulação da riqueza e do poder. O que fica muito complicado quando os protagonistas da vontade de mudar tornam-se gerentes da empresa do manter. Mais uma vez se consuma o que é uma característica fundante da política brasileira desde o Império e é parte do nosso pacto político nacional: é o partido contrário aos proponentes que realiza os projetos nacionais. Esse é o recurso histórico que este país encontrou para manter o progresso nos limites da ordem, para fazer com que a mudança se dê nos limites do que permanece (MARTINS, 2003, p.20).

O assentamento Nova Amazônia reflete o fluxo e refluxo aos centros urbanos, nota-se que as trajetórias de vida são alteradas em face da desarticulação que há entre os interesses que organizam e instituem o assentar dessas famílias. O trabalhador rural não tem domínio dessa reforma social devido ao despreparo de lidar com situações congêneres. Assim, diz Martins (2003):

Se não compreendermos os momentos dessa reforma social, que se realiza e se arrasta ao mesmo tempo, a luta terá sido em grande parte inútil. Porque, no fim das contas, lutar sem compreender que a luta se explica por seus resultados e por suas dificuldades terá sido lutar pela metade e conseguir pela metade, se é que, historicamente falando, se consegue alguma coisa que tenha sentido (p. 23).

O assentamento percorre o visgo estabelecido pelo período pós-escravismo, que ascendeu à condição de trabalho livre, cuja conjuntura atual estabelece um codinome de “sem-terra”. Assim fomenta e sela o destino das trajetórias de vida em suas experiências sociais que os acomodam ao assimilar e integrar à mentalidade que como estão e onde estão é o modo e lugar pertinente à sua situação social.

A luta pela terra faz do trabalhador rural em Roraima, especialmente no P.A Nova Amazônia um lutador pela terra, ao mesmo tempo em que o fragmenta como ser social, pois, as intempéries administrativas, os subsídios, a debilidade técnica, enfim, tudo conspira para que sua trajetória de vida se prolongue por um itinerário sem precedentes, cercado de vetores

não resolvidos ou mediatizados paleativamente tornando-o negativado e marginalizado nessa luta que tem entre outras finalidades, estruturar a sociedade roraimense.

Cada um caso constitui uma prospecção na vivência, na experiência e na subjetividade dos participantes dos assentamentos. Cada um é uma etnografia do vivido e da experiência pessoal e social de reordenar a vida, a partir da condição de assentado e proprietário de terra, em populações marcadas por histórias familiares de trabalho dependente, na grande propriedade fundiária, ou mesmo de marginalização social, na incerteza de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo (MARTINS, 2003, p.27).

Observou-se a ansiedade dessas comunidades em se ver livres e dependentes de intervenções associadas ao clientelismo e ao assistencialismo político, esperam que possam se expressar através de suas narrativas sob um projeto sociopolítico próprio de suas necessidades e saberes da sua estrutura social, caminhando em suas nuances endógenas, expropriando a intervenção até mesmo de mediadores extrapartidários; construindo e reconstruindo seu universo e interagindo com demais classes; encontrando e firmando-se em seu espaço sócio-cultural em seus movimentos sociais como parte do processo civilizatório.

A intervenção político-partidária imbuída de males congênitos provenientes de uma formação social vilipendiada em valores, como a compra de voto, a indicação e apoio de pelegos para presidirem associações, sindicatos e cooperativas, silenciar vozes com homicídios, desagrega e segrega os movimentos sociais; declina o espaço que lhe é devido nas sociedades contemporâneas. O aumento de interlocutores ou a disseminação da importância de se tornar um membro partidário ampliará, certamente, as demandas populares em demandas político-partidárias.

A implementação e a recriação dos movimentos poderão ser acentuadamente questionadoras àqueles grupos que por si mesmo, deveriam agir, transformar e promover as mudanças estruturais no assentamento.

Trabalhadora rural do polo 4, relata:

Ah, eu vim do Pará para trabalhar de doméstica na serraria do Sr. Leitão. Aí eu fui abandonada pelo meu marido. Aí um dia uma amiga me disse que estavam inscrevendo para receber lote num assentamento; esse era o PA Nova Amazônia. Aí

eu pensei: Eu tenho que trabalhar e cuidar das minhas filhas que estudavam e eram pequenas [...]. Aí o povo estava acampado aqui na BR 174; aí eu liguei pra Brasília [...] Dona, eu quero saber se eu tenho que acampar porque lá tem muito inseto, não tem água etc. Aí a mulher disse que eu deveria seguir a meta do meu Estado: se tiver que acampar, a senhora tem que acampar. Aí eu não contei conversa [...] Deixei minhas filhas na cidade e vim embora. Quando eu cheguei fui a de número 17. Os que estavam organizando, sempre colocavam pessoas na minha frente [...]. (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

A reforma agrária é uma reforma potentada em idealizações, como no governo Fernando Henrique Cardoso, ao nomear Raul Jungman para ministro, o qual priorizou ações para a efetiva transformação da realidade social de inúmeras famílias marginalizadas ao longo de anos e até mesmo séculos. Tornou a reforma agrária um mecanismo de afirmação de liberdade social, abriu possibilidades de ascensão de populações desvalidas, permitiu em nível democrático a reinserção social em oportunidades presentes e antidemagógicas.

A desestrutura estabelecida no P.A Nova Amazônia, como em outros assentamentos, possui um viés de conflitos que mais prejudicam o andamento das ações desenvolvimentistas e contribuem negativamente para a desconstrução de uma comunidade produtiva. Cada grupo prioriza suas metas e assim o todo permanece prejudicado pelas partes. Nisso se reflete a ingerência partidário político local com ideais incoerentes às necessidades dos trabalhadores rurais; isso fragiliza os trabalhadores rurais e favorece ao grupo minoritário que compactua com as alternativas de dominação do poder vigente. “Ou seja, trata-se de uma população que está entrando num estado de anomia ou que dele não consegue sair, apesar de beneficiada pelo programa de reforma agrária” (MARTINS,2003. p.35).

Um marco dessa letargia é gerada pelo rentismo, estabelecido em todos os polos do assentamento e, que conseqüentemente gera outros vetores secundários, que transgridem as necessidades básicas voltadas pelo requerimento daquelas famílias enquanto sem-terras. O êxodo rural torna-se inevitável, já que a migração para as cidades ou outros municípios próximos após a venda do lote, leva o trabalhador rural a imaginar que, o dinheiro proveniente do rentismo permitirá uma melhor condição de vida.

Esse pensamento leva o trabalhador rural ao fracasso total, pois não mais poderá ter acesso aos créditos e financiamentos, pois, uma vez cadastrado, ou melhor, sigrado/Incra, seus dados cadastrais o impedem de novamente acessar as linhas de crédito. Então, os desconfortos são inevitáveis diante das instituições públicas, acirrando ânimos e entrvando o andamento de processos. Daí a grande necessidade de esclarecer tenazmente os objetivos inerentes à reforma agrária enquanto agente transformador dessas vidas, que em sua trajetória, tem se deixado abater ou oscilar à menor dificuldade, ou por outro lado, se deixando levar pela utopia irrealizável como trabalhador rural na agricultura família ao abandonnar ou negociar a terra por um custo inferior, incoerente ao período de lutas que justificou sua entrada no assentamento. Como afirma a Vice-Superintendente do INCRA, em Roraima:

Eu tenho a necessidade que os assentados tenham consciência do que é a reforma agrária. Se eles tivessem, muita coisa a gente resolveria com eles sem eles entrarem nesse estresse. Que eles questionam o título. Mas o que eles precisam é somente do cadastro do SIPRA, então o assentado terá acesso ao PRONAF A (R\$ 20.000,00), ai depois o assentado pagando direitinho esse empréstimo, o mesmo ainda teria mais três empréstimos, CUSTEIO, de R\$ 5.000,00, deu conta de pagar tudo direitinho, aí eles podem passar pro mais alimento de R\$ 200.000,00 de acordo com a renda bruta e o INCRA não pode resolver porque isso é com o governo federal (R. A. F. 53 anos, pesquisa de campo, 2012).

Nessa ciranda de interesses e desinformação, o planejamento de todo assentamento Nova Amazônia fica comprometido por viés que se tornam prioridades aos grupos hegemônicos, representados pelos partidos políticos, os quais se infiltram e ramificam-se através de lideranças comunitárias no assentamento em seus respectivos polos, a saber: as lideranças das associações, sindicato e cooperativa.

Por fim, os reflexos burocráticos no rentismo e o êxodo rural, somado aos interesses político-partidários locais de grupos hegemônicos rivais, são derivações da complexidade estabelecida no programa de assentamento Nova Amazônia, enquanto a população demográfica cresce incontinente e a produção se faz precária. Pode-se prever outro problema

maior, isto é, que o assentamento de famílias se transforme numa periferia com todos os problemas que são peculiares.

1.2 Não queremos mais viajar: a vida dos trabalhadores rurais no P.A.N.A. atualmente

O deslocamento das famílias para o P.A Nova Amazônia tem sido retratado pelos próprios trabalhadores rurais como uma procura por melhoria de vida e não somente uma fatia de terra, mas, uma alternativa para várias histórias de vida que através da renúncia do estado onde nasceram, se permitiram migrar e buscar transformação de vida.

Subsequente a isso, as ações politiqueras que agregaram esses migrantes fizeram-nos ainda mais convictos de que este é o local certo para permanecerem. Pois, por outro lado, observa-se que as conquistas pessoais são lentas, que o acesso à outra classe social é praticamente inerte. Contudo, a expectativa no assentamento Nova Amazônia é muito mais atraente que em seus estados de origem.

Há um complexo de nordestinos, gaúchos, catarinenses, paraenses, amazonenses, dos mais diversos estados do Brasil, indígenas e muitos outros que foram indenizados pelas demarcações das reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, enfatizado pelo depoimento de uma maranhense, presidente da associação da RR 342:

Meu pai já morava aqui, aí eu trabalhei em órgãos públicos, na prefeitura, nesse período todo que eu estava em Boa Vista, minha mulher tinha vontade de plantar, aí nós demos o nome no INCRA, aí nós ganhamos um lote, no Amajari, não deu certo porque era lote repassado, aí depois fomos para Campos Novos, não deu certo também, porque era lote repassado, nós viemos pra cá e ficamos aqui.

Eu não entendo bem a palavra migrante, mas eu acho que aqui a gente tem oportunidade de viver. Vim pra cá porque procurava melhoria na vida. Posso ir lá em Boa Vista de manhã e voltar de tarde [...] acho que no caso de migração, muita gente vem prá cá pra melhorar de vida, e esse é o nosso caso [...]. É tem gente de todo lado do país, tem gaúcho, catarinense e às vezes as ideias não batem muito [...], mas não tem briga não, a gente se entende! [...] É porque o povo daqui é indígena [...] mas nós tentamos conviver [...] Um aprende a gostar da diferença dos outros e no final torna-se bem interessante essa mistura (M. G. O. C. 50 anos, pesquisa de campo, 2012).

Adversa às situações de luta pela posse da terra, que principiam com a práxis do acampamento e os atos burocráticos estabelecidos pelas relações com as Instituições responsáveis pelo cadastramento e controle dos trabalhadores rurais, soma-se a intervenção partidária que busca concomitantemente seus interesses hegemônicos locais.

As relações de poder se estabeleceram logo e imediatas ao período do acampamento às margens da RD-BR 174, que liga Brasil/Venezuela, consolidando laços de relações que permearam dificuldades possíveis de imaginar. No assentamento Nova Amazônia, muitos ajustes se fizeram pela pressão popular, pela massa desorganizada às margens de uma rodovia federal de tráfego intenso, e que ameaçava adentrar a antiga Fazenda Bamerindus, desapropriada após falência de seu proprietário.

A história do assentamento revela ganhos sociais e perdas irreparáveis aos anseios e perspectivas criadas pelos primeiros a se instalarem como trabalhadores rurais, mesmo assim, muitos permanecem e acreditam que o lugar de viver é mesmo no lote, onde a vida, apesar das promessas não cumpridas e muitas dificuldades superadas, oferece melhores condições que mesmo na cidade, como afirma a presidente da associação do polo três, filha de agricultor e atualmente trabalhadora rural também.

Ah, eu morava com minha sogra, e todo mundo que casa quer ter uma casa, eu queria ter um lugar pra viver com meus filhos, assim como eu tenho aqui [...] Queria plantar e ter minhas coisas. Eu sou muito feliz! [...] Não dava pra nós na cidade não. Porque o que eu ganhava não dava pra eu manter minha família. Aqui não, eu planto, eu crio e tudo que preciso pra me manter eu retiro do lote. Aqui é melhor do que lá! É pouco, mas dá! (R. S. R. 43 anos, pesquisa de campo, 2012).

O *modus operandi*² estabelecido no assentamento reflete diretamente no que está instituído como modelo de produção capitalista. A fragilidade dessas famílias ligadas à agricultura familiar, uma vez levadas a competir no mercado, a partir da captação de recursos intelectuais, da matéria base, da produção e da entrada no mercado consumidor,

² Designa a maneira de realizar determinada tarefa segundo um padrão pré-estabelecido que dita as maneiras de como agir em determinados processos.

marcadamente dominado por grandes produtores, tem facilitado a ação de atravessadores que depreciam o produto dos trabalhadores rurais e oneram esse mesmo produto ao revender ao consumidor final. Estabelece-se, assim, uma ciranda financeira que certamente repercute negativamente na economia local, gerando o desestímulo ao produtor e a permanência do trabalhador rural na terra.

A história dos trabalhadores rurais se revela como uma massa de peregrinos que ainda não sabe aonde vai, porém, que tem a convicção de que querem para si as mudanças promovidas pelo sistema em que estão inseridos. Isso se revela ao apreciarem a presença da Escola Agrícola da Universidade Federal de Roraima como meio de melhorias para seus filhos e como retorno à produção em seus respectivos lotes, como revela um trabalhador rural:

A vinda para o PA Nova Amazônia melhorou a vida de sua família?
 Sim, melhorou minha vida sim, logo há cinco anos, veio a Escola Agro técnica da Universidade Federal de Roraima – E Agro/UFRR, e nossos filhos puderam estudar, a gente tem feito cursos [...], a luz chegou, mas nossas estradas estão ruins, mas vamos ver como vai ficar (D. S. S. 43 anos, pesquisa de campo, 2012).

A formação do acampamento criou vínculos entre os trabalhadores rurais, os que hoje permanecem tem um saudosismo de tudo que foi feito, basta começar a buscar as lembranças que surgem histórias de todos os tipos e formas. Contudo, essa unidade tem sido minada pela saída de muitos dos pioneiros, o que abre espaço para novos personagens adentrar no assentamento e transfigurar aqueles vínculos estabelecidos anteriormente, na época da luta pela terra, da conquista, do acampamento.

Os novos integrantes, vizinhos provenientes do rentismo, possuem perfil muito diferente do trabalhador rural são pessoas que tem em si a característica de homem da metrópole. Geralmente são militares, servidores públicos, profissionais autônomos que se justapõem contraditoriamente às leis, e que pelo “jeitinho brasileiro” permanecem no assentamento, gerando diversos problemas aos produtores.

Os proprietários, “novatos”, provenientes do rentismo são funcionários e profissionais liberais, se investem de sua posição enquanto instituição para de uma forma ameaçadora

ultrajar o trabalhador rural e produtor da agricultura familiar. É o gado do policial, solto para pastar, que come a plantação de melancia do trabalhador rural, o feijão, o milho e assim as demandas chegam ao INCRA, este tem que acionar a Polícia Federal e os conflitos se estabelecem entre os trabalhadores rurais e os “novatos”, que adquiriram lotes através do rentismo.

O cenário conspira com o desestímulo ao trabalhador rural, que muitas vezes sai de forma compulsória por não estar se encontrando em seu espaço enquanto produtor. A inversão de valores relativos ao trabalhador rural, ao assentamento e aos que burlam as leis para conseguir área de terra próxima à capital e transformá-la em reduto para os fins de semana, tem gerado momentos de tensão entre os pioneiros e os recém-chegados ao assentamento.

A comunidade que se expressa no entusiasmo da memória dos fatos passados, que se consubstanciaram no acampamento, preâmbulo do assentamento, revela nesses episódios e referência a sua fragilidade [...] A história dos assentamentos se revela uma história de ganhos sociais indiscutíveis, mas também de perdas pelo caminho: os que desistem, os que se agregam sem autenticidade, os que negociam posses e “direitos”, os que mesmo assentados preferem viver de renda da terra. Só muita filtragem deixa entrever a débil comunidade possível, que terá ainda pela frente, para sempre, seus inevitáveis antagônicos nas forças sempre desagregadoras do mercado, do dinheiro e da renda fundiária. São as contradições que devem viver os que, mesmo pela via de ideais comunitários e dos movimentos sociais, chegam à modernidade e ao mundo que o capital construiu (MARTINS, 2003. p. 62).

A presença de uma orientação comunitária deveria estimular a convergência dos trabalhadores rurais e estimular as relações sociais, entretanto, o que se apresenta no assentamento Nova Amazônia são a fragmentação dos vínculos e a descrença que as associações e cooperativa sejam unificadoras e agentes favoráveis aos trabalhadores rurais.

As relações entre os dirigentes *versus* base tornam-se difíceis a partir da contribuição sindical, pois os regimentos implicam cláusulas que não satisfazem a muitos trabalhadores rurais, que não mais creditam forças para fortalecer as instituições representativas.

Nesses termos, os trabalhadores rurais tornam-se dispersos quanto às associações, sindicatos e cooperativa, sendo alvo fácil e vulnerável à ação de grupos políticos organizados, uma vez que abertas à interferência em seus domínios, passam a desconstruir suas identidades

geradas desde o acampamento ou, no mínimo, perdem a possibilidade de consolidar sua identidade autêntica como associação ou sindicato, assegurando os direitos ao trabalhador rural como parte e da pessoa jurídica enquanto órgão estatuído por lei, como diz um morador da RR 342:

O senhor é o chefe da família; tem dificuldades de adubos e outros incentivos; se o senhor fosse convidado para trabalhar em grupo, o senhor iria? Iria, mas se precisa saber com quem está trabalhando. Porque é muito perigoso trabalhar em grupo! **Como o Sr. Avalia a condição de vida aqui no PA Nova Amazônia, considerando a produtividade da terra?** Eu acho que hoje, a vida aqui na agricultura tá ruim, péssima e péssima, pois os incentivos é o que dá esperança. A turma aqui vive de esperança [...] Se a gente tivesse incentivo o P.A. Nova Amazônia seria o melhor assentamento em nível nacional. Se não tiver incentivo, o que vai acontecer é que virão pessoas que não vão expulsar, mas comprar barato e o povo daqui vai viver outra calamidade. O pessoal aqui tem que ter fiscalização [...] O pessoal que pega crédito e não pagam são os que produzem menos. Acho que é um jogo na vida pública de dar crédito pra quem não paga. **O Sr. Só vive do que produz no lote?** Sim. **O Sr. Gostaria de desenvolver o que pra melhorar as condições de vida de sua família?** Piscicultura, eu tenho um lago que com um pouco de incentivo melhoraria muito. Mas eu não acredito nas instituições. A Coopercinco só funciona sem influência da vida política. Eu entro numa vida civil sem influência sem me influenciar pela vida política (S. B. 61 anos, pesquisa de campo, 2012).

Parte da massa migratória que se deslocou para Roraima se deve ao período de garimpos e, também, pelo estímulo da administração do governador Ottomar de Sousa Pinto, que administrava como governador do Território Federal de Roraima, indicado pelo Governo Federal. Com a promulgação da Constituição de 1988, o então Território Federal de Roraima passa a ser mais uma estrela na Bandeira Nacional, ou seja, torna-se Estado, e o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto é eleito governador pelo voto popular.

No campo político [...] a influência do então governador, Ottomar de Sousa Pinto, se dá desde 1979, quando era governador indicado do Território; foi governador interino do Território em 1988, passando a governador eleito em 1991. Em 1996, elegeu-se prefeito da capital de Roraima, Boa Vista. Em 2005, substituiu o governador cassado, Flamarion Portela, e, em 2006, voltou a eleger-se governador do Estado (VIEIRA, 2008, p. 313).

O resíduo dessa migração retrata a ocupação da maioria dos assentamentos em Roraima, em especial do P.A Nova Amazônia, a inadimplência de alguns produtores tem dificultado a abertura de crédito para outros, observa-se que um melhor acompanhamento dos investimentos financiados poderia equalizar essa disparidade entre quem produz e não tem

acesso ao crédito e quem tem acesso ao crédito e não produz ou não honra o compromisso com o credor.

A identidade coletiva da comunidade do assentamento em prelo ainda está em construção, pois são comuns os choques entre os trabalhadores rurais pioneiros e os que se assentaram por meio do rentismo promovido por aqueles que se foram e venderam seus lotes. Servidores e profissionais liberais se instalaram após a compra de lotes.

O poder aquisitivo permite a criação de bovinos que nem sempre estão contidos por cerca adequada e, conseqüentemente, a fuga de reses para as hortas e plantações daqueles primeiros que não tem tanto recursos, gera um prejuízo irreparável e promove acionamento da Polícia Federal para intervir e solucionar as questões de uma simples discussão entre vizinhos, até mesmo ameaças com porte de armas.

Isso é um dos casos de que se tem conhecimento, o que fragiliza ainda mais a identidade do trabalhador rural, o qual faz da terra seu lugar de residência e não somente um balneário ou área de retiro extra urbano, pois não possuem outro lugar senão o lote no assentamento. Por vezes, as próprias vidas são ameaçadas, fazendo com que muitos vendam seus lotes e sigam com outros grupos de pessoas em busca de uma terra que seja realmente apropriada para trabalhar e produzir.

Por outro lado, a pesquisa comportou informações que insubordinam a execução da justiça, pois, a demora na titulação abre espaço para que essa segunda leva de pessoas que chegam através do rentismo, seja beneficiada com o que não lhes é de direito, a titulação da terra. Assim, observou-se que o rentismo é próprio não somente dos trabalhadores rurais do movimento dos sem-terra, mas principalmente, fruto da burocracia dos que administram a situação fundiária e que compactua, ainda que indiretamente, e cede à invasão de pessoas que em nada se enquadram com a Reforma Agrária; são pessoas capitalizadas que se instalam e passam a integrar o assentamento como pseudo trabalhadores rurais ou “novatos”.

A senhora se considera uma trabalhadora rural, uma assentada ou autônoma? Rapaz eu só vou me considerar como assentada quando tiver o título definitivo aqui da minha terra. **Quem é o responsável pela titulação da terra?** O INCRA, numa reunião que nós tivemos com o Superintendente do INCRA/SR 25, ele disse que o INCRA não tem dinheiro pra resolver esse problema. **E como é sua vida social aqui no meio comunitário? Com os vizinhos, com os festejos e com as outras pessoas?** Rapaz, eu sempre me dou bem com todo mundo, inclusive com os novatos. Mas um dia chegou uma pessoa na minha casa querendo que eu assinasse um abaixo assinado para tirar uma pessoa daqui [...] aí eu disse que sentia muito, mas não iria assinar nada não! Porque eu moro sozinha aqui, me dou com todo mundo aqui e quero continuar assim! Porque eu vou de pé daqui até a BR 174 [12 km] e quando passam por mim me levam e me trazem, aí a pessoa foi embora e nem ficou com raiva de mim. **Há muitas desigualdades entre as pessoas que moram aqui?** Ah, existe sim! Existe em todo lugar, olha, aqui, aqui, aqui a desunião aqui é mais pelas pessoas que compram terreno do que com as que estão desde o começo! Estas são humildes, as que compram são mais arrogantes, não falam com a gente! Por exemplo: se um carro passar por mim e não perguntar para onde eu vou, um já sei, é gente que comprou lote! Mas já tive vez de andar daqui até na BR174 e são 13 km e ninguém me levou (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Os trabalhadores rurais do P.A Nova Amazônia não têm um passado coeso, são fragmentados até mesmo na questão identidade. O passado para os trabalhadores rurais é algo esquecido, logo, se distanciam e se agarram ao presente e às circunstâncias que promovem sua permanência na terra ou seu êxodo. Tudo depende das relações que são costuradas e compartilhadas com as lideranças do assentamento, que estão atrelados aos grupos hegemônicos locais que dominam as ações governamentais direcionadas ao assentamento por sua quantidade expressiva de eleitores.

As relações próximas com os trabalhadores rurais demonstram que as referências estruturais da formação do assentamento são correlacionadas com ações administrativas questionáveis em realidades totalmente diferentes e, que muitas vezes, são proibidas pela memória daqueles que ousam posicionamento contrário a situação administrativa dominante.

Ao mesmo tempo, é evidente que os grupos mediadores propõe situações de saída, fatos que propiciem uma nova identidade, a qual se atrela aos ditames dominadores e que pouco tem a ver com os objetivos dos trabalhadores rurais. De fato, sua história de vida enquanto trabalhador rural permite questionar: “o que mede as demandas sociais, o passado ou a manipulação ideológica”? (MARTINS, 2003, p.65).

O Estado de Roraima foi citado em noticiários nacionais com escândalos envolvendo verbas federais, entende-se que neste estado, há grupos que tem encontrado formas diversas de articular seus interesses; logo, uma alteração às condições existenciais dos trabalhadores rurais poderá ter mais vigor, mais praticidade quando também houver maior fiscalização e cumprimento das leis que estabelecem os procedimentos para assentar os que realmente necessitam de terra para produzir.

Diante disso, foi possível observar outra situação problema que envolve os titulares das terras, pois apenas depois que outra clientela populacional esteja ocupando os lotes, ou seja, aqueles que não precisavam da terra para produzir e desafogar os centros urbanos se instalarem passarão a ser beneficiados com a titulação das terras. Aqueles se estabeleceram primeiro, não receberam incentivos ou se receberam não conseguiram honrar seus compromissos com o banco transformaram em seguida, as dívidas e fracassos no rentismo e, em consequência desse fato, se estabeleceram os compradores ou “novatos”, como chamam os trabalhadores rurais; se estabelece um novo grupo que se impõe e monopoliza pela influência com grupos fortalecidos na capital Boa Vista.

É possível vislumbrar a possibilidade que somente assim, os títulos venham a ser entregues, contemplando aqueles que por um nada compraram as terras e assumiram a identidade do que nunca foram e jamais serão trabalhadores rurais. Em contra partida, os trabalhadores rurais se deslocam, promovem um caminhar incerto e mais incerto ainda a condição de controle por parte das instituições que estão no enfrentamento da questão agrária.

Uma conversa simples com trabalhador rural e membro de uma das associações, pode denunciar toda a situação vigente no P.A Nova Amazônia no que tange à permanência de pessoas que estão a serviço de grupos partidários, ou que estejam primando interesses pessoais, difusos dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Como diz um trabalhador rural do polo dois:

Rapaz, ai teve uma frustração de muita gente, se nós fomos usados [...]. Essa fazenda tinha muito maquinário, trator de pneu, de esteira, caminhão, colheitadeira, muito maquinário pra produção. E nós pensamos que essas máquinas ficariam pra nós tocar essa fazenda. Disseram que esses tratores iriam ficar com a gente. Inclusive eu tinha alguns conhecidos de Brasília que afirmaram que passariam essas máquinas pra nós. Mas tudo caiu no esquecimento, como tudo aqui, e esqueceram tudo. Isso foi no primeiro ano do governo Lula. Aí eles disseram que não poderiam passar direto. Que eles deixariam no 6^o BEC e que fariam um leilão [...] e a gente tiraria num valor simbólico. Aí as máquinas sumiram lá do 6^o BEC e nós fomos prejudicados. O INCRA não fez nada, tirando o material das casas o INCRA nunca fez mais nada. Você pode ver que ali a ponte está caindo e eles não fazem nada (E.R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

As descontinuidades de programas gerados para os trabalhadores rurais os levam a redirecionar seus horizontes, mas as impossibilidades terminam por frear o avanço em suas expectativas de mudanças, pois sua base está na terra e a locação e locomoção de máquinas e implementos torna-se inviável devido aos custos a serem investidos, daí caírem na dependência de grupos políticos bem organizados, que manipulam o assentamento desde o princípio de sua formação.

De fato, os sem-terra e os assentados vivenciam relações sociais que confirmam suas demandas e, ao mesmo tempo, as fragilizam em descontinuidades fora do controle dos próprios agentes sociais. Daí que estejamos em face de um cenário de ambivalências e relutâncias, mais do que de certezas. Uma espécie de dupla e antagônica orientação pode ser observada na sucessão de gerações e na consciência dos assentados de que a reprodução de sua condição social não é o mesmo que repetição de um estado social (MARTINS, 2003. p.74).

A migração torna-se um tempo cíclico para muitos dos que chegaram ao P.A Nova Amazônia, por motivos diversos entre os quais se pode destacar nesta pesquisa, pela falta de estrutura dos órgãos que lideram todo o processo para execução do assentamento, das licitações para compra de materiais, pelas promessas não cumpridas, por diversos motivos que impulsionam muitos trabalhadores rurais a abandonarem seus lotes e continuarem migrando.

Por fim, observou-se que o aparato estatal deixa muito a desejar, principalmente quando se refere à ingerência assistencialista e até mesmo dos conflitos existente entre grupos partidários antes, durante e após as eleições, casos gritantes que remontam o tempo e

arbitrariedades da Ditadura Militar no seu mais verossímil teor, que no tempo presente deve ser enfrentado com repúdio por parte de quem quer viver realmente no assentamento.

Nasci colono, e eu sou colono há 60 anos. O Banco só dava ferramenta. Aí eu vim e trouxe minhas ferramentas [...] eu quero um recurso pra melhorar minhas condições. Aí eu disse que queria saber porque esse meu lote não recebeu o incentivo federal. Quero ver alguém que recebeu o dinheiro? Aí o cara me falou: não gaúcho, tu espera até segunda-feira que vem para conversar. Segunda-feira, às 7h da manhã, levaram R\$ 3.900,00, tudo em nota de R\$ 20,00. Aí eu tinha três filhos e três enteados [...] Fiquei até 2000, lá quem fez a escola foi eu [...]. Eu perguntei se o prefeito pagava o professor [...]. Ele disse: Nós paga! Eu serrei a madeira e fiz a escola. Depois eu descobri que o prefeito ganhou R\$ 5.000,00 do Governo Federal. Aí eu tive um câncer e vim pra cidade, mas antes negocieei com um “caboco”, e ele ficou lá tudo legalizado no INCRA. Depois eu vim pra zona urbana, liderei a Associação do Bairro Operário. Negociamos com o INCRA, no tempo do Lurene, que ele desse a terra aqui no PA Nova Amazônia, e nós saía do bairro. Aí o Lurene disse que não tinha problema, que eu seria assentado aqui no PA Nova Amazônia. Falei que tinha outro assentamento, mostrei os documentos e ele disse que não tinha problema. Aí vim ser assentados na BR 174, depois do bar do Oséias, passei por toda documentação e fui assentado. Depois troquei meu lote pelo do Sr. Paulo através de documento de permuta rural. **A questão dessas casas que o INCRA tem para o trabalhador rural, o senhor já foi procurar?** Já, mas eles [INCRA] disseram que não tenho direito porque já fui assentado ali do outro lado [...]. Fizemos o negócio tudo certo [...], então eu tenho direito na casa [...]. Daí veio o senhor Ped [funcionário do INCRA], no tempo do Lurene para me expulsar [...] Depois veio o Lurene para me expulsar [...] que eu podia pegar a terra, mas a casa não. Então eu pedi um documento que comprovasse que eu não teria direito a casa, pelo menos um recibo e ele disse que não dava recibo [...] senão vão dizer que eu recebi a casa [...] Ai eu disse que metia ele no Ministério Público. Aí eles liberaram parte do dinheiro da casa. Aí nós viemos morar aqui depois de trocar com seu Paulo [...] aí chegou o INCRA, o homem disse que eu não podia ficar aqui nesse lote não! Aí chegou um cara, o homem chegou e eu disse que o negócio ia pegar [...] aí ele disse que eu estava desafiando o INCRA! Aí eu disse que eu não era boi de lavrado para ser amarrado e eu ficar comendo debaixo do pé de caimbé [...] Era o superintendente do INCRA, aí ele disse: Pois eu vim aqui pra tirar você daqui! [...] Eu vou te mostrar se tiro ou não tiro?! Aí eu disse pra ele: É mais fácil, se você meter um processo pra me tirar daqui, eu meter um processo e te tirar do INCRA! Mete um processo em mim pra ver se eu não tiro você do INCRA! Pois nem o superintendente do INCRA nacional pode me tirar daqui, ainda mais um [...] que nem você! Te conheço desde que você era professor! Aí ele foi embora, mas eu nunca tive nenhum benefício! (S. B. 61 anos, pesquisa de campo, 2012).

Portanto, foi possível identificar algumas falhas que nortearam o Assentamento Nova Amazônia. Os trabalhadores rurais podem até ser adjetivados como incautos, mas não sem consciências, reconhecem seus erros e acertos, direitos e deveres, mas falta mover as engrenagens para permitir o funcionamento produtivo e parte desse mover chama-se educação. Outro entrave chama-se estrutura administrativa dos órgãos que lidam diretamente com os trabalhadores rurais.

Um recurso que manteve o restante de trabalhadores rurais a não se desfazer de seus lotes e dar continuidade à rota migratória do P.A Nova Amazônia foi a chegada de escolas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Profissionalizante que permitiu sonhar com melhoras para os filhos das famílias no Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

Com cursos técnicos profissionalizantes, além do conhecimento geral oferecido, a EAgro tem possibilitado diante de todas as adversidades, a permanência famílias que fundaram o acampamento e tomaram posse da terra.

Percebe-se que a educação é a possibilidade que poderá prover mudanças, mas isso demandará extensivo tempo, pois o alicerce da educação básica no acampamento demanda a dependência de pressões que articulam mudanças muito lentas, em que não existe tempo de esperar aos que vivem do que produzem da terra.

Todos juntos, em círculo, e em colaboração, reelaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizado por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a liberá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos (FREIRE, 2010, p.18).

Estabelece-se paradoxalmente no campo do conhecimento pensado, a educação que gera a descontinuidade do homem na terra. O curso oferecido é, na visão dos filhos de trabalhadores rurais, para profissionalizar e evadir do assentamento, uma vez que em tempo de estudo, os jovens que frequentam os cursos profissionalizantes percebem a condição árida que é ser produtor diante do que passam seus pais e, assim, observa-se que o interesse maior dos jovens é de se formar e procurar outros meios de subsistência, que não seja como produtor, destino traçado aos pais que permanecem na terra.

A complexidade se agrava ainda mais com o ingresso nos cursos superiores do Campus Cauamé, onde o Centro de Ciências Agrárias oferece graduações em Zootecnia, Agronomia e outros, permitindo opções para novos meios de sobrevivência que não sejam ligados ao lote do assentamento adquirido por seus genitores.

Foi possível comparar o pensamento dos pais e dos respectivos filhos através de suas narrativas e compreender que os interesses dessas gerações são conflitantes enquanto trabalhadores rurais diante da promoção educacional.

Assim, os frutos desses que se tornarão intelectuais orgânicos para o P.A Nova Amazônia somente poderão ser percebidos na esfera de profissionais que estejam realmente retornando às suas bases para consolidar a parte que seus pais apenas puderam conjecturar em sonho.

A educação possivelmente funcionará como âncora para a geração vindoura do P.A Nova Amazônia, que promova a realização do que foi objetivo de governos e sem-terra, priorizando o trabalhador rural em uma linguagem mais objetiva, como necessitado de reconhecimento enquanto elemento social e produtivo, provendo condições de reordenar sua história de vida, tendo como se fixar e, por fim, estabelecer o recomeçar da vida.

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que coexistem em liberdade. Ao que constrói junto o mundo humano, compete assumir a responsabilidade de dar-lhes direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 2010, p. 22).

As possibilidades que tem o P.A Nova Amazônia de sonhar como polo produtivo podem ter seus fundamentos; entretanto, na realização da pesquisa, o que se pode observar é a necessidade de promoção social do trabalhador rural, retroagindo à retórica que educação é coisa somente para jovens.

O diálogo travado pelos representantes dos trabalhadores rurais com instituições do governo estadual tem feito o contrário pensado por Freire (2010): “não há palavra verdadeira que não seja práxis.” Por outro lado, a palavra inautêntica, que não promove transformação real, resulta na dicotomia estabelecida entre seus elementos constituintes. Esta última tem sido o mecanismo utilizado por administradores federais, estaduais e municipais que se relacionam diretamente com os trabalhadores rurais do P.A Nova Amazônia, que tem gerado

descontentamento, descrédito e o abandono dos lotes, gerando compulsória migração de famílias.

Os discursos impõem a aceitação de realidades contrapostas às desejáveis pelos trabalhadores rurais, depoimento de uma trabalhadora rural, ao referir-se a autoridades estaduais:

Tem um “negócio do sumiu”: é o seguinte, eles pedem muito documento do povo aqui, eu recebi Xerox de identidade, o SIPRA, e outras coisas mais [...] para conseguir calcário, feijão etc., mas os documentos somem e os materiais também somem [...] isso é apoio? Uma vez cheguei a falar com o Secretário da SEAPA e disse: Não prometa pelo amor de Deus! Porque se você prometer o povo fica esperando [...] poxa, quem não fica né? (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Esse diálogo existente entre lideranças e liderados, iletrados, entre trabalhadores rurais, lideranças políticas e Estado que fomentam a migração, o êxodo rural e o rentismo no assentamento, desvalido de recursos, os trabalhadores rurais perdem a condição de estabelecer-se na terra, de lutar para transformar sua realidade enquanto produtor e como ser social.

A aplicação de um diálogo vertical impõe um dos maiores ataques à permanência do trabalhador rural, pois, se este se firma como parte da base, encontra-se em isolamento; a dialogicidade com as diretorias se torna subjetiva, entrar em grupos que administram o P.A Nova Amazônia não se dá tão facilmente.

A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavrearia, verbalismo, blábláblá. Por tudo isto, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois no eu não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação (FREIRE, 2010, p. 90).

A liberdade se restringe e o trabalhador rural excluído integra uma parte que o sistema capitalista instaura a cada formação de comunidades ou grupos sociais, pois em sua formação de classes tem importância quem comanda e quem seja comandado; quem produza e quem administre a produção; quem explore e quem seja explorado. Assim se estrutura a formação

social no assentamento. A diferença entre a base e as lideranças é observada, enquanto as bases sucumbem ao desrespeito e a falta de infraestrutura; as lideranças formam grupos e se associam com outros hegemonicamente estruturados e põem-se a serviço destes.

A Secretaria de Abastecimento e Produção Animal – SEAPA/RR cedeu implementos para preparo da terra, mas um membro do assentamento, além de se apropriar do maquinário, que é um bem público, utiliza-o em prol de um pequeno grupo, e aos demais trabalhadores rurais aluga afim de gerar lucros em cima da necessidade da base. A situação é revoltante, mas a fiscalização é precária e o trabalhador rural não tem conhecimento jurídico para desfazer o contraditório ao erro destes grupos.

Portanto, fica expresso que o conhecimento é um vetor a ser melhorado e ampliado no assentamento, demandando investimentos que não dependem dos trabalhadores rurais. “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2010, p. 90).

As vicissitudes levaram muitos trabalhadores rurais a crerem nos líderes durante a criação de associações. Seus documentos pessoais foram tomados para requerer casas mediante liberação do investimento federal. Em conversa com um trabalhador rural que não quis se identificar ou gravar entrevista informou que o presidente do polo cinco conhecido por “Rose” (nome artístico), recolheu os documentos e disse que recebeu cinquenta casas para distribuir, porém, as casas nunca chegaram.

Quando este trabalho de campo começou efetivamente a ser feito, a direção da associação foi repassada para um cunhado do “Rose”, não sendo mais possível obter informações a respeito dos atos administrativos, pois o atual presidente da associação disse não ter conhecimento suficiente para comentar e que não sabia de nada.

Ora, o trabalhador rural que cedeu a informação permanece numa casa de adobe, coberta de palhas de buriti e sua situação enquanto trabalhador rural é precária em relação a moradia. O descrédito nas lideranças que os representavam, entre outras coisas, estimulou

muitos a abandonar o assentamento; já os que permanecem no local, passaram a agir individualmente, aspirando por mudanças que pudessem prover transformações em suas vidas e que desfizessem a incredulidade popular, demonstrada pela omissão e até mesmo vilipêndio administrativos.

Os trabalhadores rurais entrevistados nessa pesquisa se queixam da situação, mas em momento algum pensam em partir, os entrevistados da base se posicionam contra tanta condescendência de grupos que gestam o P.A Nova Amazônia e suas promessas não cumpridas ou corrompidas. Foram os fortes que ficaram na esperança de ver a “roda girar a favor”, pois como diz um dos trabalhadores rurais “se no resto do Brasil funciona, aqui também tem que funcionar, aqui também é Brasil ué!”. E completa:

Ah, a gente tinha perdido um filho; meu filho Márcio veio para cá e passou num concurso, e aí a filha Luciana veio pra estudar aqui, aí viemos atrás dos filhos [...] dois velhos sozinhos, aí nós viemos aqui pro PA Nova Amazônia. Morava em Barueri, era caminhoneiro [...] nós fomos pro Paraná, em Nova Aurora, pois tinha perdido meu filho em São Paulo [...] então de Nova Aurora, vendemos nossa chácara e viemos pra esse assentamento na época da Fazenda Bamerindus. Moro aqui por opção, pra sair vamos pensar duas vezes. Financeiramente ainda não, já falei em corredores de faculdades, reuniões que a gente tem ido, que P.A Nova Amazônia pode dar uma virada nessa política, pode ser um grande polo produtivo, e ir até pra grande mídia. Gosto de viver aqui [...] mas eu acredito aqui. (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012.).

A pesquisa foi baseada em dados locais que podem corroborar com os dados nacionais apontados pelo IBGE ao demonstrar no Censo Demográfico 2010 como sendo a região Norte uma das mais afetadas pelo analfabetismo na faixa de 10 anos ou mais de idade, “[...] mesmo tendo baixado de 15,6% para 10,6%, situando-se ainda distante daquela da região do Centro Oeste, que passou de 9,7% para 6,6 %.

Na área rural, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade da Região Norte (13,6%) suplantou a Região Nordeste (10,8%), ambas distanciadas das demais, enquanto a da Região Sul (1,5%) foi a mais baixa, tendo, ainda, ficado próxima daquela da sua área urbana. Esta taxa foi de 2,5% na Região Sudeste, e de 3,5%, na Região Centro-Oeste.

As taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade das Unidades da Federação mantiveram a mesma ordenação observada para as pessoas de 10 anos ou mais de idade ficando um pouco acima, a exemplo dos indicadores apresentados anteriormente. Esta taxa do grupo etário de 15 anos ou mais foi de 3,5%, no Distrito Federal, e alcançou 24,3 % no Estado de Alagoas.

Percebe-se que o empenho administrativo da Educação na Região Norte requer atenção e dedicação para que o quadro de analfabetismo seja revertido. Considerando os tipos de analfabetismo, sendo o iletrado, e o analfabeto político, a conjuntura do assentamento Nova Amazônia denota uma atenção redobrada, pela amostra de 18% de famílias pesquisadas correspondente a 120 de um total de 569 famílias ligadas à agricultura familiar, das perspectivas criadas pelos que estão sob o jugo tanto quanto dos que o impõem, desigualdades que estabelecem as regras de quem fica e de quem sai do assentamento.

O assentamento Nova Amazônia é parte do município de Boa Vista, trazendo consigo o ranço da política estabelecida por políticos, onde impera a troca de favores e a troca de serviços pela fidelidade nas votações. Neste liame os detentores de melhores alianças políticas pensam ser autosuficientes em relação aos associados que os elegeram, e pensam não estar abaixo daqueles que os controlam, ainda que subliminarmente de dentro de seus gabinetes legislativos.

Ao que se percebeu condescendência ao pensamento que faz reflexão sobre a necessidade de dialogar para construir e estabelecer superação das dificuldades vividas pelos trabalhadores rurais, distando retração e sofrimento aos trabalhadores rurais que esperam por ações de desenvolvimento que transforme sua realidade.

A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 2010, p. 93).

A promoção social está longe do ideal almejado pelas famílias do assentamento Nova Amazônia, o que existe são momentos para interagirem que favorecem a interlocutores reproduzirem discursos programados, ou seja, promessas que não são cumpridas. O momento do lazer serve como atrativo, “o cheiro do queijo” que leva ao fim inesperado. Por outro lado, a natureza serve aos trabalhadores rurais lugares paradisíacos para tolerar tanto descaso com a condição vivida enquanto trabalhador rural, lugares como o lago azul, que reúne as famílias nos fins de semana.

Permanecer no assentamento tornou-se luta em que matar um leão a cada dia é menos letal que viver o dia a dia no meio de víboras que possuem veneno na língua. A dinâmica de ações sociais é deficiente e o convívio para agregar e firmar laços comunitários são raras, ocorrendo somente em escassas reuniões locais, principalmente, festejos que antecedem períodos políticos, que fazem de alguns lotes o ponto de encontro dos trabalhadores rurais.



Figura 2 – Local para reuniões e momentos de lazer dos moradores - vicinal 7

Contudo, pelas trajetórias de vida dos trabalhadores rurais que constituem o assentamento Nova Amazônia, o que persiste e corrobora para a fixação do homem a terra é a certeza de que ainda é o melhor lugar para fincar raízes, tornando ainda mais gratificante se os incentivos e administrações locais promovessem as mudanças requeridas e zelo em constituir os lotes realmente àqueles que realmente se configurem como trabalhadores rurais.

É imprescindível evitar que o assentamento se torne área elitizada de chácaras, descaracterizando totalmente os princípios da Reforma Agrária que fundamentaram a desapropriação da antiga Fazenda Bamerindus e o assentamento das famílias. Como apoia um trabalhador rural:

O INCRA deixa a desejar ou tem realizado o que tem que realizar como órgão federal ligado ao assentamento? Bem, como órgão responsável ele não tem feito nada não. Bem, como reforma agrária, não! Eu entendo isso aqui como doação de terra, o INCRA pegou o cara e largou aqui dentro. Muita gente aqui não consegue empréstimo porque não consegue carta de aptidão, o INCRA enrola e o assentado não consegue. Os que conseguem a carta de aptidão sacam outros não. O MDA poderia liberar os empréstimos com uma extensão rural para não jogar dinheiro fora [...] e liberar dinheiro para quem quer produzir (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

Outro motivo que dificulta a permanência do trabalhador rural é a ausência de assistência técnica, ou seja, uma extensão rural que fortaleça a produção, promovendo autoestima no trabalhador rural e transformação em sua realidade. Isso interfere diretamente na estrutura do assentamento, portanto, sua ausência torna-se entrave que dificilmente é superado pelo assentamento sem a parceria e acompanhamento de técnicos agrícolas.

Por outro lado, somente a presença de instituições, não colabora com o trabalhador rural a permanecer na terra. Atitude se faz necessária para que as transformações sejam sensivelmente percebidas pelos trabalhadores rurais, pelas comunidades e por fim por toda sociedade. Nesses termos recorre-se ao depoimento de uma trabalhadora rural para ilustrar a insatisfação que confronta a realidade vivida pelos trabalhadores rurais e a assistência rural prestada pela SEAPA.

Mas se nós tivéssemos apoio com máquinas para fazer um acero, pro fogo não entrar na propriedade, mas não [...] o que tem é muita gente dizendo que a gente é um monte de preguiçoso que não quer nada, só quer pedir [...] mas se a prefeitura ou o Estado mandasse uma máquina para dar apoio [...] mas não [...] a gente não tem esse apoio. As pessoas entram aqui pra filmar e dizer que está tudo bem [...] esse ano mesmo entraram aqui e disseram que iriam mandar três máquinas pra cá [...] “eu vou mandar três máquinas, eu vou mandar a semente, o calcário e o adubo”, palavras do Secretário da SEAPA, [...] mas só mandaram para três pessoas [...] na hora de entregar vieram filmar [...] entregaram o calcário, mas assim [...] uma carrada pro fulano e outra pro cicrano [...] não pra todos [...] a semente, por exemplo, não chegou! (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Outro fator que dificulta a permanência do trabalhador rural é consolidação dos projetos de concessão das casas, há processos judiciais que arrolam instituições e trabalhadores rurais que cederam documentos e as casas nunca foram entregues, e as que foram entregues estão em forma precária, sem acabamento. Os trabalhadores rurais que receberam ainda assim agradecem, talvez pela extrema necessidade e pela falta de organização para requerer seus direitos diante dos programas e financiamentos voltados para os assentamentos pelo Governo Federal (Fig. 3).



Figura 3 – Casa modelo do assentamento

A falta de conhecimento e ausência de um apoio jurídico também contribui para o êxodo do assentamento, posto que os trabalhadores rurais inculcam nos filhos a responsabilidade de zelar pelo lote, pela produção, pela permanência no assentamento fixando a ideia de permanecer; mas como conhecedor da realidade e de todas as necessidades que enfrentaram, muitas vezes expressam suas insatisfações e chegam a pensar em sair e abandonar tudo, seguir para a cidade e recomeçar nova aventura para fixar-se em algum lugar, mesmo admitindo todas as possibilidades para uma vida produtiva enquanto trabalhador rural.

O que a Cooperativa vai fazer sem ajuda do Governo. Mas o apoio do Governo é falho [...] a estrada é prova disso. Eu tenho filho que estuda na Agro técnica, minha filha na Albino Tavares, mas as estradas estão intrafegáveis [...] eu tive um tempo pagando associação, mas não tive retorno nenhum. O que falta aqui é ajuda governamental! Veio uma verba federal para fazer aprisco, pra carneiro, o projeto

pra carneiro não foi executado! Sou um batalhador pela vida. Não admito corrupção! (F. C. . 47 anos, pesquisa de campo, 2012).).

Os recursos naturais, essenciais para o desenvolvimento desse assentamento comprovam a viabilidade para tal, pois há muito que viabilizar, direcionar isso é questão de gestão pública, o que se necessita como recurso, existe, o que se apresenta com deficiência é a comunhão entre as lideranças e forças que atuam no assentamento Nova Amazônia. O assentamento é entrecortado por uma hidrografia riquíssima durante todo ano (Figura 4), salvo terrenos que se encontram nas partes mais altas, mas que também possuem a possibilidade de estarem abastecidos por poços artesianos, mas isso é outra parte da história, relatada pelos trabalhadores rurais que aparecerá em outro capítulo.



Figura 4 – Igarapé que entrecorta o assentamento, potencial hídrico para produção.

Por fim, observou-se, nesse capítulo, que as histórias e trajetórias de vida, as pessoas que se fixaram e as que partiram e as que invadiram o assentamento, entrecortam uma bisettriz direcionada entre a necessidade de pessoas ligadas a terra para produção rural. Há também aquelas que deixaram um gosto amargo às que permaneceram como trabalhadores rurais e às que partiram devido ao descrédito às esferas governamentais que projetam soluções em nível nacional para erradicar a miséria e implantar uma eficiente reforma agrária.

E é assim que os trabalhadores rurais configuram o Projeto de Assentamento nessa luta de classes: de um lado estão as que se estabeleceram como classe dominante e, do outro lado, a classe dominada, dependente do mover da máquina estatal em Roraima, exigindo força à reflexão e maior apreciação. É nesse colosso que o trabalhador rural escreve sua história tão diversificada, tão rica e tão carente.

CAPÍTULO 2 – ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS DOS TRABALHADORES RURAIS

2.1 O mundo do trabalho dos trabalhadores rurais.

O mercado de trabalho agrícola perdeu espaço na agenda para ações de desenvolvimento, nestas últimas décadas. Alguns motivos parecem justificar esta situação. Valorizar a discussão da reforma agrária no processo democrático da política estabelecida neste país, que vem surtido de movimentos sociais que reivindicam transformação, tal como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, tem promovido ações para prover políticas desenvolvimentistas através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Somado a essas ações está a dificuldade de emprego nos centros urbanos, promovendo a agricultura familiar como escape para atenuar o desemprego; logo, a agricultura familiar se transformou num receptor de não agricultores mas de pessoas sem conhecimento como lidar com a terra, que certamente ao se deparar com a realidade da vida de trabalhador rural enfrentará muitas dificuldades para compensar o pensamento e ação estabelecida pelos programas da Reforma Agrária.

O pensamento equivocado dessas pessoas que tornam-se trabalhadores rurais mas que não detêm conhecimento de como lidar com a produção agropastoril, toma a agricultura

familiar como tema irrelevante, afinal, o que prevalece são as grandes produtividades com monocultura, mecanizadas e monopolizadas por cartéis do agronegócio. Este paradoxo tem reduzido o número de agricultores e afetado drasticamente a população rural.

As lutas históricas dos trabalhadores rurais assalariados, como os que vendiam sua mão-de-obra nos canaviais, promoveram grupos que requeriam o direito de produzir sua independência e subsistência, enquanto escreviam suas histórias de vida.

Pessoas que procuram na terra o meio de se ocupar funcionalmente tem feito com que o Governo Federal tome medidas para amenizar o grave quadro de desemprego e de mobilidade das massas que sobrevivem em nível abaixo da linha da pobreza.

O demonstrativo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, seria motivo suficiente para atrair a atenção especial de programas e instituições públicas e particulares para tão grave situação da condição humana numa parcela de brasileiros que, até o ano de 2010 somavam 10.000.000 pessoas, conforme pesquisa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (IICA, 2008, p.20).

Desde os fins do século XIX, com o fim da escravidão, a administração pública teve dificuldades para equacionar as dificuldades das nuances que decorrem no século XX, e no século XXI, em curso, que pudesse gerar trabalho e renda e superar as desigualdades sociais.

O capitalismo movimenta essas massas humanas numa dimensão inevitável, no Brasil, essa parcela que segue, promove e marginaliza pessoas que se movimentam mediante o processo de urbanização das cidades ou formação de assentamentos.

O caso em tela apresenta maior peculiaridade, já que o P.A Nova Amazônia está localizado no perímetro urbano e, possivelmente, levará pouco tempo na escala de progresso para se integrar ao meio urbano da capital Boa Vista, somando todos os percalços de um grande centro urbano.

Nesse contexto aparece o P.A Nova Amazônia, que se faz destacar pela produção de melancia, culturas anuais como o feijão, verduras, fruticultura. Por outro lado destaca-se a criação de suínos e bovinos, que juntos estabelecem o circuito produtivo e comercial local. Todavia, a produção acima descrita, segundo a pesquisa executada, demonstrou uma fragilidade ou uma inepta produtividade. Há necessidade de uma transformação nas bases sociais dos trabalhadores rurais para consolidar o sistema produtivo, gerando renda e oferecendo sustentabilidade aos trabalhadores rurais.

O assentamento em questão está distribuído em cinco polos produtivos, representados em sua respectiva Associação de Produtores. Todos os cinco polos têm abertura para que os trabalhadores rurais participem e se vinculem à Coopercinco, cooperativa criada para dar suporte aos produtores.

As diretorias das Associações e da Coopercinco são determinadas para exercício bienal, através de eleições, que segue as regras do estatuto ou regimento. Neste processo são membros participativos somente aqueles que estejam com suas contribuições e mensalidades em dia. Os demais, em atraso com suas mensalidades, perdem o direito a voz e ao voto. Isso burocratiza o sistema, tornando vitalícios os cargos de presidente e vice-presidente.

Nesses termos, os conflitos se evidenciam e enfraquecem o movimento comunitário, abrindo precedentes para atravessadores, pelegos revestidos no poder administrativo de muitas associações que fazem os arranjos pelo vinco formalmente determinados pelas ações partidárias, estabelecidas no município de Boa Vista/RR, que circunscreve o P.A Nova Amazônia.

A maior parte de trabalhadores rurais é remanescente da ocupação de outras atividades trabalhistas, ou seja, não estava vinculada diretamente à luta pela terra, mas, em busca de um lote para uma possível transformação de vida ou consecução de tranquilidade na velhice. Logo, a triagem para a ocupação da terra denota falhas que, posteriormente, somaram para o

fracasso produtivo das unidades enquanto associações, sindicatos e cooperativa e do próprio assentamento.

A Coopercinco tem se destacado até mesmo na mídia nacional, recebido premiação por suas ações, mas a realidade vivida por muitos trabalhadores rurais contradiz e alega que há administração centralizadora, ditatorial que não corresponde aos anseios de seu corpo associado.

Como o senhor avalia a vida do trabalhador rural aqui no PA Nova Amazônia, analisando a produção da terra? Agora você me apertou sem abraçar! É a produção aqui está assim; tem o Juscelino que tem horta e um gadinho de leite, ele tira uns 20 litros de leite e ele tá mudando pra hortalica, porque o leite não está dando mais não. Tem o Raimundo ali que plantou mamão, mas a gente não sabe se vai dar certo não [...] olha se for pra viver da terra mesmo, não tem gente que sobreviva não! (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

O modelo de produção predominante é individual, cada um trabalha para si mesmo como dono, produz por seus esforços, ainda que se possa encontrar uma pequena parcela de trabalhadores rurais que pensem em trabalhar coletivamente, sinalizando mudanças nesse cenário investigativo da pesquisa, como relata uma presidente de associação do polo três.

A senhora pretende sair daqui pra outro lugar? Não, de jeito nenhum, a gente escolheu aqui pra nossa velhice, o tipo de aposentadoria, aqui a gente trabalhamos pra nós mesmo. **Quais são as instituições mais antigas no assentamento?** No caso, são as associações que existem desde o começo, tem o governo do Estado e a Prefeitura. **Qual associação tem mais reconhecimento social entre os trabalhadores rurais?** É a nossa, da RR 342, porque a gente tem a nossa mais bem documentada [...] pra receber as 80 casas do INCRA; o senhor Calixto ajeitou tudo e algumas pessoas do polo 5 foram beneficiadas. O restante do dinheiro que estava na conta da associação usamos para comprar o trator e ainda tem umas casas para serem entregues. **Que ações têm sido feitas para melhorar a vida dos trabalhadores rurais?** Aqui, todo ano a gente consegue calcário pra plantar, aqui é área de lavrado; e as máquinas pra arar a terra [...] eu já estou com os documentos para pedir calcário e ir buscar em Caracará, pra cada um plantar pelo menos um hectare. Ah, tem o curso de tratorista que promovemos para as pessoas trabalhar. Quem fez o curso opera o trator, quem não fez paga uma taxa pro meu marido que vai lá e corta a terra. (M. G. O. C. 50 anos, pesquisa de campo, 2012).

A existência de associações, sindicatos e cooperativa não implica planejamento, organização e promoção no *modus operandi* e/ou na condição socioeconômica da comunidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Na contramão encontram-se os entraves impostos pelo

poder dos grupos hegemônicos predominantes e instalados anteriormente no mercado da oferta e procura.

É possível encontrar depoentes irreverentes, opostos à pressão imposta, arriscam descrever o modelo imposto e que não satisfaz aos interesses da maior parte dos trabalhadores rurais, inclusive daqueles que se encontram nessas micro corporações, que representam as estruturas políticas e econômicas de maior envergadura ideológica, como afirma enfaticamente um presidente de associação.

O que faz o senhor morar e trabalhar aqui no PA Nova Amazônia? Como é sua estadia aqui como produtor? Moro aqui por opção, pra sair vamos pensar duas vezes [ele vive com a esposa]. Financeiramente ainda não estamos bem, já falei em corredores de faculdade, reuniões que a gente tem ido que o P.A Nova Amazônia pode dar uma virada nessa política, pode ser um grande polo produtivo, e ir até pra grande mídia. Gosto de viver aqui. Tem umas 22 famílias que vivem aqui e tem uma só que vive do que produz, da agricultura do lote. O restante tudo tem uma renda fora, trabalham fazendo bico, pedreiro [...] no meu caso tenho aposentadoria, e ela [a esposa] trabalha na escola da prefeitura como auxiliar de aluno. E tenho meus filhos que me dão ajuda, o menino paga o plano de saúde, que isso é caro pra velho [...] é uma âncora pra nós [...] isso ajuda. **E a cooperativa que existe aqui, como funciona? Como é o sistema de negociação do que se produz aqui no PA Nova Amazônia?** Ainda anda muito devagar, estamos engatinhando, inclusive faço parte da diretoria, que é muito ditatorial, não está socializando como manda o figurino não. Sobrevive com programas sociais [...] não tem um departamento de venda não, está dando lucro somente pra cooperativa, mas para o produtor, muito pouco, vende pro DAP R\$ 4.500,00, por que ela [Coopercinco] tem muitos associados [...] mas para os associados não dá não porque R\$ 4.000,00 é muito pouco. Está barra, inclusive estamos lutando por isso, que já em até uma produção, mas nas mãos de poucos [...] fizemos um trabalho em todo o PA, o que era produzido, tudo detalhadamente, mas o Professor Hamaiana levou e não devolveu mais. A renda per capita foi de R\$ 200,00. **Ainda dentro desse processo de cooperativados: como a Coopercinco fomenta o desenvolvimento aqui no PA?** Como subsidia a produção? Ela não fomenta não, ela só faz o projeto e apresenta nas instituições e o dinheiro é mandado pra ela repassar esse dinheiro do governo federal numa conta vinculada, por exemplo: o produtor recebe R\$ 4.000,00 e ela libera mediante nota em oito ou dez dias e essa mercadoria é doada para órgãos governamentais, ela tira um percentual pra manutenção desses contratos. **Os governos têm feito ações para desenvolver este assentamento?** O governo estadual só faz ações eleitoreiras [...] sempre deu semente fora de época do plantio, uma só vez nesses dez anos que tivemos um plantio no tempo certo. A prefeitura tinha um trabalho bom aqui, tinha muitos projetos iniciados aqui, inclusive fizemos uma reunião para oferecer nosso apoio ao prefeito. Eu não sei o que houve, acho que foi um estelionato eleitoral, porque quando ele foi eleito, foi o mais votado, e no dia seguinte acabou com a Secretaria que desenvolvia ações aqui. O governo federal manda os empréstimos pro financiamento federal, esse dinheiro não chega na gente, eu sei que é aqui no estado, não sei se é algum político influente que impede isso de chegar, acho que tem alguém que impede esse dinheiro de chegar a nós. Não é novidade que o (Senador) manda nos órgãos federais, e o atual superintendente do INCRA SR/25, talvez com medo de perder o emprego, não fez nada. **O que sua entidade tem feito para pressionar os governos federal, estadual e municipal para desenvolver ações de desenvolvimento aqui no assentamento?** Agora que nós assumimos, não fizemos nada, mas vamos sentar e conversar com eles e ver, se eles não cumprirem, aí a gente vai se movimentar! Se tiver que fazer um manifesto, de ir pra justiça, nós

vamos ter que fazer alguma coisa, porque se o resto do Brasil funciona, aqui também tem que funcionar, aqui é Brasil também ué! Não sei que decisão a gente vai tomar! (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

O partidarismo estabelecido no Estado de Roraima, entre os grupos políticos que rivalizam e constituem os mandatários do poder quadrienal no governo do Estado, bem como do Município, agem diretamente sobre a estrutura social do P.A Nova Amazônia, movimentando e cooptando pessoal para consolidar o partidarismo sem relevar os interesses dos trabalhadores rurais que se sustentam da produção do lote.

Senão, vejamos o quadro do desinteresse administrativo referente à oferta de máquinas e implementos agrícolas para fomentar a produção. O trabalhador rural quer trabalhar, muitos nem sequer fazem menção de pedir sementes, apenas o trator para arar e gradear a terra no tempo certo, e o calcário, pois o solo é muito ácido; isso tem se tornado a queixa mais frequente em todos os polos alcançados pela pesquisa.

Outro fator muito debatido que assevera a redução na produção do P.A Nova Amazônia é a manutenção das vicinais. Aquelas que são pouco lembradas entram anos e anos sem uma terraplanagem que ofereça condições para escoar a produção e deslocamento dos trabalhadores rurais, dificultando até mesmo o acesso de estudantes aos educandários no assentamento. Por outro lado, como o Estado vai investir em melhoramento de vicinais que não ofertam produção por terem virado áreas de chácaras de lazer?

Outro vetor agravante, o rentismo, que gera a consolidação de chácaras de fim-de-semana, logo o governo não vai investir em vicinais que só tenham chácaras de fim-de-semana.

A consciência estabelecida gera desconfiança em todos os trabalhadores rurais, que já descreem em qualquer perspectiva futurista para melhorar a produção. As interferências estabelecidas pelos grupos políticos só tendem a fazer que os trabalhadores rurais se tornem mais descrentes nas ações governamentais. É como se o Brasil não houvesse passado por

nenhuma espécie de mudança histórica (de Ditadura a Democracia), pois as formulações existentes nos levam a compreender que as ações sindicais e associativas ou cooperativadas, que poderiam promover transformações na produção e geração de renda dessas famílias ligadas à agricultura familiar, são travadas pela burocracia de grupos estruturados e fortalecidos por recursos que deveriam ser investidos na manutenção da produção dos trabalhadores rurais.

Assim o governo estadual e o municipal ramificam seus tentáculos, minam as resistências dos trabalhadores rurais para evitar a regulação de poder, que possivelmente poderia estabelecer o surgimento de grupos dominantes. Nesses termos, os grupos políticos partidários estabelecidos cooptam as lideranças estabelecidas no P.A Nova Amazônia e imperam o procedimento tácito da elite dominante.

Os momentos de reuniões entre as lideranças e os associados, sindicalizados e cooperados passam por letargia que termina por não apontar direcionamentos que viabilize aceleração no processo produtivo.

O que se pode observar efetivamente na pesquisa é que diante do INCRA/SR 25 e da SEAPA/RR, o comportamento é compassivo e até mesmo de submissão. Por outro lado, em conversas particulares com assuntos justapostos, o temperamento e expressividade são outras. Os trabalhadores rurais sentem-se à vontade para descarregar toda a indignação de quem vai procurar auxílio e não consegue, como por exemplo, a falta de tratores para arar e gradear a terra, o que evidencia grandes insatisfações.

No entanto, a associação da RR/342 destaca-se pelo vínculo e acesso facilitado com as instituições, pois consegue prover a aquisição de casas, suplementos agrícolas, calcário, semente e outros, chegando a comprar trator com resíduos da verba destinada à construção de casas, incongruente com a situação das demais associações, que pouco consegue devido a não integração com a diretoria e seus pares.

Esse trator serve aos outros trabalhadores rurais, contudo, não atende à demanda diante dos poucos dias para preparação da terra. O ideal seria ampliar a quantidade de tratores por associação para promover mudança e crescimento na produtividade.

Logo, o fortalecimento dessas associações e sindicato se faz necessário, visto que se almeja uma transformação no setor produtivo, melhoria de vida e transformação social, fatos veiculados pela mídia nacional referente aos programas de assentamento e reforma agrária.

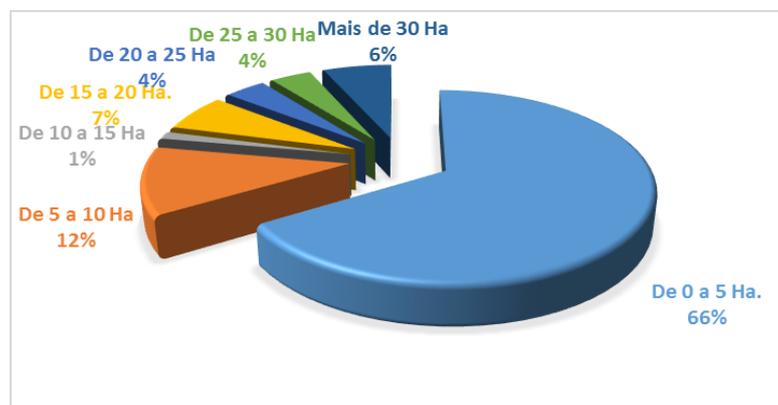


Gráfico 8 – Área Utilizada para Produção Animal

Outro vetor proeminente é a criação de convênios com a Caixa Econômica Federal para disponibilizar recursos para a construção da moradia. Segundo o INCRA, os cadastros estão sendo refeitos através de Registros de Assentados - RA, que objetiva identificar a situação habitacional de cada trabalhador rural do P.A Nova Amazônia e de todos os outros projetos de assentamentos.

Esse recadastramento e outras ações retratam a desorganização das instituições, enquanto isso, o trabalhador rural se move lentamente e, muitas vezes, estanca em sua lida passando ao papel de atravessador.

As instituições optam por diretrizes administrativas que já não contemplam as necessidades passadas nem presentes, muito menos contemplará as necessidades futuras dos trabalhadores rurais.

A educação seria uma saída para transformar esses paradigmas que envolvem a realidade dos trabalhadores rurais, a situação partidária e o domínio ideológico assistencialistas de grupos partidários dominantes no assentamento Nova Amazônia.

O despertar da consciência de classe é letárgico e custoso em se manifestar, predominando a subserviência, o apadrinhamento e a dependência de programas sociais. Entretanto, a maior parte dos produtores rurais antigos que estão há mais de oito anos no assentamento, ainda que desprovidos de um bom conhecimento político, insiste em afirmar que melhor é dar condições para o produtor rural produzir que o manter com cestas básicas, mecanismo muito utilizado por políticos eleitoreiros em Roraima. Enfatiza o “Vaqueiro”, trabalhador rural há nove anos no P.A Nova Amazônia:

Eu não quero semente, pois o produtor que vai a televisão pedir semente do governo, deveria era esconder a cara, se não tem é porque não plantou. Semente eu tenho, o que eu preciso é de arar e preparar a terra, porque não tenho condição de comprar um trator! Não quero cesta básica de governo não! Deixe o homem do campo trabalhar. (F. C. . 47 anos, pesquisa de campo, 2012).

Seria coerente se os programas sociais servissem como complemento da manutenção familiar. Mas o que se instalou no PA Nova Amazônia foi justamente o oposto. Os trabalhadores rurais se mantêm com ajuda social, enquanto a produtividade se concentra em poucos nichos agregados, formando uma espécie de elite dominante entre os trabalhadores rurais, subjugada aos apadrinhamentos políticos dominantes no Estado, se comprazem em se firmar no topo da pirâmide, na condição de líderes e gestar a miséria que predomina sobre a maioria das famílias ligadas à agricultura familiar.

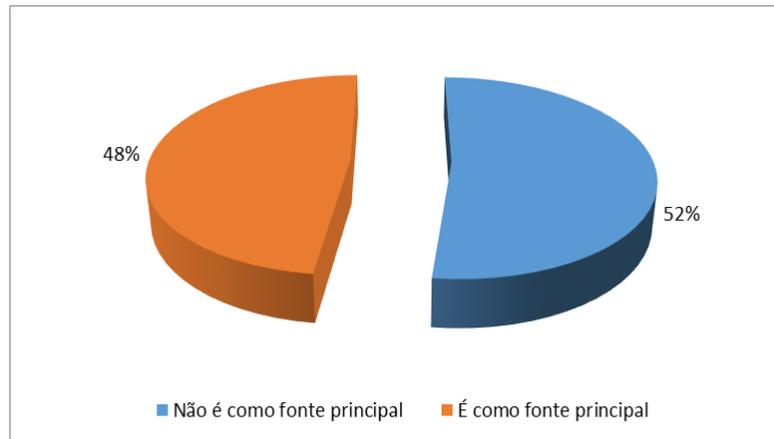


Gráfico 9 – Terra como Fonte de Renda

Aqui não se está referindo apenas ao jugo de domínio capitalista imposto pelo sistema econômico dominante de exploração do homem pelo homem. A situação do P.A Nova Amazônia tem ainda sob a forte influência político-partidária a ingerência do jugo ideológico, que coíbe as lideranças e impede a aceleração produtiva.

As lideranças cooptadas política e ideologicamente por grupos dominantes sobrepõem seus interesses e evidenciam a debilidade organizativa e representativa das lideranças dos trabalhadores rurais, que só após dez anos de atividade, é que começam a tomar consciência, a se organizarem e a quebrar os jugos que privilegiam o domínio imposto em servidão.

O momento em que se desenvolveu essa pesquisa percebeu-se o tempo subjetivo instado no assentamento. Poucos têm clareza dos acontecimentos que circunstanciam e vilipendiam seus direitos enquanto produtor rural. Nesse momento, figura a retórica que procrastina o tempo cronológico, culpando tudo que efetivamente não traz transformações. Sobra o descrédito em todas as esferas governamentais, em todos os que procuram até mesmo identificar as querelas através de pesquisas científicas, o que exige muito tato para poder estabelecer e permanecer em contato com a rudeza predominante dos trabalhadores rurais.

Crê-se que a produtividade se ampliará quando os trabalhadores rurais tomarem a consciência de que as mudanças não virão por parte de uma liderança ou dirigente e, ainda, muito menos por diretrizes de órgãos centrais ou de direções de partidos, mas que se efetivará

basicamente como produto espontâneo de seu movimento se estiverem organizados em cada fase produtiva desenvolvida.

A tomada de decisões para os que pretendem produzir é a partir de ações individuais, daquilo que o trabalhador rural se identifica. Logo, a interação com demais produtores, a troca de experiências, a vivência de ganhos e perdas na produção é fragmentada e reproduz uma utopia nos produtores, pois se o trabalhador rural tem dez “bicos” em seu viveiro, já se considera um avicultor; se tem quatro suínos num chiqueiro improvisado, já se considera um suinocultor e assim criam uma falsa informação de produtividade, que se reflete nas condições degradantes de muitos que ali vivem.

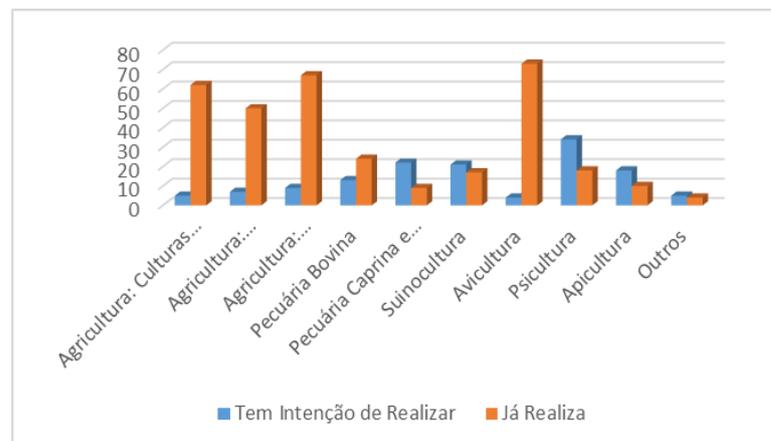


Gráfico 10 – Atividades Agropecuárias Desenvolvidas no Lote

O gráfico acima demonstra que a falsa informação como se todos estivessem em plena produtividade, no entanto, o que se apresenta *in loco* é a falta de conscientização dos trabalhadores rurais de uma escala de produção que dê retorno ao trabalho aplicado junto a terra, quer na lavoura ou na criação de animais.

Excetuando pouquíssimos trabalhadores rurais provenientes da Região Sul do país, que se estabeleceram e produzem conjuntamente, o que se pode perceber é a falta de união entre os demais produtores e o individualismo acirrado dos que migraram para o assentamento, não possuem a cultura de produzir em grupo. Com produção de subsistência e

num padrão de vida muito inferior, a maioria vive na dependência das promessas eleitoreiras, que se manifestam em épocas de campanha política no Estado.

Esta utopia somente poderá ser transpassada para uma utopia realizável quando os trabalhadores rurais tomarem consciência de que a luta de classes estabelece questões sociais, econômicas, políticas e ideológicas entre grupos sociais que primam pelo domínio hegemônico.

Rosa Luxemburgo aproximou-se efetivamente da rica relação dialética existente na dinâmica entre partido e classe, o que dificultou sua verdadeira aproximação foi à desconsideração do momento subjetivo, o momento do elemento ativo e consciente. Em outras palavras, sem dúvida relega-se ao segundo plano o momento político da luta de classes, os fatores ideológicos e a ação da classe enquanto sujeito coletivo ao se privilegiar a explicação de corte economicista, onde a crise do capitalismo vincula-se direta e imediatamente a sublevação das massas populares, sublevação instintiva e espontânea, que menospreza a mediação fundamental e específica dada pelo partido político da classe (ANTUNES, 1990, p.27).

A ação dos trabalhadores rurais fica subsumida diante da estrutura capitalista, estanca pela ausência de uma consciência verdadeira que possibilite compreender, participar e transformar as totalidades das relações estabelecidas pelo sistema econômico em curso, o Capitalismo. Assim, afirma a direção da Coopercinco ao reproduzir em seu depoimento: “Eles (trabalhadores rurais) tem dificuldade de se desagregar do assistencialismo promovido pelos políticos! Aqui na cooperativa, eles percebem que têm que trabalhar e ser responsáveis por si mesmos”!

O pensamento processado por Lenin (1973) *apud* Antunes (1990) demonstrou que “[...] a missão do partido é, pois, compreender o processo de produção em sua totalidade e o papel do proletariado no processo de superação revolucionária, vinculando essa classe à sua luta concreta, cotidiana.” (p.29)

No entanto, a retórica traz à luz a diversidade de tentativas de superação por parte da classe dos trabalhadores rurais, pois é tolhida social, econômica, política e ideologicamente frente aos grupos dominantes.

A superestrutura usa como intermediários, as lideranças no assentamento, que confrontam os interesses dos trabalhadores rurais, aqueles corroboram para a manutenção dos

que se encontram na situação e negam a identidade de trabalhadores rurais aos que lutam pelos interesses próprios de quem quer se libertar de toda má sorte desses domínios.

Em meio a tanto falso moralismo de lideranças no assentamento, a Lei é, ainda, por tudo utilizada para punir um ou outro que se torne reacionário como alguns poucos trabalhadores rurais que se pronunciaram durante as entrevistas feitas no decorrer da pesquisa. O caso mais gritante é o de um agricultor que, após ter contraído um câncer, se desfez de um lote em outro assentamento, repassando para outra pessoa que permaneceu como trabalhador rural, migrando para o P.A Nova Amazônia por ser mais perto dos centros médicos.

Por ter esse registro, segundo o INCRA/SR25, o trabalhador rural ficou impossibilitado de receber o benefício da casa própria e outros incentivos federais. Por outro lado, a verdade proferida pelo referido trabalhador rural é que o INCRA/SR25 faz o que quer, manda e desmanda e não respeita os trabalhadores rurais, cuja toda implicação se dá devido a uma desavença com o superintendente do INCRA/SR25, que segundo esse trabalhador rural, age arbitrariamente, resultando que o trabalhador rural foi penalizado pelas decisões do INCRA/SR25.

O que se pode observar é que, no assentamento existem muitas propriedades sem a casa concedida pelo governo federal, a maior parte encontram-se na forma rudimentar, outras nem sequer foram terminadas (Figura 5).



Figura 5 – Casa de trabalhador rural inacabada

A respeito da questão de moradia segue outras questões circundantes que atravancam a produção do trabalhador rural. (Figura 6).



Figura 6 – Casa de trabalhador rural Impossibilitado de Receber Apoio do Governo

Federal

O papel do partido político deveria ser o de fundamentar a base dos trabalhadores rurais para uma alternativa que melhorasse suas vidas, mas como promover modificações no assentamento se as proposituras políticas são provenientes das classes dominantes e burguesas?

As mudanças podem ser propostas a partir das questões vividas pelos trabalhadores rurais, mas sem memória torna-se inviável, pois após dez anos de criação, os velhos vínculos estabelecidos entre as instituições e os trabalhadores rurais permanecem engessando o desenvolvimento do assentamento Nova Amazônia.

Ora, não é nos livros que o operário poderá obter essa ‘ideia clara’: só o podem encontrar nas situações vividas, nas denúncias de acontecimentos ainda recentes, de tudo o que sucede num dado momento à nossa volta [...] estas denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição necessária e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas (LENIN, 1973 *apud* ANTUNES, 1990, p.31).

A apresentação dos cursos de apicultura, produção de mudas, piscicultura e avicultura, promovidos pelo Projeto EDU₃S patrocinado pela PETROBRAS, motivou trabalhadores rurais a produzir, principalmente nas áreas de apicultura e piscicultura. Atualmente, no assentamento Nova Amazônia, é possível encontrar recentemente [2011/2012] muitos lotes

com tanques para produção de peixes, assim como se observa a criação de abelhas africanas para produção de mel.

O projeto piloto do EDU₃S, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Adalgisa Aranha de Souza, do Centro de Ciências Agrárias/UFRR, contemplará muito em breve uma beneficiadora de mel de abelha e seus derivados para comercialização, que promoverá o aumento da produção e o aquecimento de produtos no comércio local.

Atitudes simples estão modificando a vida de muitos trabalhadores rurais; logo, o questionamento dos trabalhadores rurais é saber porque a máquina estatal não funciona corretamente para os trabalhadores rurais.

Muitos produtores que não se capacitaram nos cursos, ao serem questionados quanto à produção, não relutam em dizer que houve diversos projetos, de pessoas coletando documentos, porém, os trabalhadores rurais ficaram desassistidos, chegando a se sentirem enganados. Inclusive, uma dessas pessoas desacreditadas tratou com aspereza e ameaças quando solicitada a participação na presente pesquisa. Trata-se de pessoas simples que após tanta euforia e decepções já não acreditam na mudança dos rumos da política local.

Acredita-se que falta maior conexão entre quem quer fazer e quem pode realmente liderar, para assim revigorar os que se encontram desacreditados diante dos esquemas ineficazes ou corrompidos por grupos políticos locais. Mas, alternativamente, surgiram propostas geradas pela Coopercinco, a qual recebeu até premiação em nível nacional, como afirmou sua coordenadora em entrevista:

Como se deu o surgimento da Coopercinco? Quais ações desenvolvidas mediante os trabalhadores rurais? Foi fundada em 28/01/2006, por um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul, com objetivo de produção de grãos em grande escala. A partir de 2009 passamos a trabalhar com o PAA (programa de Aquisição de Alimentos) do programa Brasil Sem Miséria, Brasil Fome Zero. Com projetos pequenos e tornando maiores, temos diariamente agricultores se associando. Com uma satisfação muito grande dos agricultores, Trabalhamos o PNAE e entregamos os alimentos para a merenda escolar. Estamos esperando outra chamada pública. Estamos desenvolvendo um projeto de R\$ 780.000,00 que ofertamos a prefeitura, SECD e SESC mesa Brasil. Estamos encerrando o projeto semente crioula, que se baseava em feijão caubi, tomate regional, ajudou muito nosso agricultor no valor de R\$ 349.000,00. Estamos encerrando este ano o projeto. Vencemos a licitação em

Brasília dia 04/01/2011 e executamos em 2012, estamos terminando de pagar os agricultores, foi a única que venceu essa modalidade. Estamos em convênio com a UFRR, fornecendo alimento para E Agro/UFRR, R\$ 208.000,00, estamos em fase de montagem de outro projeto R\$ 4.800,00 a cada família que entrega o alimento “in natura”, que são doados as instituições filantrópicas, asilos, indígenas, casas mãe (G. B.B. 46 anos, pesquisa de campo, 2012).

Houve muitos depoimentos em forma de denúncias no decorrer da pesquisa, mas como promover denúncia numa condição estrategicamente manipulada para a subserviência política, mas comumente chamados de curral eleitoral, o desenvolvimento dos trabalhadores rurais é relegado à inanição, à inércia ao acaso enquanto se promove o discurso desenvolvimentista na mídia.

Como os reflexos não chegam, resta a crítica de que termos discursivos e ações paliativas realmente não transformam a realidade de quem vive e depende da produção da terra, como afirma uma pessoa convidada para assumir parte do Sindicato Rural: “Tudo que o governo faz aqui são medidas paliativas, pois o que a gente quer é trabalhar, e pra isso precisamos de máquinas e estrada [...] leve isso pra Presidente Dilma! Deixe o homem do campo trabalhar”!

A maioria dos trabalhadores rurais por desconhecer os mecanismos que acionam as linhas de crédito e por terem sido ludibriados outras vezes por aqueles mais capazes, furiosamente expõem suas insatisfações com o sistema e seus administradores. Por outro lado, existem aqueles que sob muita cautela vão conseguindo transformar a tempestade em calmaria. Como o trabalhador rural Milton Miranda, que possui um pomar e desse pomar extrai frutos para produção de polpas e vende no mercado local, passando a ampliar recentemente através de irrigação sua plantação de “murici”, jaca e acerola.

A pesquisa aponta para um favoritismo, onde apenas os mais próximos e agregados aos dirigentes das representações instituídas no P.A Nova Amazônia conseguem promover algumas transformações em benefício próprio, configurando uma coesão hegemônica e ideológica.

Ao questionar a liderança da Coopercinco sobre a existência de uma cooperativa anteriormente formada, obteve-se a resposta seguinte: “Não. Não sei nada, tudo que eu falar não vai ser fundamentado”. Mas, ao retornar ao campo para efetuar outra seção de fotografias como registro de campo, essa mesma liderança foi encontrada com um grupo de trabalhadores limpando a antiga sede da cooperativa falida.

Quando questionada, relatou que aquele armazém iria ser leiloadado pela CONAB, num leilão em Manaus, onde tiveram muita contenda para fazer anular o leilão e adquirir o patrimônio via Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, sendo então devolvido à prefeitura de Boa Vista, devendo ser transferido, posteriormente, a Coopercinco.

Tudo transcorreu em silêncio, sem permitir acesso. Há muita contradição em todos os posicionamentos, isso dificulta compreender a verdadeira situação que se encontra o assentamento somente via depoimentos.

Num segundo momento, a coordenadora da Coopercinco enaltece o estreito laço entre esta e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, então fica o questionamento de qual posicionamento tem que ser tomado como mais próximo da verdade; se dos trabalhadores que fazem delações ou as lideranças que tornam inacessível as informações?

A perspectiva para compreender o mundo da produção dos trabalhadores rurais tornou-se confusa, para o pesquisador e certamente ainda mais para os demais trabalhadores rurais entrevistados será preciso acurar com maior profundidade os elementos constitutivos desse mundo produtivo e sua movimentação.

Temos parceiros fundamentais: a CONAB, o SESC Mesa Brasil, o MDA e conseguimos mais uma conquista que é o selo da agricultura familiar. Agora falo como associada e gestora, muito feliz por poder fazer o melhor para o nosso agricultor (G. B. B. 46 anos, pesquisa de campo, 2012).

Os discursos são diversificados, tanto as lideranças quanto os trabalhadores rurais têm uma linguagem própria, uma visão própria o que dificulta coerência no discurso, no entanto, o acesso a documentos comprobatórios poderá preencher essa lacuna de entendimento acerca do

mundo produtivo dos trabalhadores rurais para o que se quer formar nessa base já fragmentada, pois:

As várias forças que intervêm no plano político têm interesses e estratégias próprias. Apesar da crise e derrocada do regime militar e da implantação da Nova República, os grupos dominantes, até aqui, têm conseguido impor seus interesses em torno da questão agrária, definindo as próprias condições e o alcance de possíveis medidas reformistas. A formulação mais geral da estratégia destes grupos, ontem e hoje, repousa nos comandos militares do Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, Gabinete Militar da Presidência. Ultimamente vem recebendo um tratamento liberal, através do novo ministro-chefe do Gabinete Civil, liberal na forma e no discurso, mas muito conservador em seu conteúdo (GRUZYBOWSKI, 2000, p.81).

Assim têm ocorrido dentro das instituições, muitas informações se tornam inacessíveis, o tratamento por certos funcionários e setores não correspondem às necessidades e exigências da pesquisa; logo, muitas informações a respeito da relação dos primeiros trabalhadores rurais, dos que venderam seus lotes, dos que ganharam casa própria enfim, todos os dados ficaram sem referência institucional.



Figura 7 – Área Inativa Destinada à Produção Coletiva do Polo IV

A produtividade entre os trabalhadores rurais é prejudicada pela falta de planos de trabalhos fundamentados em projetos bem elaborados, pois as áreas para produção coletiva estão desativadas. A produção individualizada gera ônus para a locomoção de tratores e implementos, o que dificulta ainda mais as ações conjuntas. Uma delicada situação a ser

resolvida, entre os presidentes e associados (Figura 7), é enfatizada por Genira, presidente da cooperativa:

Sempre a cooperativa viu esse potencial, a mecanização é necessária, parece que tinha muitas máquinas, hoje o agricultor individual ou três e quatro famílias não consegue comprar um trator, pois os implementos custam mais caro que o próprio trator. Então inviabiliza totalmente. Nós temos projetos pra compra de algumas máquinas. Eu acredito que pode melhorar sim. Tem uns tratores do governo que não estão cumprindo o papel deles não. Tem uns particulares que tem, mas cobram pelo serviço. Acho que assim que tiver mecanização vai melhorar muito, estamos vendo a necessidade sim (G. B. B. 46 anos, pesquisa de campo, 2012).



Figura 8 – Trabalhadora rural na sua plantação de feijão irrigado.

Outro problema tão grave quanto esse é a ausência de assistência técnica, fazendo o trabalhador rural perder todo o crédito e endividar-se sem ter como quitar ou honrar seu compromisso com o credor. Mas, por outro lado, percebe-se que o trabalhador rural tem disposição para trabalhar, ainda que em meio à escuridão, mas não se cansa de crer e esperar na mudança. D. Júlia, moradora do Polo IV, que depois de uma luta tremenda contra os assistentes rurais do governo, declinou para uma causa judicial e conseguiu implantar sua produção de feijão irrigado. Radicaliza a Vice Superintendente do INCRA, a respeito:

O que o INCRA deveria ter era uma extensão rural, mas nós não temos não. Até saímos dessa reunião, nós temos experiências, nós não executamos, terceirizamos [...] nós tentamos via FETAG, mas não tivemos sucesso [...] temos até uma TCL. A outra foi via SEAPA, que pegaram o dinheiro e reformaram prédio da SEAPA, o dinheiro foi devolvido para os cofres da união. A terceira foi feita pelo chamamento público, daí venceu uma cooperativa da Bahia [...] mas nós como conhecedores da situação estamos sentindo a necessidade. Ai é que entraria a assistência e o INCRA não tem condição de dar assistência. Daí eles recorrem a SEAPA, mas aquele negócio da SEAPA (Figura 8) é um engodo para enganar a população, eles não dão assistência nenhuma [...] (R. A. F. 53 anos, pesquisa de campo, 2012)



Figura 9 – Vicinal 7 no período chuvoso

Além de toda complexidade, soma ainda a precariedade das vicinais, que se tornam intransitáveis no período de chuvas. O período mal começa e já é possível ver os estragos maiores que virão. Assim é parte do mundo produtivo do trabalhador rural, isso sem considerar os quesitos de materiais de insumo que chegam fora da época, sementes que não chegam e as máquinas que quando chegam é tardiamente (Fig.9).

A produção se baseia nas necessidades dos programas implantados, principalmente pela cooperativa, que produz feijão caubi, tomate regional, hortaliças; criação de suínos, aves e bovinos. A piscicultura tem tomado bastante espaço e vem crescendo com muita força, assim como a apicultura, após cursos de capacitação e propositura de acompanhamento pelo professor Rodrigo Feltran do Centro de Ciências Agrária da Universidade Federal de Roraima.

Há muito que pesquisar sobre essas transações que envolvem o financiamento para produção no P.A Nova Amazônia, mas a burocracia, a falta de atendimento e a negligência em fornecer dados ao pesquisador tem dificultado a produção mais acurada. Entretanto, o recorrer à esfera judicial através de um *habeas data* para esse acesso não é descartado, apenas adiado para um próximo passo a ser efetuado.

2.2 A vida social do trabalhador rural

Quanto à vida social no assentamento foi possível observar a deficiência de locais apropriados ao convívio social e ao lazer. O que há são locais improvisados como campos de futebol, bares onde ocorrem os encontros e festejos, utilizados para eventos sociais, pois que, nem todos se dão ao gosto de festas populares como forró e bebida.

Não foi encontrado clube de mães, clube de jovens ou áreas de lazer comunitário, no assentamento é precário quanto a áreas de lazer, o que é garantia constitucional ao cidadão em formação. Por fim, a estrutura demonstra uma precariedade muito grande na esfera social. As famílias se reservam a uma ida a cidade de Boa Vista para socializar o diferente, o uso de recursos naturais e retornam à vida cotidiana em seus lotes, marcadas pela ausência de políticas sociais, principalmente por se tratar de uma parte distante da capital do município. É como se estivesse distante dos olhos sociais, portanto, imperceptível aos olhos da sociedade.

A pesquisa realizada aponta que o descaso de representantes das esferas públicas federal, estadual e municipal é visível. Ainda que os moradores se reúnam e requeiram a estes ações diferenciadoras e básicas para uma estrutura social na envergadura do P.A Nova Amazônia, a resposta é que não tem hora para avançar. Criam-se as falsas expectativas eleitoreiras e tudo vai ficando para o próximo ano.

O pedido para a criação de um posto policial, de um posto médico, de uma área de lazer comunitária, de uma biblioteca pública com WI-FI, etc. são requisitos de todos os polos do assentamento, todavia há uma resistência pelos governos que insistem em não direcionar ações de desenvolvimento social no assentamento. Como se o lugar merecesse somente sobreviver e não oferecer uma melhoria na qualidade de vida. Ora um país rico se faz quando a ausência de miséria impera, quando o índice de desenvolvimento humano (IDH) se torna quantitativamente superior ao índice de desenvolvimento econômico (IDE).

Dessa forma se pode afirmar que um assentamento onde o IDH é desconsiderado e o IDE é letárgico ou, ainda, em fase de estruturação, pode-se dizer que a condição humana para a maioria dos trabalhadores rurais é de verdadeira miséria. Assim afirma uma presidente de associação em depoimento:

Dentro do social a gente precisa de um posto médico, mas a gente tem um ônibus expresso saúde-médico, então a gente vai se reunir com os outros líderes, unir os presidentes e pedir um posto médico e um posto policial que é o que a gente precisa mesmo. Mesmo porque se alguém adoecer tarde da noite não tem como ir pra cidade, é longe! (M. G. O. C. 46 anos, pesquisa de campo, 2012).

Diferentemente daqueles provenientes do rentismo que se apresentara como trabalhadores rurais tem se acomodado e permitido uma vida distinta daqueles que acamparam, lutaram, esperavam e ficaram como trabalhadores rurais, é visível a discrepância entre a maioria dos trabalhadores rurais e dos “novatos” como são chamados os que adentraram ao assentamento pelo rentismo ou por outro “jeitinho brasileiro”, denota falha administrativa local.



Figura 10 – Casa de um ex-delegado de polícia, lote adquirido pelo rentismo

Os trabalhadores rurais se movimentam dentro de sua estrutura social para superar as vicissitudes que demandam ações da administração pública; recorrem aos recursos oferecidos pela natureza para balancear o estresse gerado por situações de conflitos ideológicos e políticos; tomam o fim-de-semana para momentos de lazer e descontração onde as famílias se

encontram para superar conjuntamente as adversidades que lhes são imputadas. O momento de lazer decorre em lugares como o apresentado, a vida continua ao longo da semana na esperança da “roda girar em favor do trabalhador rural”



Figura 11 – Lago Azul - Vicinal 7 (Polo 4)

Outros momentos de encontro se dão na fazenda do senhor João Adalberto, que promove vaquejada, corridas de cavalos e demais atividades e, ainda, no Oásis, comércio às margens da RD-BR 174, local de apoio para reuniões e deliberações de assembleias com associações e governos. O Oásis também é a base para aqueles que entram e saem para o assentamento; é o ponto onde muitos se encontram na rodada do dia para trocar informações, ideias e negociações.

Outro momento de encontro social se dá na feira livre, promovida pelos próprios trabalhadores rurais no bairro Sílvio Botelho, que acontece todos os sábados na cidade de Boa Vista. Na feira eles trocam informações e atualizações de fatos que ocorrem na cidade, interagindo com moradores urbanos.

A feira é medida alternativa para venda do excedente dos produtos entregues à cooperativa, ou ainda, de toda produção, caso o preço esteja mais cotado diretamente ao consumidor. Somente se o trabalhador rural for inscrito no Programa Nacional de Alimento Escolar - PNAE é que terá obrigatoriedade de concentrar seus produtos na Coopercinco.

CAPÍTULO 3 – O PROJETO POLÍTICO DOS TRABALHADORES RURAIS

3.1 As narrativas dos dirigentes das organizações sociais

O conceito de ideologia configurando-se no tempo histórico e no momento teórico, podendo causar conflito devido ao seu sentido amplo e polissêmico. Pode ser apresentado com significado de visão ou concepção de mundo, como posicionamento político ou doutrina ou, ainda, como um sistema de crenças, valores e normas de ação, características de uma classe social ou de um grupo ou mesmo de um partido ou movimento popular.

Analisando em Marx, a ideologia a partir do método materialista histórico dialético, as ideias não se formam aleatoriamente do tempo psicológico, mas de teorizações sobre os processos sociais, econômicos e políticos (MARX & ENGELS, 1974).

Para Marx (1974), a ideologia ultrapassa os limites das ciências, ou seja, pode-se ter uma compreensão ideológica sobre a luta de classes, em que aquela seria o motor propulsor, o combustível e, ao mesmo tempo, o percurso a ser feito no confronto direto entre a superestrutura e a infraestrutura ou, ainda, nenhuma das coisas, permitindo a abertura de entendimento que, até mesmo aquele que estiver alheio à luta de classes, poderá ser concebido enquanto ideologia.

Portanto, o conceito de ideologia não pode ser visto como estanque, mas em transformação contínua, dinâmica, tornando-se praticamente ilusório ou impossível dissociar analiticamente as partes que compõem o conceito. Logo, um executa sua ação em função do outro. Desta simbiose resulta o que não se pode esquadrihar, todavia deixa nítida a resultante derivada do encontro desses vetores, em que um se torna superior ao outro em força, são incapazes de anulação ou de seguirem um único segmento, resultando na propulsão ideológica do sistema capitalista, ou seja, a luta de classes.

Por outro lado, ideologia poderia ser entendida como uma concepção “negativa” ao refletir a noção de que as representações e ideias são ideológicas ao negar suas raízes na sociedade em efeitos politicamente opressivos, isto é, são reflexos dominantes da superestrutura, que maquiariam a realidade concreta da sociedade.

Assim, as ideias das classes dominantes formariam um elemento coeso para manutenção do poder, através da política, em seu caráter multifacetado que determinariam à inversão da realidade vivida pelos trabalhadores rurais no assentamento Nova Amazônia. Os interesses das classes dominantes passariam, então, a ser sentido e vivido com a necessidade da sociedade, justificando com naturalidade as relações sociais existentes, perpetuando os domínios por elas vividos.

No campo do marxismo, muitas foram às questões polêmicas e os debates travados pelas mais diferentes correntes e autores. O conceito de ideologia não foi exceção, o que torna um estudo sobre este conceito complexo e controvertido sem ao menos pincelar alguns desdobramentos dos debates dentre a tradição marxista e, também, faz com que seja difícil analisar o conceito seja sob a ótica de Marx ou de Gramsci sem, contudo, se deixar notar influências marxianas escudadas nos debates marxistas mais remotos (EAGLETON, 1991 *apud* CURTY, 2002).

A formação do Estado Moderno tolheu do homem sua condição existencial natural de liberdade. Com as cercanias, que instaram a transição de feudos medievais para a formação dos Estados, as sociedades camponesas delegaram a nobreza, senhores feudais, o direito de agir e reagir, como os únicos capazes de prover o melhor àquelas sociedades, um pensamento contratualista de origem anglo-saxônica. Com o surgimento do Estado Soberano,

O Estado – o contrato, o pacto, o soberano – erguia-se, pois, como a antinatureza que, de fato deveria regular, dirigir, controlar a natureza humana. E, ainda que, paradoxalmente competiria a esse Estado exatamente assegurar direitos cuja origem derivaria da natureza (vida, liberdade, prosperidade), num primeiro momento, a esse pacto corresponderia também o termo “sociedade civil” como uma entidade antitética ao estado da natureza (FONTES, 2005 *apud* VILANOVA & SOUZA 2007, p. 2).

Segundo Hegel (*apud* VILANOVA & SOUZA, 2007), se o Estado reduzir sua função a assegurar a proteção da propriedade privada, limitando-se a garantir os interesses da sociedade burguesa, terá reduzido e limitado o próprio indivíduo que passará a não mais se reconhecer como integrante da vida coletiva,

O indivíduo em si só terá objetividade e moralidade se for um membro dele (do Estado). A associação, como tal, é ela própria o verdadeiro conteúdo e o verdadeiro fim, e a destinação dos indivíduos é levarem uma vida coletiva; e sua outra satisfação, sua atividade e as modalidades de sua conduta têm esse ato substancial e universal como ponto de partida e como resultado (HYPOLITE, 1971 *apud* VILANOVA & SOUZA, 2007, p. 4).

Marx e Engels (1974) modificam a definição de Estado proposta por Hegel, localizando-a no âmbito do processo histórico, conforme bem indicado por Fontes (2005):

Estado é conceituado como elemento histórico coligado a existência de classes sociais, não se traduzindo como um momento de universalidade efetiva. E, embora, se apresente como universal, é de fato uma parcialidade travestida de universalidade, uma vez que é uma generalização dos interesses dominantes que assume o modo de ser de todos (p. 4).

Para Marx e Engels (1974), o Estado poderia assumir sua universalidade efetiva ao reger o mundo da produção, da vida, do coletivo humano, o mundo do trabalho em si. Todavia, os membros deste corpo (homens) teriam que estar associados e plenamente conscientes. Como trabalhadores, seria condição indispensável uma humanidade sem divisão de classes, contudo, para isso ocorrer deveria se superar as bases que estruturaram o próprio Estado.

A sociedade civil permanecia como última reserva de água potável onde todos teriam como mitigar a sede, o lugar comum aos interesses, nesse caso, os interesses de classes.

Assim, o pensamento marxista reúne Estado e sociedade civil, anteriormente, separados, pelo pensamento liberal:

A sociedade civil burguesa, entendida como o conjunto das relações econômicas, isto é, relações sociais de exploração, imbricam-se no Estado, por ser este indissociável das relações sociais de produção. Seu papel, é, exatamente assegurá-las. Por isso, precisa se apresentar sob a forma de “bem comum” (FONTES, 2006 *apud* VILANOVA & SOUZA, 2007, p. 5).

Para Gramsci (1984), “cada período histórico produz uma (ou mais) *concepção de mundo*, que se torna muitas vezes, hegemônica e dirige e impõem limite às demais concepções existentes no período” (GRAMSCI, 1978 *apud* VILANOVA & SOUZA, 2007, p. 5).

Entenda-se *concepção de mundo*, conceito gramsciano para nomear ideologia, sendo que a concepção de mundo, que se transforma em movimento cultural, contém uma ideologia (ou mais), responsável pela coesão do bloco histórico. Segundo Gramsci (1984), é nessa transformação que o homem, através do tempo psicológico, organiza-se em massas humanas, se firmam e se movimentam no terreno de cada época e se conscientizam enquanto homem, tendo consciência de sua posição.

Desvelar a estrutura e o funcionamento das sociedades, desde o homem como questionador em si, passando por sua conscientização do seu papel enquanto ser social participativo requer a condição ímpar e humana do pensar histórico nos contraditórios, de conflitos e lutas de classes que convergiram para a dominação, daqueles desde o princípio das sociedades modernas se permitiram agir e reagir, construindo e desconstruindo, criando e recriando as relações de luta entre as classes.

Gramsci (1984) diferencia as transformações sociais nos Estados socialistas em que o aparelhamento estatal converge à hegemonia das classes dominantes ao uso de todo aparato em seu favor, inclusive a força militar. Contraditoriamente, nos Estados Ocidentais, se fortalece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, tornando as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. Nesse caso, a Educação exerceria um papel primordial, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses e valores hegemônicos. O Estado assegura que a educação dirigida dentro das lutas de classes,

preserve como interesse da sociedade, a manutenção e controle político-ideológico pautado na hegemonia predominante.

Não obstante, percebe-se que ações reacionárias da infraestrutura configuram o movimento oscilante para estabelecimento de uma ordem diferente, ou seja, que possa cumprir mais aproximadamente das classes dominadas; assim, seguem o curso de fluxo e refluxo estabelecido pelo econômico-político, que funciona como eixo principal para a manutenção da ordem social.

Entende-se que a história humana é composta de movimento incessante, pelo qual os homens instauram modos de sociabilidade e procuram fixá-los em determinadas instituições – a família, trabalho, política, escolas, igrejas etc., estabelecendo vínculo estreito entre as concepções de mundo em nível econômico, social e político.

Karl Marx *apud* Marx & Engels (1974) pensou a noção de hegemonia no âmbito das diversas formações sociais considerando sempre a questão do tempo e do espaço. Sua origem remonta ao leninismo, mas é Gramsci (1984) que apresenta uma roupagem mais elaborada e adequada ao conceito de hegemonia para pensar as relações sociopolíticas sem, contudo, redundar no materialismo vulgar, ou no idealismo, épica e tradicionalmente promovidos.

A noção de hegemonia propôs uma nova relação entre infraestrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nestes termos, a ideologia emplacada pela sociedade civil adquire um papel central com construção das relações sociais.

Essa distância foi possível comprovar mediante situações vividas por trabalhadores rurais que tiveram em lados opostos, no enfrentamento contra parte da superestrutura, representada pelo depoimento de uma trabalhadora rural que disse:

_ Porque a gente chega na idade que eu tô, a gente perde o medo de tudo, tanto que eu vou sem advogado [...] Aí eu disse pra conciliadora: _ Olha Marcelino, se você fizer o que tá falando e pagar a metade do prejuízo eu aceito, aí a conciliadora perguntou quanto era a metade do prejuízo. É porque eu tinha ido antes falar com um professor que é doutor em culturas anuais e pedi que ele calculasse o prejuízo

com o feijão verde [...]. Aí o advogado dele perguntou quanto era o valor e eu disse que era R\$ 18.000,00 aí o advogado saiu e disse que não teria acordo! (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Segundo Gramsci (1984), a maior dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas havia sido detectada por Lênin e, por mais que ele não tenha falado diretamente sobre a noção de hegemonia, é a Lênin que aquele atribuiu à origem do conceito em suas mais profundas considerações.

Na aproximação entre Gramsci (1984) e Lenin (1973) *apud* Antunes (1990) observa-se que para Antunes, Lenin sobre a noção de hegemonia considerava a ditadura do proletariado, portanto, evento coercitivo. Para Gramsci (1984), as considerações eram de formar uma classe dirigente que se mantivesse pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva (GRUPPI, 1978 *apud* ALVES, 2010).

Para Gramsci (1984), ao contrário da imposição de força, estabelece o território essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil, e a manutenção da sociedade política sobre a civil, nesta ordem hegemônica seria a sua coroação. Enquanto para Lenin (1973) *apud* Antunes (1990), a sociedade política hegemônica seria a mais importante e necessária para impor domínio, para Gramsci (1984), a hegemonia dá-se através da primazia da sociedade civil sobre a sociedade política estabelecida desde a formação dos Estados Modernos. Gramsci (1984) afirma que:

[...] é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática [...] dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva (GRAMSCI, 1978 *apud* ALVES, 2010, p. 74).

Para Gramsci (1984), os intelectuais devem interagir com a massa, ao contrário do pensamento católico medieval, que temia a cisão em seu domínio cultural através da religião.

Portanto,

[...] este princípio de unidade é semelhante ao que deve existir entre teoria e prática, onde os intelectuais participam ou devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural, constituindo o que Gramsci chama de intelectual orgânico (PORTELLI, 1978 *apud* ALVES, 2010, p. 75).

O autor acima destaca que a consciência crítica é obtida através da disputa de hegemonias contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no âmbito político, culminando numa elaboração superior de uma concepção do real. Por isso, ele enfatiza a necessidade de se conceber o desenvolvimento político do conceito de hegemonia, não apenas como progresso político-prático, mas também “um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1978 *apud* ALVES, 2010, p. 75).

Em Gramsci (1984) a classe operária não consegue chegar a sua consciência crítica de maneira espontânea, não se torna independente por estar desprovida de capital intelectual, ou seja, de uma hegemonia firmada. A organização deve provir de modo exógeno, que os remete à interferência política direta dos intelectuais. Logo, não existe em Gramsci (1984), organização sem a presença de intelectuais, o autor valoriza, por exemplo, os partidos políticos. O partido político tem seu papel de destaque no mundo moderno, pois corporativamente, os membros dos partidos ou “de um grupo social econômico superam o momento do seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (ALVES, 2010, p. 76).

Diante da construção de uma hegemonia, destaca-se que o recurso às armas e à coerção é pura hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que a

força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a boa vontade (GRAMSCI, 1978 *apud* ALVES, 2010, p.78).

O estabelecimento hegemônico de certas classes sociais, em cada momento histórico, vale ressaltar, ocupa-se em absorver lideranças emergentes da classe opositora, decapitando sua direção política e ideológica. Assegurar o poder requer habilidades e para tomada do poder, ainda maiores e mais desenvolvidas habilidades, pois, se uma classe se propõe a tomar o poder, deve preocupar-se e ocupar-se em construir sua classe dirigente e ideológica em sua consolidação hegemônica.

Numa crise hegemônica, a perda do domínio é uma possibilidade devido ao afastamento ou ao desvincular de seus intelectuais com as bases, todavia não se descarta a possibilidade de as classes sociais dominantes se reorganizarem e através de uma ação qualitativa, poder mudar seu programa e retomar o controle com maior rapidez diante a classe que ascendeu ao poder.

A noção de antagonismo também desempenha um papel central na nova abordagem do conceito de hegemonia. Portanto, a importância do antagonismo se deve ao fato de que ele fecha toda possibilidade de uma reconciliação final e de um nós plenamente inclusivo; a ideia de uma esfera pública sem exclusões, dominada pela argumentação racional, constitui uma impossibilidade conceitual. O conflito e a divisão são necessários mesmo à formação de uma política democrática e plural (LACLAU & MOUFFE, 2004 *apud* ALVES, 2010, p. 91).

O projeto democrático deve reconhecer por fim, que não há possibilidade de uma resolução final e que toda forma de consenso é resultante de uma articulação hegemônica. Com a existência de força antagônica e instabilidade de fronteira que as separam, forma o campo farto e variado para estabelecimento da hegemonia. Enquanto Gramsci (1984) considera possível a instauração do socialismo e de uma sociedade sem classes, em que o próprio partido e a atividade política desapareceriam, para Laclau e Mouffe (2004) *apud* Alves (2010) não há possibilidade de uma reconciliação final, uma vez que o antagonismo é

constitutivo do social e que ele apresenta um caráter aberto e incompleto, desse modo afirmam que, a democracia não tem lugar num terreno neutro e “o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareição” (ALVES, 2010, p. 95).

Assim, a força de uma classe social, que dirige e sustenta o poder político sobre as demais classes, quando se fragiliza, abre espaço para que outra classe articulada a outros intelectuais assumam o comando da sociedade civil e do Estado em si, quando deixam de considerar a relação partidária com a infraestrutura.

Muito longe, temporal e geograficamente, à Itália de Mussolini³, contemplamos, no P.A Nova Amazônia, a calagem nos trabalhadores rurais que ali residem; isto sem pormenorizar a necessidade burocrática da hegemonia dominante, que resolve em preto e branco o que ideologicamente está desfeito ou que não se realiza, por motivos óbvios, em tão longe rincão nacional.

Torna-se incoerente enumerar tantos entraves que cerceiam as perspectivas de quem vive trabalhador rural na Gleba Cauamé. Isto posto basta informar que os órgãos estaduais, federais e municipais aplicam a política conservadora, quando ainda, aquela modalidade de transição do Império à República vivida num Brasil que ficou há muito para trás.

Não estamos a falar do domínio ideológico, mas das omissões de deveres que o Estado assumiu ao custodiar a natureza livre do homem que o constituiu como regulador da vida social. Sabe-se que uma classe que não objetiva tomar o poder, deve preocupar-se ao menos em organizar sua base, o que ocorre muito lentamente no projeto de assentamento Nova Amazônia, face às interdições burocráticas e desencontros administrativos da estrutura local dominante. Afirma a vice superintendência do INCRA/SR 25:

Eu tenho a necessidade que os assentados tenham consciência do que é a reforma agrária. Se eles tivessem, muita coisa a gente resolveria com eles sem eles entrarem

³ Em 16 de Maio de 1924, Mussolini, já presidente do Conselho de Ministros, encaminha ao Parlamento Italiano um projeto de lei visando “disciplinar a atividade das associações e institutos” [...] ficavam obrigados a fornecer ao governo uma lista sempre atualizada de seus funcionários, com respectivas qualificações e endereços (GRAMSCI, 1891-1937).

nesse estresse. Que eles questionam o título. Mas o que eles precisam é somente do cadastro do SIPRA, então o assentado terá acesso ao PRONAF A (R\$ 20.000,00), ai depois o assentado pagando direitinho esse empréstimo, o mesmo ainda teria mais três empréstimos, CUSTEIO, de R\$ 5.000,00, deu conta de pagar tudo direitinho, aí eles podem passar pro mais alimento de R\$ 200.000,00 de acordo com a renda bruta e o INCRA não pode resolver porque isso é com o governo federal (R. A. F. 53 anos, pesquisa de campo, 2012).

Portanto, falar de projeto sociopolítico dos trabalhadores rurais remete à incoerência entre o que é propagado com os discursos administrativos, nas enxurradas de panfletos e demais recurso utilizado via mídia para executar a manutenção daqueles grupos sociais ali alocados. Suas associações caminham precariamente, sem sede própria, a qual tudo feito na base do improvisado; um alimento para o sistema que planeja, divulga, mas pouco executa em prol dos trabalhadores rurais.

A Coopercinco, cooperativa que em tese está ligada aos produtores do assentamento, possui cooperados de todos os assentamentos, inclusive do estado do Amazonas. Quando perguntada sobre o quantitativo de trabalhadores rurais do P.A Nova Amazônia, não se obteve resposta, não sendo possível apresentar esses dados na pesquisa.

Por outro lado, os trabalhadores rurais remetem ao entendimento que demonstra a desconfiança nas ações da referida cooperativa, ou ainda por outro viés, são os trabalhadores rurais que, acostumados com o assistencialismo estadual, não conseguem se enquadrar nos moldes do mecanismo de produção cooperativado. Como informa Genira, presidente da Coopercinco:

Os trabalhadores rurais citaram a questão da eleição de diretorias. Eles dizem que a eleição é viciosa. O que você tem a dizer sobre isso? O estatuto diz que pode ser reeleita, não diz quantas vezes possíveis. A rejeição a cooperativas é um mal tremendo. Eu atribuo aos cooperados, dos que estavam lá [...], deixaram afundar e aí fica fácil colocar a culpa na diretoria. Hoje eu não admito que ninguém se associe sem saber seus deveres e direitos. Mas existe uma aversão muito grande quanto à maneira de produzir em grupo (G. B. B. 46 anos, pesquisa de campo, 2012).

São percalços calorosamente resolvidos entre partes que fazem a vez daquele que resolverá os problemas; um dos maiores déficits que tornam inexecutáveis as ações ideológicas

dos trabalhadores rurais é falta de capital intelectual, que por si dificultam a fortificação de sindicatos, associações e cooperativa instalada, dirigidos por patronatos políticos que corporificam as famílias dos trabalhadores rurais dos cinco polos constituintes do projeto de assentamento Nova Amazônia e descaracteriza o Estado Democrático, assistido nas palavras da vice superintendência do INCRA/SR 25:

O que o INCRA deveria ter era uma extensão rural, mas nós não temos não. Até saímos dessa reunião, nós temos experiências, nós não executamos, mas terceirizamos [...] nós tentamos via FETAG, mas não tivemos sucesso [...] temos até uma TCL. A outra foi via SEAPA, que pegaram o dinheiro e reformaram o prédio da SEAPA, o dinheiro foi devolvido para os cofres da união. A terceira foi feita pelo chamamento público, daí venceu uma cooperativa da Bahia [...] mas nós como conhecedores da situação estamos sentido a necessidade (R. A. F. 53 anos, pesquisa de campo, 2012).

O Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Boa Vista surgiu pela necessidade de se resolver os conflitos de terras na cidade de Boa Vista. Uma área de chácara foi entregue por alguns políticos. Em 1999, o governo Neudo Campos tentou tomar essas chácaras. O sindicato nasceu com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG, Central Única de Trabalhadores - CUT. Depois, o sindicato foi crescendo e tomou corpo. O primeiro presidente fundador foi Zaqueu Martins; o segundo mandato foi dirigido por dona Dalva Conceição da Silva.

O Sindicato parece fragilizado e não conta com uma estrutura que possa apoiar juridicamente os trabalhadores rurais. O censo comum predominante por representantes não alcança a necessidade de entendimento dos trabalhadores rurais. O que ficou esclarecido é que a área possui um título do período de sua criação, contudo, tornando-se impossível titular enquanto assentamento.

O descontentamento pela falta de documentação dos lotes, que leva ao rentismo e o abandono que nortearam as terras do P.A Nova Amazônia, tornando-o propício a formação de um bairro nobre de chácaras no perímetro urbano de Boa Vista, abortando, assim, o programa

de assentamento do Governo Federal. Sobre tal fato, demonstra um diálogo da Ex-presidente do Sindicato e um “novato”.

Um dia um homem me achou e me disse: Dona Dalva a senhora não gosta de mim? Aí eu disse: eu não sei, porque gostar eu gosto de comida [...] quem é o senhor? Sou policial o senhor sabe que tudo que é ilegal é imoral [...], o senhor sabe que aquilo é propriedade de terra federal, logo não pode ser comprada. Eu não tenho nada contra o senhor ter sua área de lazer, mas ali no PA Nova Amazônia é uma área de assentamento. O senhor acha certo, que quem pode comprar um lugar venha e tome a terra de quem precisa plantar para alimentar seus filhos? Ele disse que o Superintendente do INCRA iria titular a terra no nome da minha filha! Então é isso [...], é assim que o INCRA tá fazendo. Não sei se ele usou o nome do Titonho para me intimidar ou se isso está ocorrendo mesmo (D. C. S. 45 anos, pesquisa de campo, 2012).

3.2 As narrativas dos trabalhadores rurais.

A descaracterização das Associações dá-se pela subserviência aos gestores públicos, que nem sempre executam a metas propostas. O descrédito é gritante, como demonstra a amostragem. Expresso não somente por uma, mas por diversas pessoas com o discurso seguinte:

O senhor é associado ou cooperativado em alguma instituição aqui no PA?

Eu já fui já paguei e contribuí, mas hoje não sou mais, não acredito em nenhuma. Tudo era pacote fechado e nunca vi um abrir! (S. B. 61 anos, pesquisa de campo, 2012).

Essa situação ficou pior, ao complementar sua fala, dizendo que:

O responsável pelo título é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR 25, a gente sempre questionou o INCRA; o superintendente atual diz que em Dezembro ele regulariza e titula as terras, só que já faz dois, três anos que ele diz isso pra todo mundo que pergunta, inclusive em reuniões com lideranças e o título nunca chegou! (S. B. 61 anos, pesquisa de campo, 2012).

Unindo-se a isso, seguem os descasos de documentos engavetados e com pendências judiciais que demonstram incauta tomada de decisões e sincronia entre os poderes dos governos que subjugam essas famílias, as quais esgotam sua esperança em autenticar sua identidade como trabalhadores rurais, corroborando pseudônimos que denunciam as

improbidades administrativas, peculato, entre outros no erário público. Refiro-me assim, especificamente ao projeto de assentamento Nova Amazônia:

A gente tinha que receber a casa na chave [...], pois na época, foi feito um convênio com a VIMEZER (loja de material de construção em Boa Vista). Aí o que aconteceu: O Sr. Lurene Cruz (superintendente do INCRA 2003/04) falou com a gente: olha pessoal, as casas serão pequenas, mas a gente quer propor um acordo com vocês! Eu sei que tem gente aqui que é mestre de obra [...] se vocês fizerem um mutirão, a gente (O INCRA e a VIMEZER), aumenta a quantidade de material e vocês fazem uma casa maior [...] o dinheiro que vocês vão pagar mão de obra vem em material pra vocês fazerem uma casa maior [...]. O que não aconteceu! Pelo contrário, faltou material [...] eu, por exemplo, sofri porque sou mulher, sozinha, ninguém me aceitou nos grupos de construção! Eu me propus ajudar dando tijolos, fazendo comida etc. Ninguém me aceitou! Ai eu falei com um rapaz do mutirão: Quero que faça minha casa, eu te pago! Quando a casa tiver na cinta, eu te dou uma parte; depois que a casa tiver pra cobrir eu te dou outra parte e quando você cobrir e colocar porta e janela, eu pago o resto. Foi assim que eu fiz minha casa! Ah, mas antes de terminar o telhado, faltou telha, ai veio uma chuva e uma parte do telhado desabou! Daí eu saí correndo pra casa do representante na fazenda, depois disso ele mandou o resto do material pra cobrir minha casa e foi isso [...] o resto do material para aumentar as casas, nunca chegou (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Enquanto um deputado italiano grassava a coragem de enfrentar o rígido regime fascista prestes a se instalar na Itália, em Roraima, em pleno Regime Democrático, paradoxalmente, são ex-deputados que ditam, contraditoriamente, os desmandos auferidos perante as comunidades que buscam sua cidadania como trabalhadores rurais, tanto em esfera estadual por um ex-deputado federal⁴ quanto na esfera federal por um ex-deputado estadual⁵. Torna-se de tal complexidade que a descrença antecede a uma nova tentativa e experiência que leve esses trabalhadores rurais a crer na possibilidade de ideologicamente transformar sua

⁴ O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu, em discurso nesta segunda-feira (10), uma intervenção federal em seu estado, Roraima. O senador reconheceu que esta é uma medida extrema, mas disse que o estado sofre nas mãos de "pessoas irresponsáveis" e que só uma intervenção federal pode resolver as frequentes denúncias de irregularidades e corrupção no governo.

As denúncias mais recentes, relatou Mozarildo, tratam da titularidade das terras em Roraima. Como antigo território federal, o estado ainda precisa da transferência dos títulos das terras da União para o governo local, seja para oficializar a posse de antigos produtores, vender as terras para novos proprietários ou destiná-las a assentamentos agrários. Segundo o senador, há fortes indícios de manobras suspeitas com relação à titulação das terras no estado, que estariam sendo repassadas a laranjas de grupos econômicos do Mato Grosso.

Disponível em: <www.folhabv.com.br/folhaweab.18.12.2012/Consulta>. Acesso em: 28.02.2013.

⁵ O Ministério Público Federal em Roraima, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, expediu recomendação à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para que seja implementada a Ouvidoria Regional Agrária daquela autarquia, bem como que seja nomeado servidor para desempenhar a atividade de ouvidor agrário regional.

Disponível em: <www.folhabv.com.br/folhaweab.18.12.2012/Consulta>. Acesso em: 28.02.2013.

visão de mundo, abertas e dilaceradas pelo transtorno e até mesmo, pelo descrédito institucional e político. Como afirmam trabalhadores rurais, neste primeiro grupo de pessoas foi possível comprovar que:

O Governo Federal tem feito, mas o Estadual, mas o prefeito ficou sem fazer nada muito tempo, ficou paralisado [...] enquanto houve essa questão de cassação entre Neudo Campos e Anchieta, gerou um prejuízo de mais de 90% aos trabalhadores rurais. Eles não tiveram a responsabilidade que nós tivemos de votar neles [...] a maior mágoa que tenho da política hoje, que fizessem uma Lei muito segura e dinâmica! Nós não temos obrigação de votar neles? Por que não temos o direito de tirar eles do poder[...] acho que deve caber em nós esse direito, pois nós fomos iludidos [...] lá eles fazem a máfia, ai vem aqui dizer que vem dar um quilo de arroz pra nós; ai ele aproveita e diz que tem direito de roubar duas galinhas nossas.

Rapaz, o dinheiro deixa rastro: Se o dinheiro saiu do MDA e não chegou foi desviado [...] foi pro INCRA e, se saiu de lá, tem rastro! Mas eu acho que o Superintendente tem culpa no cartório, porque é gestor, se quiser arrumar ele arruma, basta querer! É por que tem briga de poder: Se o Senador quiser faz, se não quiser não faz; se a Senadora quiser faz, senão não faz! Fica a briga e nós paga o pato aqui em baixo! Acho que é pra ver quem tem mais poder (S. B. 61 anos, pesquisa de campo, 2012).

O que se encontra em todos os polos pesquisados são fragmentos ideológicos, sonhos desfeitos e muitos anseios que circundam a utopia, o que faz com que o trabalhador rural se apegue a terra como filho ao seio materno quando tem fome.

A imagem refratada imposta pela mídia sobre a realidade agrária no assentamento, propagada pelos governos estadual e municipal, denota uma situação estável, uma maquiagem feita pela operacionalização da classe dominante, que impõe a necessidade do trabalhador rural aceitar passivamente sua situação e alocação dentro do sistema que se encontra.

Entretanto, alguns trabalhadores rurais, conviventes em meio administrativo dessas associações, conseguem expressar a insatisfação e, ao mesmo tempo, levantam um clamor que seja atendido por alguém que possa destravar e permitir que as engrenagens produtivas sejam condizentes com uma ideologia muito bem aplicada por uma trabalhadora rural:

Aqui a burocracia é muito grande. Nós assentados, não temos dinheiro para investir na nossa propriedade, temos acesso ao crédito, com juro baixo, é a categoria que tem menor juro [...] é a agricultura [...], mas pra gente conseguir um empréstimo, hummm [...] é uma dificuldade, tem que ralar muito! Olha, deixa eu te dizer: Quando foi pra eu pegar o primeiro empréstimo, o PRONAF/A, todo mundo dizia

que era difícil pegar a Carta de Aptidão do INCRA/SR25. Pra mim foi fácil [...] eu fui lá e pedi a relação de documentos necessários, depois eu tirei todos os documentos, licença disso, licença daquilo, licença ambiental, todos os documentos, ai eu voltei na SEAPA, falei com o Flávio, o Flávio [...] segunda vez eu voltei com todos os documentos e o Flávio disse: A senhora quer fazer o PRONAF pra quê? Ai eu disse;

Pra frango! A senhora já tem comprador para os seus frangos? Ali eu esfriei e fui comer uns cajus no lado de fora da SEAPA [...], pensei e fui num escritório particular, lá a gente tem que pagar, mas eu fui visitada pelo rapaz, lá no meu lote, ai ele fez o projeto e em três meses eu estava recebendo o PRONAF A. Tá vendo como é maninho?! (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Assim, se o tempo retroagisse encontrar-se-ia num segundo grupo, uma organização que mudaria todo curso pretendido pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Dois nomes mudariam o curso da história agrária no Brasil. Plínio Junqueira Jr. e Ronaldo Caiado, fundadores da União Democrata Ruralista - UDR, que dariam um “xeque-mate” no PNRA elaborado pela esquerda nacional.

A diferença gritante entre as situações expostas acima, baseia-se no conhecimento, pois, enquanto a senhora do primeiro grupo está subjugada e sem incentivos para proclamar sua independência ideológica e financeira, o segundo grupo, liderado pelos líderes da União Democrata Ruralista - UDR, estava conclamando os associados da UDR a contribuições que rapidamente alicerçariam a instituição e a colocariam como maior peso contra a Reforma Agrária planejada desde o Governo Sarney.

Plínio Junqueira Jr. um grande pecuarista da região do Pontal do Paranapanema, desapropriado no bojo de uma política de reforma agrária levada a cabo na gestão de Franco Montoro, sob a liderança do então Secretário Estadual de Agricultura, José Gomes da Silva (um dos arquitetos do PNRA à frente do Mirad/INCRA). [...] Encontraria novos horizontes para sua ação política, uma vez que as associações de pecuaristas da região – sem falar na própria federação de agricultura goiana – já se movimentavam para reagir contra o PNRA. Dentre essas lideranças, destacava-se o médico Ronaldo Ramos Caiado, descendente de tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás. Do encontro de ambos surgiria a UDR (MENDONÇA, 2006, p. 125).

Nos dias atuais, o peso das interposições latifundiárias não se dá na luta direta pela terra, mas pelos bastidores que enunciam uma lista desordenada de créditos, uma dezena de

documentos para acessar o credor, e pior ainda, uma estrutura burocrática descompassada que interpela e destrói a maior das tolerâncias humanas.

A falta de capital econômico e de conhecimento organizado para pressionar uma ação governamental que faça valer o que é divulgado pela mídia. Isto pode ser percebido pela colocação angustiada de uma trabalhadora rural quando, em meio a lágrimas diz:

Tem um “Negócio do sumo”: É o seguinte, eles pedem muito documento do povo aqui, eu recebi a xerox da identidade, do SIPRA e outras coisas mais [...] para conseguir calcário, feijão, etc., mas os documentos somem e os materiais somem também [...] isso é apoio? Uma vez cheguei a falar como Secretário que hoje é Vice-Governador: _ Não prometa pelo amor de Deus! Porque se você prometer o povo fica esperando! Poxa, quem não fica né? Diga só assim: Vou mandar arar a terra e passar a máquina pro fogo não entrar na sua plantação! Mas é só o que fazem é prometer [...] Lá na cidade eles não fazem aquelas carreatas na política? Deveriam fazer assim, entrar aqui com uma carreata de adubo e semente [...] se ele não promete, eu vou ali e compro um quilo de adubo, dou um jeito! Fico indignado com quem promete e não cumpre! Deixe o povo se virar! Alguns poucos receberam, outros nem sabiam que haveria entrega! Isso é apoio? (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

O homem é um ser, segundo Gramsci (1984), orgânico; sua existência enquanto ser filosófico não contempla a permissão de uma identidade individualista única enquanto espécie. Nem mesmo a religião que tem a premissa de unidade consegue construir uma visão de mundo única em seus seguidores.

Por assim dizer, apoia-se nos pensamentos gramscianos para se observar a necessidade que há no projeto de assentamento Nova Amazônia, pode aproximar as diferentes concepções de mundo ali estabelecidas, para que os interesses comuns e coletivos possam prevalecer mais fortemente que as imposições desregradas das representações federais, estaduais ou municipais. “O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos” (GRAMSCI, 1984, p.39).

Descapitalizado, os poucos que conseguem se relacionar com as representações de Estado aderem um perfil de luta que se afasta do interesse coletivo, fazendo assim que as

bases estruturadas de Associações e Cooperativa caminhem para uma direção que beneficia um grupo seletivo, seduzido pelos dominantes, enquanto os associados e cooperativados seguem em direção oposta, não ocorrendo relações que sejam ativas e dinâmicas criando assim, percalços ao homem enquanto trabalhador rural individual, em sua pretensão de se tornar um trabalhador rural coletivo, o que permite arguir que as relações não ocorrem somente de forma mecânica (Figura 12).



Figura 12 – Trator comprado para o Polo III

O trator adquirido pela presidente da associação da RR-342 trabalha mediante o pagamento de hora trabalhada e fornecimento do diesel consumido. Recentemente, houve um curso de capacitação para formar tratorista, mas somente alguns interessados concluíram o curso, mesmo assim o atendimento deste implemento ainda é precaríssimo no que tange à produção no assentamento.

Os trabalhadores rurais desses grupos ou polos tendem ser ativos e conscientes para obter maior inteligibilidade enquanto parte. Pode-se pensar que cada um modifica a si mesmo para poder modificar, na medida em que se transformam as relações interpessoais, as quais o trabalhador rural enquanto homem é ponto central. O grande empecilho para essa transformação decorre do domínio ideológico, da submissão de lideranças locais.

Portanto, o curso de um real assentamento não ocorre e o processo político ideológico dos trabalhadores rurais no P.A não consegue prosperar. Assim sendo, tudo se resume a uma

retórica ultrapassada, ao domínio de grupos políticos que sobrevivem da miséria do povo e entravam o desenvolvimento deste Estado. Isto é possível ao se registrar um entre tantos depoimentos recolhidos, como esse de um presidente de associação:

[...] Eles desenvolvem, mas não como a gente queria, a gente vai atrás e eles sempre dizem depois, depois e assim vai. A gente gostaria que eles fizessem mais. O Governo Federal tem feito a parte dele [...]. O assentamento, a casa e a energia [...] Mas o INCRA local nem sempre faz assim, a gente está batalhando! A gente vai no INCRA, pressiona a liberação de projeto pra organizar pessoas para terem direito a crédito. É muito difícil, porque o governo estadual diz que é área federal, o governo municipal diz que também não pode porque é área federal (M. G. O. C. 50 anos, pesquisa de campo, 2012).

Logo, a expectativa de progresso transforma-se no devenir. “O progresso é uma ideologia, o devenir é uma concepção filosófica.” (GRAMSCI, 1984 p. 44). Aqui não se tem a pretensão de exaltar o que é contextualizado como ultrapassado pelo autor, mas se o sistema em curso implica melhorias de vida, erradicação da miséria, da fome, do analfabetismo, poder-se-ia reivindicar do Estado suas obrigações enquanto prestador de serviços aos trabalhadores rurais.

Há uma rejeição subjetiva, pois em momento algum os trabalhadores rurais permitem se expor aos fatos reais, desde a ocupação à distribuição de materiais para construção das casas, eletrificação de todo projeto de assentamento, poços artesianos, estradas, titulação e financiamentos. Tudo existe inclusive a memória de quem participou e ainda resiste como participante dessa história. Portanto, por não eclodir as possibilidades criadas para o assentamento, o produtor permanece no devenir, onde há ausência de progresso.

Muitos trabalhadores rurais desistiram e partiram, abrindo espaço para aquisição dos seus lotes por profissionais liberais, legisladores, comerciantes e outros. O descompasso que marca a realidade produtiva leva o crivo da desconfiança e do descrédito por parte dos trabalhadores rurais diante das instituições que, por mérito, tem a obrigatoriedade de prestar serviços aos trabalhadores rurais.

É muito comum encontrar rodas de conversas onde as lamentações se manifestam com maior vigor, ficando assim, a mercê da sorte, esperando que um dia ocorram transformações

básicas e necessárias, algo que a ideologia democrática de progresso consubstancia com a dependência e subserviência político partidária.

Almeja-se que saibam existir e, sempre que possível, possam expressar aquilo que, somente vivendo em meio ao lavrado, numa terra árida permitem expressar em um tom de sussurro e cabisbaixo, o que grita o trabalhador rural:

O Governo Federal sempre cria as políticas pra melhoria dos assentados, mas elas não são executadas [...] Dificilmente elas são executadas, elas chegam até nós. Eu acho que os próprios políticos [...] Porque políticos não gostam de ver pobre crescendo, porque o pobre pra político tem que depender deles. Por exemplo: Não entra político pra ajudar por que de dois em dois anos tem eleição [...] Se ele chegar aqui e me ver bem, vivendo bem com minha produção [...] Eu só voto nele se eu quiser (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Essa possibilidade simbiótica, relação da superestrutura local com as lideranças do projeto de assentamento, aponta para uma necessidade em escala de estruturação a qual deveria ser o projeto de assentamento, a ser constituído numa correlação de forças antagônicas, de interesses oposto, de bases organicamente desestruturadas *versus* representações sociais dos trabalhadores rurais, os quais pleiteiam junto às Instituições seus interesses enquanto trabalhadores rurais. Assim visualiza um trabalhador rural:

Ela (a Coopercinco), não fomenta, ela só faz o projeto e apresenta nas instituições e o dinheiro é mandado pra ela e ela repassa esse dinheiro do Governo Federal numa conta vinculada, por exemplo: o produtor recebe R\$ 4.000,00 e ele libera mediante a nota em oito ou dez dias e essa mercadoria é doada para órgãos governamentais, ela tira uma porcentagem pra manutenção desses contratos (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

O trecho acima conjectura com o pensar gramsciano, em que “o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa – objetivos ou materiais – com os quais o indivíduo está em relação ativa.” (Gramsci, 1984, p. 47). Isto seria possível caso as Associações e a Cooperativa aplicassem o que prevalece nos respectivos regimentos.

A diretoria dessas entidades seria eleita pelos associados e/ou cooperativados no interstício de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, o que não ocorre, pois as direções se movem verticalmente entre presidente e vice-presidente, como cita uma

trabalhadora rural ao referir sobre a alternância entre presidente e vice, tratando o mandato como vitalício durante reunião numa associação e na cooperativa: "ninguém tira nós da presidência da Associação, eu e a vice somos carne e unha. Ainda anda muito devagar, estamos engatinhando, muito ditatorial, não está socializando como manda o figurino não".

Por ser o homem essencialmente político, haja vista sua ação transformadora e suas cognições para dirigir conscientemente outros homens, este se autor realiza em sua condição natural humana. Não cabe acatar tal simbiose pretérita, onde as relações de poder que atrasam a emancipação ideológica dos trabalhadores rurais, expurgando definitivamente esse mal que ronda as gerações em formação no assentamento.

É possível observar o individualismo proveniente da sede de poder, o qual cerceiam as representações sociais. Entenda-se individualismo, segundo Gramsci (1984) como “uma determinada posição em face do problema da divindade e, conseqüentemente, da Igreja: é a passagem do pensamento transcendente ao imanentismo.” Nesse sentido, a maior parte dos trabalhadores rurais vagueia pela Idade das Trevas em pleno século XXI, esperando por um Lutero que possa mensurar as imposturas administrativas que mais se assemelham a indulgências medievais numa relação de senhores e vassalos, induzindo os demais trabalhadores rurais a serem súditos e crerem que realmente os detentores do poder têm sangue azul.

Enquanto o individualismo se concentra e se manifesta no patrimônio erguido por poucos, a socialização da produção de riquezas tem aumentado muito mais, mesmo exigindo enormes esforços. Esse individualismo faz com que os trabalhadores rurais reproduzam o discurso que suas lideranças estão agindo e obtendo êxito em favor de seus representados, ou que as Instituições o fizeram desde o início no Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

Assim refere uma trabalhadora rural:

O que eu encontrei de bom quando cheguei aqui foi a terra! E eu encontrei! Não tinha água, tinha um trator e um depósito de água [tanque com rodas] da fazenda. O que acontecia: comprávamos o óleo [diesel], e eu muitas vezes ia pra dentro do

igarapé segurar a maraca [peça de ferro na ponta do duto para evitar que pedras entrem], tinha cobra, jacaré [...] eu ia e passava o dia molhada, muitas vezes tremia de frio [...] Era assim [...] E foi assim que fizemos as casas [...] O bom foi que a energia chegou logo com as casas (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

O projeto federal “Luz para Todos” teve sua execução, como retrata a entrevistada acima, mas o restante das ações públicas que empreenderiam o desenvolvimento do assentamento passou a apresentar dificuldade que emperraram seu crescimento. A teoria se faz prática por simples extensão, isto é, afirmação da necessária conexão entre a ordem das ideias e a da ação, ditando que aos trabalhadores rurais o que interessa é o fazer – fazendo, idealizando e construindo, alheios às demagogias e ações partidárias oportunistas que se promovem.

Estabeleceram-se relações de poder que dinamizam a criação de grupos, isto pode ser verificado em períodos eleitorais, onde os vetores ideológicos se mostram visíveis e denotam a direção que segue o P.A. Nova Amazônia. A presença de correligionários que agem em períodos eleitorais caracteriza-se como absurdo. A realidade imposta aos trabalhadores rurais que vivem e são delatores de improbidades no assentamento Nova Amazônia.

Quando questionadas para a pesquisa, as instituições responsáveis para as devidas justificativas não responderam a contento sobre o assunto, havendo uma longa espera e sem resposta alguma. Para prover informações coesas e transparentes sobre a demanda direcionada ao assentamento, poderia ocorrer somente impetrando um *Habeas Data*.

O espaço geopolítico do assentamento possui uma diversidade de terras, de trabalhadores rurais e de produção, porém, há uma peculiaridade: todos concordam que a gestão pública das instituições federais, estaduais e municipais é insatisfatória aos anseios dos trabalhadores rurais. Portanto, os conflitos se fazem presente e o plano de desenvolvimento torna-se de difícil execução.

Os domínios correntes nos bastidores estão sempre voltando à tona, pois alguns trabalhadores rurais questionam o mecanismo utilizado pela associação da RR 342 para

adquirir casas que foram repassadas para moradores do polo 5, enquanto os moradores do polo 5 alegam que não receberam as casas, apesar de terem entregado todos os documentos pedidos pelo presidente da associação do referido polo. A “história do sumiu” novamente aconteceu e a presidência da associação do polo 5 foi transferida para o cunhado do ex-presidente, que se candidataria a vereador.

A luta por uma maior transparência política é acirrada. Roraima repercutiu negativamente na mídia nacional com o caso dos gafanhotos, desvio dinheiro público, ascensão e queda do governo estadual por litígio político, escândalos envolvendo a atual prefeita etc. Tudo conspira ao descrédito dos legisladores por parte dos trabalhadores rurais. Podem até estar agindo impulsivamente, mas diante de todos esses fatos querem mesmo manifestar sua insatisfação com o andamento e o descaso com as questões político-ideológicas voltados para o P.A Nova Amazônia. Ao trabalhador rural é negada a *catarse*,⁶ concedida apenas ao restrito grupo de lideranças representativas no assentamento.

O que se pode acenar é que o velho ainda está novo, quer dizer, que o sistema militarizado da ditadura corrupta, ainda está presente na Nova República, pois os meandros que entravam o desenvolvimento do assentamento são os mesmos que possibilitaram o avanço dos latifundiários na época daquele regime deposto, numa ordem diretamente proporcional, e que ainda se apresentam no organograma da administração pública federal, estadual e municipal.

A forma clássica destas passagens de concepção do mundo à norma prática de conduta parece-me é aquela pela qual, da predestinação calvinista, surge um dos maiores impulsos à iniciativa prática que já ocorreram na história mundial. Da mesma maneira, qualquer outra forma de determinismo desenvolve-se, em certo ponto, em espírito de iniciativa e em tensão extrema de vontade coletiva (GRAMSCI, 1984, p.55).

⁶ Condição social, legado social que atribui ao homem um *status quo* dentro de seus domínios sociais, econômicos, políticos.

Estabeleceu-se assim, uma acirrada luta entre os grupos dominantes de partidos políticos que cercearam o assentamento como meio de se promover em período de pleito eleitoral. Isto tem gerado maior insatisfação e lutas entre a base e a direção das associações, cooperativa e sindicato. Apesar de que, em muitas situações, as lideranças neguem a interferência -política no bojo administrativo, mas a história da formação da sociedade roraimense denota total interferência de grupos político em sua formação.

3.3 Os significados da luta social dos trabalhadores rurais.

Só para avivar a memória dos que estão vivos e não compartilharam as lutas daqueles que, sob tortura e pressão política e militar, sangraram ou viviam fugindo de suas casas durante a noite para se livrar das execuções, tudo por pensar um Brasil diferente do sistema ditatorial.

Foi nesse cenário que muitos como eu chegaram à consciência política nos fins da Ditadura e início de uma Democracia. Estabelece-se o domínio de uma elite agrária baseada no monocultura mecanizada, vinculada aos grandes agropecuaristas, resultante da UDR e contra a Reforma Agrária.

A distância dos intelectuais orgânicos das bases é o vetor anulado pelas sedições partidárias, o que exige com urgência uma reforma política para eliminação do círculo vicioso de fazer de um país que é o maior produtor de alimentos, o celeiro de analfabetismo político e miséria humana.

Em esses tempos de globalização as “utopias agrárias” é o sonhar com um país produtivo e autossuficiente e ainda capaz de produzir divisas com exportação para investimento interno, recorrer às ações de lutas, e lutas com inteligibilidade, pois quem está

acima, nos painéis políticos não sonham, executam a “contra utopia” voltando-se contrário ao que é direcionado como política desenvolvimentista à estrutura, retomando o discurso retórico da UDR frente ao primeiro PNRA e assim perpetuar o avanço dominador e retrogrado do desenvolvimento em nível nacional, bem como de uma melhor distribuição da renda nacional.

Surge daí a primeira pergunta: a partir de onde é possível pensar a utopia neste começo de século XXI? Não me refiro somente ao espaço físico ou político – seja Brasil, Uruguai, Mercosul ou América Latina -, mas a esse âmbito, esse lugar social no qual um imaginário coletivo desenha ou esboça a esperança. Pois, apesar do fato de que se tenha dito até a exaustão que “utopia” significa o “não-lugar”, também foi afirmado que a utopia está armada em função do “princípio da esperança”. (BLOCH apud in STARLING & RODRIGUES et all, 2008. p.71).

Como compactuar com tanta desfaçatez de programas assistenciais e propagandas onerosas em horário nobre de televisão enquanto à realidade amarga dos desmandos e negligências, não digo interesses, mas necessidades básicas de trabalhadores rurais que acreditaram numa reforma agrária e que passaram somente a receber lotes de terras e o esquecimento de todo circunstancial agregado à situação enquanto trabalhador rural?

Como identificar as utopias neste supermercado contemporâneo, em que nos prometem tanto o final da fome, como a revolução verde, a produção genética infinita de alimentos, a cura de todas as enfermidades, a partilha universal e democrática dos bens? Como identificar -- a degradação do planeta, a submissão dos mais fracos, o desconhecimento dos direitos do outro e a preservação do *status quo*? Como pensar a utopia agrária num mundo que avança inexoravelmente rumo à urbanização generalizada e à laboratização da esperança? (STARLING & RODRIGUES et all, 2008. p.71).

Irretratável a utopia e a exclusão serem utilizadas pela superestrutura como conceitos afins ao referir-se ao projeto de assentamento de famílias que sobrevivem do que tiram da terra, ou seja, da agricultura familiar. Os apontamentos dessa pesquisa têm demonstrado que o assentamento em crivo vem se estruturando em meio a tantas dificuldades, principalmente os que insistem em permanecer na terra desde o início do assentamento.

Utopia e exclusão são noções antagônicas. Não podem ser pronunciadas numa mesma frase: o núcleo duro da utopia sequer admite a suspeita da exclusão. Esta parece ser a concepção que em meio às lutas dos diversos movimentos sociais que têm caracterizado estas últimas décadas, parece ter se consolidado como uma aspiração de amplo consenso. Hoje é inadmissível sonhar ou defender minimamente uma sociedade que admita exclusão. Não se admite exclusão, não importa de que tipo seja como fundamento de uma sociedade harmônica. É por isso que a

universalidade do acesso e dos direitos tem se tornado um elemento central de toda utopia pensável, nestes anos que dão início ao século XXI. Em realidade, a utopia supõe o princípio da convivência socialmente justa, bem como a harmonia entre os seres humanos e a natureza. (STARLING & RODRIGUES et al, 2008. p.74).

A utopia dos trabalhadores rurais no assentamento Nova Amazônia tem em seu escopo a dimensão contraditória da Democracia pensada pelos neoliberais da elite legislativa atualmente no Estado de Roraima.

Os trabalhadores rurais arrolados nessa pesquisa propuseram uma visão de mundo que permita uma renovação desse modelo cansado e quase exaurido do pensar capitalista e que deveras, não tem correspondido às necessidades triviais das ações humanas, a expiação da miséria, a desnutrição neonatal, a promiscuidade infanto-juvenil etc. Conjecturando com Tancredo de Almeida Neves: "Vamos realizar uma obra que faça o homem brasileiro acreditar na sua nação, confiar nela e confiar no seu governo".

Como se pode compartilhar com a "utopia" da Sra. J. F. Nascimento, uma trabalhadora rural do polo IV ao confrontar a "contra utopia" do ex-secretário de agricultura do Estado de Roraima, atualmente Vice-Governador do Estado:

Tem um "negócio do sumo": é o seguinte, eles pedem muito documento do povo aqui, eu recebi as Xerox da identidade, do SIPRA e outras coisas mais [...] para conseguir calcário, feijão etc. Mas os documentos somem e os materiais também somem [...] isso é apoio? Uma vez cheguei a fala com o Secretário Chico Rodrigues: Não prometa pelo amor de Deus! Porque se o senhor prometer o povo fica esperando! Poxa, quem não fica né? Diga só assim: Vou mandar arar a terra e passar a máquina pro fogo não entrar na sua plantação [...] mas é só o que o político faz é prometer [...] lá na cidade eles não fazem aquelas carreatas? Deveriam fazer assim, entrar aqui com uma carreta de adubo e semente [...] se ele não promete, eu vou ali, dou um jeito e compro um quilo de adubo [...] fico indignado com quem promete e não cumpre [...] deixe o povo se virar [...] alguns receberam, outros nem sabiam que ia ter entrega de alguma coisa. Isso é apoio? (J. F. C. 52 anos, pesquisa de campo, 2012).

Mas como desenvolver uma visão de mundo que favoreça utopias realizáveis aos trabalhadores rurais, se no topo das instituições que gerem o capital destinado pelo Governo Federal estão antigas raposas, e aqui não me refiro ao time de futebol do Cruzeiro Esporte Clube, mas a "laranjas" que são ordenados por caciques políticos em níveis federal, estadual e

municipal que se estabeleceram na política local e que demandam opulências ao desenvolvimento social dos trabalhadores rurais do Nova Amazônia.

Conjecturando a cisão que dista a Estrutura da Superestrutura, a pesquisa aponta para o fortalecimento de grupos partidários locais por esta, enquanto que os resíduos da relação entre dirigentes e dirigidos por esses grupos partidários denotam uma aversão ao prosseguimento do vicioso ciclo politiquero estabelecido em Roraima. Exemplo disso é a aversão das Associações em fundir forças com a Coopercinco, e o anseio de uma cooperativa que seja literalmente dissociada das interferências de caciques políticos locais e que fortaleça essas associações, o que não é de interesse dos hegemonicamente consolidados. Assim, a visão de mundo da maior parte dos trabalhadores rurais vem se impondo e requerendo mudanças reais, utopias realizáveis que distam de propagandas eleitoreiras voltadas para o trabalhador rural nas regiões de lavrado em Roraima.

A aproximação de intelectuais orgânicos com a base do assentamento Nova Amazônia tem surtido efeito, e o capital investido é proveniente de fomentadores que também coadunam pela transformação da realidade nacional. O maior entrave apontado pela pesquisa para o desenvolvimento do assentamento tem sido politicagem regional, onde tudo se ramifica numa teia de dependências e reverências que reportam as indulgências da Idade das Trevas na Idade Média, repugnante e antidemocrático.

A divisibilidade dos sujeitos políticos torna-os sem memória, logo, demasiado se faz o controle dessas massas aos interesses político partidários. A ruptura da memória cultural, da própria identidade enquanto trabalhadores rurais e dos vínculos de dependências os tornam subversivos aos interesses das elites dominantes, daí os confrontos entre sua utopia e a contra utopia em sua propositura imposta por caciques políticos locais.

São inevitáveis os conflitos quando os grupos compulsoriamente achatados pela pressão do capital resolvem se manifestar sua visão de mundo enquanto estrutura, torna-se um entrave aos anseios e proposições da superestrutura em seus anseios.

Também a remanescente questão agrária é um problema suprapartidário, decorrência e resultado do modo insuficiente como foi resolvida a questão da escravidão. Porque envolve questões que não são “propriedade privada” nem do governo nem dos partidos que lhe fazem oposição. Nem dos grupos que se julgam no direito de monopolizar politicamente esse drama nacional. A questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e do amor ao povo, na renúncia aos particularismos conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas. A pátria está de novo em perigo porque a questão agrária nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalizações extemporâneos descabidos. Ela nos afasta de nossa identidade nacional. A questão agrária nos despolitiza, nos tira até mesmo a precária politização que conseguimos, sobretudo, após a Revolução de 1930 e, especialmente, no exercício de uma resistência complexa, sofrida e trágica, após o golpe de Estado de 1964. Sobretudo, nos afasta da democracia. (MARTINS, 2004. p.13)

A maior parcela de trabalhadores rurais do assentamento Nova Amazônia tem sido aviltada devido à frieza que é tratada a questão social dessas famílias que desenvolvem agricultura familiar, pois que “a nossa história social desde a dissolução da sociedade escravista tem sido essencialmente uma história de desincorporação daqueles que o trabalho livre descartou ou tornou descartáveis.” (MARTINS, 2004. p.14). A aproximação de intelectuais orgânicos com as bases se faz necessário, senão imprescindíveis para o avanço dos programas sociais estabelecidos pelo Governo Federal, quebrando o jugo desigual estabelecido pelas colônias politiqueras estaduais.

As utopias realizáveis dos trabalhadores rurais optadas como socialistas apresentam-se no assentamento como ações auto defensivas, num conjunto complexo de visões de mundo onde o mais favorecido pelos vínculos que cooptam alguns como representantes do poder político, passa a subordinar aos outros impondo as utopias irrealizáveis promovidas pelos senhores feudais contemporâneos da política local.

A ausência de identidade coletiva transtorna o curso entre os que dirigem e os que são dirigidos. A envergadura de uma relação vertical, oposta e assimétrica a uma relação horizontal entre lideranças e base faz com que o assentamento se torne um campo de guerra ideológica. Não bastasse a presença de representantes partidários que migram, nomeiam e compartilham as direções das representações administrativas dos trabalhadores rurais, há o conformismo de miserabilidade. “A sociedade parece desprezar a sua maior conquista, que é a de ter reunido forças para se erguer em face do Estado e de ter alcançado a possibilidade real de se tornar sujeito privilegiado da História.” (MARTINS, 2004. p. 19).

A presença desses mediadores que incorporados aos trabalhadores rurais passam a corroborar com a manutenção da ordem imposta e da impostura de se fazer Reforma Agrária, esses mediadores que geralmente assumem as lideranças de associações e representação das bases dos trabalhadores rurais tem em si o ranço demagógico e despótico daqueles que os apadrinham.

Os grupos de mediação das lutas populares, que são grupos de classe média, especialmente na luta pela reforma agrária, introduziram nelas o seu próprio movimento social e o seu próprio hibridismo de classe. Eles transformaram em sistema de pressão e reivindicação imunes às contradições sociais e às possibilidades históricas de sua superação. Com isso, essas lutas foram contaminadas por esse hibridismo bloqueador, suas relutâncias, incertezas e indefinições, embora sejam compreensíveis suas demandas. Ele exacerba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa, de fundo conservador e radical, que resulta a mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra. (MARTINS, 2004. p. 19)

A política direcionada pelo Estado tanto quanto pelas instituições, perderam o controle objetivo da transformação social através de uma estrutura de transformação agrária. Nessas condições os trabalhadores rurais do Nova Amazônia estão a mercê de grupos, prontos para o neoliberalismo fragmentar projetos de assentamentos e pronunciar como inconsistente a agricultura familiar, privilegiando a produtividade agroindustrial ou para transformar o assentamento em redutos de chácaras de lazer para os “novatos”.

Assim estão estabelecidos os grupos partidários hegemônicos que agem diametralmente infiltrados e direcionando as políticas sociais e produtivas voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos, nesse caso, assentamento Nova Amazônia, anulando muitos esforços para um maior desenvolvimento dos assentamentos, ao mesmo tempo incomodando e expondo a necessidade da aproximação maior de intelectuais orgânicos às bases estruturais para possibilitar o funcionamento real de políticas federais voltadas a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos da pesquisa demonstram a existência de comunidades de trabalhadores e trabalhadoras rurais com a finalidade de produzir no modelo da agricultura familiar, incentivada pelo Governo Federal ao lotear área federal desapropriada para a Reforma Agrária.

Foi demonstrado que as narrativas orientam e organizam as condutas e estabelecem relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas enquanto inseridos no entorno rural e/ou urbano; que suas interferências promovem alterações em vários processos quando se manifestam de modo exógeno ao seu entorno.

Por serem assim estabelecidos, encontram-se expoentes que indicaram as intempéries que ajustam as classes sociais em seus respectivos grupos. Consequentemente, permitiu-se identificar as relações de domínios político e ideológicos consoante essas relações dialéticas que estruturam o meio social no assentamento e o centro urbano de Boa Vista.

Compilou-se da realidade, entrevistas que indicam a possibilidade de mudanças, de transformações no assentamento Nova Amazônia Para identificar, descrever e entender

essas narrativas e responder a questões que transitam como fundamentais nessa pesquisa foi necessário investigar tanto as lideranças das bases dos trabalhadores rurais e os trabalhadores rurais liderados, também foram colhidas narrativas das instituições que se empenham em desenvolver esforços para essas famílias se manterem na agricultura familiar.

A análise e o estudo minucioso do discurso dos entrevistados foram necessários, pois a linguagem reconstrói, demonstra e privilegia quem procura compreender as representações sociais. Para chegar às representações sociais fez-se necessário utilizar métodos qualitativos que permitissem analisar não somente o discurso, mas o posicionamento mais próximo e fiel daqueles que o construíram.

Os dados foram coletados em entrevistas com trabalhadores rurais das bases e trabalhadores rurais posicionados como lideranças entre as comunidades dos cinco polos comportados pelo P.A Nova Amazônia, no município de Boa Vista, no estado de Roraima, especificamente no perímetro mais distante onde foi desapropriada a antiga fazenda Bamerindus. Em suas singularidades e fragilidades, o estímulo à participação, muitas vezes incompreendido, forçou uma descrição detalhada do universo a ser considerado. Todavia, os percalços encontrados por grupos organizados dificultaram o contraste próximo ao ideal que pudesse fornecer dados mais precisos para tal compreensão.

As narrativas do P.A.N.A. obtida da expressão dos trabalhadores rurais pode ser sintetizada da seguinte expressão: “queremos trabalhar, não queremos cestas básicas, queremos apoio de mecanização, deixe o homem do campo trabalhar”. A partir dessa narrativa, o PANA pode ser caracterizado como chave mestra para compreender as narrativas daqueles que ostentam e vivem na condição de trabalhadores rurais e querem melhorar e transformar sua realidade, dando sentido a suas trajetórias de vida.

Os contrastes se mostram quando se observou que a maioria dos trabalhadores rurais possui ou procura encontrar outro meio de vender sua força de trabalho. O vender a mão-de-

obra significa assinar a falência da criação e efetivação do projeto de assentamento. O que se torna óbvio, pois o tempo gasto pelos trabalhadores rurais para buscar fora do lote, com a venda de mão-de-obra, concorre com o tempo necessário para executar o trabalho dentro do lote. Mas como trabalhar no lote, numa terra quase estéril e sujeita a intempéries climáticas e antrópicas, sujeito a ausência de subsídios de implementos agrícolas que favorece a uma pequena parcela de famílias.

Tudo isso demonstrou o que pensam os trabalhadores rurais, ao serem obrigados a uma segunda fonte de renda, assim como, a insatisfação diante de suas condições de vida, demonstradas pela dependência da renda, inclusive de ações de desenvolvimento como bolsa-família, vale solidário e outros.

O que se pode contemplar mediante aos recursos investigativos aplicados é que os trabalhadores rurais encontram-se desacreditados das ações de desenvolvimento para o assentamento e que os mecanismos partidários executam ações que não contemplam os interesses dos trabalhadores rurais; que suas associações e cooperativas atuam em direções opostas às bases, causando transtornos tanto aos que direcionam as comunidades quanto aos que se sentem lesados por não poderem atuar individualmente.

Há muitos obstáculos impostos mediante a severidade política estabelecida no Estado de Roraima, que ainda não respira o ar democrático, “pois se no resto do Brasil as ações de desenvolvimento funcionam, aqui também tem que funcionar, é Brasil uai!” (E. R. S. 49 anos, pesquisa de campo, 2012).

A administração pública, nos últimos dois anos tem promovido mudanças que atenuam, contudo não resolvem as reais necessidades da maioria dos trabalhadores rurais. Isso é identificado no depoimento dos trabalhadores rurais entrevistados, nas conjecturas políticas que acirram animosidades entre os grupos de lideranças dos trabalhadores rurais em seus respectivos polos e na deficiência de conhecimento voltado a vivência do trabalhador rural.

A mudança pode ser sinalizada pelas gerações futuras, que ao contrário de seus pais, procuram no estudo uma possibilidade de transformação da realidade e certamente transformar os paradigmas estabelecidos pela elite dominante aos trabalhadores rurais do PA Nova Amazônia.

O viés que provavelmente estabelecerá transformação dessas comunidades é educação, ferramenta usada para transformar subordinações ideológicas e inverter axiomas determinados pelos grupos dominantes no Estado.

Há muito mais a ser pesquisado no P.A.N.A., desde suas bases de criação como a existência e inexistências de situações reais e irreais, acesso aos documentos de instituições burocratizadas nas circunscrições municipal, estadual e federal.

Foi possível constatar que a terra como meio de produção e sustentação familiar tem sido tomada recentemente como recurso para a transformação efetiva das vidas no P.A Nova Amazônia; que apenas recentemente é que os meios de produção receberam incentivos e foram inovados e dinamizados para efetivar uma real transformação de vidas.

A presença de intelectuais orgânicos junto aos trabalhadores rurais tem promovido mudanças nas relações entre as lideranças e as bases, propiciando uma dialética de questionamentos e requerendo direitos adormecidos por ações viciosas dominantes na política local.

Por fim, prima-se por uma maior aproximação de intelectuais orgânicos junto aos trabalhadores rurais para concatenar e expressar com maior clareza a realidade do cotidiano do trabalhador rural enquanto produtor da agricultura familiar. As informações foram conduzidas de forma fidedigna, de modo que a verdade alicerça as bases econômicas, sociais e produtivas dessas famílias de trabalhadores rurais, possibilitando o melhor conhecimento e desenvolvimento das Ciências Sociais aplicadas ao assentamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O Conceito de Hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 15 novembro 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3 ed. São Paulo: Cortez e Ed. Ensaio, 1990.

CURTY, Carla do Nascimento Maravilha Pereira. **Ideologia:** um conceito em debate na tradição marxista e a abordagem em história do pensamento econômico de Karl Marx. 2002. Disponível em:<www.sep.org.br/>. Acesso em 15 novembro 2012.

FONTES, V. **Reflexões impertinentes:** história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. 2009 – Artigo pesquisado em 18/11/2012 as 11:52h. <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515/6720>

GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **Concepção Dialética da História.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. Vol. 9. Instituto de Economia da Unicamp. Brasília: nov., 2008.

MARTINS, José de Sousa. **O Sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **La Ideologia Alemana.** 5 ed. Montevideú: Pueblos Unidos, 1974.

MENDONÇA, Sonia Regina de. STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil** – A classe dominante agrária (natureza e comportamento 1964-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STARLING, H.M.M; RODRIGUES, H. E; TELLES, M. – Utopias Agrárias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

VIEIRA, Jacy Guilherme. **O Rio Branco se enche de histórias.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

VILLANOVA, Carla; SOUZA, Claudio Souza. **Estado, sociedade civil e ideologia.** 2007. Disponível em: <www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Carla_Z._Villanova_Souza,_Silvio_Claudio>. Acesso em: 15 Novembro 2012.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de usos dos seus recursos naturais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.